

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**A DESCONSTRUÇÃO IDEOPOLÍTICA DA COMPETÊNCIA DO ESTADO DE
PERNAMBUCO NA CONDUÇÃO DOS PROJETOS DE
DESENVOLVIMENTO.**

MAURICIO SILVA DE SOUZA

Recife –PE

2013

MAURICIO SILVA DE SOUZA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Dr. em Serviço Social.

Orientador: Dr. Marx Prestes Barbosa

RECIFE/2013

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S729d Souza, Maurício Silva de
A desconstrução ideopolítica da competência do estado de Pernambuco na condução dos projetos de desenvolvimento / Maurício Silva de Souza. - Recife : O Autor, 2013.
156 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marx Prestes Barbosa.
Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2013.
Inclui referência.

1. Globalização. 2. Governança. 3. Ideologia. 4. Sustentabilidade. I.Barbosa, Marx Prestes (Orientador). II. Título.

361 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2014 – 004)

MAURICIO SILVA DE SOUZA

**A DESCONSTRUÇÃO IDEOPOLÍTICA DA COMPETÊNCIA DO ESTADO
DE PERNAMBUCO NA CONDUÇÃO DOS PROJETOS DE
DESENVOLVIMENTO.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, pelo discente Maurício Silva de Souza, sob orientação do Dr. Marx Prestes Barbosa, para obtenção do título de Dr. em Serviço Social.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marx Prestes Barbosa

Prof. Dr. Ene Glória da Silveira

Prof. Dr. Marcelo Vergotti

Prof. Dr.(a) Maria Alexandra da Silva Monteiro Mustafá

Prof. Dr.(a) Ana Cristina de Souza Vieira

Recife, ____ de ____ de ____.

Resultado _____.

Agradecimentos

À minha família: meus pais Severina e Hélio, meus irmãos e irmã por saberem o quão foi árdua a trajetória de construção de nossas vidas e, por juntos, desfrutarmos os sucessos e lutas durante longos anos.

Ao irmão Márcio Silva de Souza pelas nossas reflexões conjuntas, iniciadas em nossa juventude, sobre política e sobre os clássicos da literatura.

À minha companheira, Kamila Diniz, pela paciência, carinho, incentivo e amor demonstrado desde o nosso primeiro encontro.

Ao meu orientador, Dr. Marx Prestes Barbosa, que compartilhou sua vasta experiência e sabedoria de forma paciente e ilustrativa o que foi imprescindível na construção deste trabalho.

À professora Dra. Ana Vieira sempre disponível para dirimir dúvidas e depositar apoio e confiança na condução deste trabalho.

E por fim, a todos os colegas de curso que ajudaram conhecer e reconhecer, através dos debates, os olhares convergentes e divergentes sobre as concepções, teóricas e práticas, que abraçam a questão social.

“Mas tudo veio a ser, não existem fatos eternos: assim como não existem verdades absolutas. – Portanto, o filosofar histórico é doravante necessário, e com ele a virtude da modéstia”.

Friedrich Nietzsche

RESUMO

Esta tese de Doutorado constitui um estudo sobre a desconstrução, ideológico e política, da competência do Estado de Pernambuco na condução de projetos de desenvolvimento. O método utilizado foi o materialismo histórico através de suas categorias gerais: totalidade, contradição e mediação. Ela parte do pressuposto que o capital tem como princípio condutor de seu projeto de hegemonia a construção e fortalecimento da ideia de um único modelo universal de desenvolvimento: O capitalismo. Ela traz à luz a estratégia do capital de estabelecer a universalização de tal ideia a partir de mecanismos de mercado se impondo sobre alternativas diferentes. A partir do desejo de propriedade que, segundo seus advogados, é parte congênita do ser humano, o capitalismo se apresenta como único, pois é o sistema que mais se aproxima dos desejos naturais do homem. A tese apresenta categorias e conceitos, como sustentabilidade, meio ambiente e governança internacional, demonstrando como elas são pensadas sob um olhar acrítico que, por sua vez, não contesta o modelo hegemônico de desenvolvimento. Ao contrário, tais conceitos são incorporados sobre a mesma estrutura de desenvolvimento. Na seara do processo de desconstrução da competência, ela traz um olhar crítico através da história das políticas de desenvolvimento brasileiro idealizadas sem uma verdadeira transformação das estruturas econômicas de nosso país e, em especial, de Pernambuco. Ao longo do processo de incremento econômico em Pernambuco a ideia de desenvolvimento foi construída sob um modelo reformista que garante o lucro e o pensamento hegemônico do capital. Entretanto, as crises e a má condução de tal modelo põe em dúvida a eficiência da gestão do Estado Pernambucano. A partir da reflexão sobre o programa de desenvolvimento de Pernambuco – PRODEPE e do Complexo Portuário de Suape são apresentados problemas gerenciais, sociais e ambientais que refletem a incompetência do Governo do Estado na direção de tais projetos. Como o capital excluiu um olhar sobre a totalidade e sua estrutura econômica, sobra aos gestores e instituições a culpabilidade por não incrementar, de forma eficiente e eficaz, os mecanismos de administração contemporânea. Abre-se espaço, já que as instituições estatais e locais são incompetentes para as novas instituições supranacionais e suas teorias de governança. Essas instituições extirpam a soberania do Estado propondo um novo modelo de gestão que coloca o Estado como ator coadjuvante nesse processo. Sob o sofismo de ajuda e altruísmo global, o capital, que é o grande controlador das organizações supranacionais, incorpora, cada vez mais, poder sobre os Estados. Assim, o capital ganha na construção e implementação do modelo econômico universal através dos subsídios fiscais, doação de terras e subempregos. E, quando da eminência da incompetência de tal modelo, ele usa tal fato para garantir mais poder.

Palavras Chaves: Globalização, Governança, Ideologia, Sustentabilidade e Desenvolvimento.

ABSTRACT

This doctoral thesis is a study of deconstruction, ideological and political, of the State of Pernambuco in conducting development projects. The method used was historical materialism through its general categories: totality, contradiction and mediation. This thesis assumes that capital has at its core a guiding principle of hegemony building and Capitalism is slowly strengthening as the central theme in ideas of a single universal model of development. The thesis brings to light the strategy of capital to establish the universality of the idea of market mechanisms being imposed on different alternatives. Basing itself on the congenital human desire to own property, Capitalism presents itself as unique since appears as a system that most closely resembles the natural desires of man. This thesis presents categories and concepts such as sustainability, environment and international governance, and shows how they are conceived. It is not critical in that it does not challenge the hegemonic development model. Rather, these concepts are incorporated into the structure of development. This thesis passes a critical eye over the history of the Brazilian development policies devised without a real transformation of the economic structure of our country and, in particular, of Pernambuco . Throughout the economic growth process in Pernambuco the idea of development was built using a reform model that guaranteed a profit for capital and hegemonic thinking. However, mismanagement and frequent crises have cast a doubt on the efficiency of management in the Pernambuco State. This thesis reflects upon some of the development programs of Pernambuco - PRODEPE and Port Complex of Suape. Through this reflection the managerial, social and environmental problems that show the incompetence of the State Government towards such projects are presented. As Capital excluded a look at the comprehensive economic structure, institutions and managers hold responsibility (and guilt) for not increasing, efficiently and effectively, the mechanisms of contemporary administration. Existing State and local institutions are incompetent in that they are not aligned to new supranational institutions and new theories of governance. These institutions uproot state sovereignty by proposing a new management model that places the state as a supporting actor in this process. Under the sophistry of global aid and altruism, Capital is the major driver of supranational organizations. Capital incorporates within itself, increasingly, power over the states. Thus Capital gains in the construction and implementation of the universal economic model through tax, land grant subsidies. . And when the limits of such a model become clear Capital then seeks out more power to perpetuate itself, eventually creating a never ending cycle for power.

Key Words: Globalization, Governance, Ideology, Sustainability and Development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Foto da Usina de Chernobil após o desastre	76
Figura: 02: A hipótese da Curva de Kuznets Ambiental Global	77
Figura 03: Produto Interno Bruto URSS 1970 – 1990	79
Figura 04: Produto interno bruto (PIB) de EUA, 1970-2011	80
Figura5 : Condecoração de Che Guevara por Jânio Quadros	95
Figura 6 Porto de SUAPE	105
Figura 07: Foto da Rota do Coqueiro – Bairro Nobre	123
Figura 08: Mansões área nobre.	124
Figura 09: sob o céu aberto na periferia	124
Figura 10 : Contraste paradas de ônibus na Rota dos Coqueiros e na periferia	125
Figura 11: Contraste paradas de ônibus na Rota dos Coqueiros e na periferia	125
Figura 12: Buracos e esgoto na periferia.	125
Figura 13: Fórmula para medir cada índice de dimensão	126
Figura 14: - Fórmula do IDH	126
Figura 15: Esgoto e moradia em Gaibu – Cabo de Santo Agostinho	126
Figura 16: Apesar de o carro ter um adesivo do partido que governava o Estado na época (2012) quando paramos para tirar fotos a segurança se mostrou bem eficiente e apareceu em apenas 2 minutos.	129
Figura 17: Foto de Carro de monitoramento escoltando nosso carro até a saída do Bairro.	130
Figura 18: Trabalhadores construindo residências para a elite na Rota dos coqueiros.	130
Figura 19: Trabalhadores aguardando transporte depois de prestar serviços na Rota dos coqueiros: Paradas de ônibus diferenciadas da grande realidade do município do Cabo de Santo Agostinho.	132
Figura 20: Praia do Paiva. Várias restrições para satisfazer a elite da Rota dos Coqueiros	133

Figura 21: Foto praia de Gaibu: escoamento do esgoto para praia.	136
Figura 22: Foto do canal de Esgoto batida da praia.	137
Figura 23: Capa da The Economist Novembro/2009 Brasil Decola – The Economist Setembro/2013 Como o Brasil estragou tudo?	140

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: EVENTOS IMPORTANTES PARA QUESTÃO AMBIENTAL	74
QUADRO 2: COMPARATIVO – INVESTIMENTO PÚBLICO EM SUAPE 1995 – 2007	106
QUADRO 3 - INVESTIMENTOS PRIVADOS EM SUAPE ATÉ 2008	107
QUADRO 04: INCENTIVOS FISCAIS EM PE - DEMONSTRATIVO AGRUPAMENTO INDUSTRIAL ESPECIAL	109
QUADRO 5: INCENTIVOS FISCAIS EM PE - SETOR PRIORITÁRIO	109
QUADRO 6: INCENTIVOS FISCAIS EM PE - INDÚSTRIAS RELEVANTES E SEUS BENEFÍCIOS.	109
QUADRO 7 – INCENTIVOS FISCAIS EM PE - AGRUPAMENTOS INDUSTRIAIS COM TERCEIRIZAÇÃO DENTRO DO ESTADO	110
QUADRO 8: INCENTIVOS INDUSTRIAIS EM PE - CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO	110
QUADRO 9: INCENTIVOS FISCAIS EM PE - COMÉRCIO IMPORTADOR ATACADISTA	110
QUADRO 10: NÚMERO DE EMPREGOS PREVISTOS ANOS 2007, 2008 E 2009	116
QUADRO 11: IDH DE IPOJUCA	121
QUADRO 12: IDH DO CABO DE SANTO AGOSTINO	122
QUADRO 13: QUADRO PIB PER CAPITA POR REGIÕES DE PERNAMBUCO 2005 – 2010.	122
QUADRO 14: DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO IDH	127

LISTA DE SIGLAS

AD/DIPER – Agência de Desenvolvimento de Pernambuco.

ALALC - Associação Latino Americana de Livre Comércio

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CDM - Clean Development Mechanis

EUA – Estados Unidos da América

FIEPE - Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco

FMI – Fundo Monetário Internacional

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPCC – International Panel on Climate Change

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONU – Organização das Nações Unidas

OPA – Operação Pan-americana

PIB – Produto Interno Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PRODEPE – Programa de Desenvolvimento de Pernambuco

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SEPLAG /PE – Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco.

SUAPE – Complexo Industrial e Portuário de SUAPE

UNFCC –Quadro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 – GLOBALIZAÇÃO.....	19
CAPÍTULO 2 – MODELO DE DESENVOLVIMENTO	27
CAPÍTULO 3 - GOVERNANÇA INTERNACIONAL	44
CAPÍTULO 4 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	70
CAPÍTULO 5 – DESENVOLVIMENTO, AD/DIPER E SUAPE.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
REFERÊNCIAS	149

INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista causa, através do seu modelo baseado na exaltação e na busca insensata de lucro, repetidas crises localizadas e germinadas em sua essência. Entretanto, através de exercícios formulados a partir da contemplação funcionalista, o capital desvia o olhar crítico sobre sua estrutura fragmentando e simplificando a essência dessas crises.

Essa fragmentação exalta o caráter democrático das “escolhas” individuais opondo-se, através dos ditames do mercado, qualquer solução socializadora dos meios de produção. Coloca-se como inquestionável o modelo de produção baseado no lucro e aponta as crises como problemas pontuais que devem ser resolvidos, portanto, por mecanismos pontuais.

Dessa forma, é desviada a apreciação sobre a totalidade e criam-se receitas de fomentação de projetos e/ou políticas de bem-estar que apontam para as soluções das possíveis anomias do mercado e da sociedade.

Em nosso breve século XX (Hobsbawn, 1995), várias foram as ocasiões onde isso ocorreu. Seja nos projetos assistencialistas norte americano do início do século passado, seja nas reflexões do estado de bem estar social de Keynes nos anos de 1930, seja nas propostas de reformulação dos direitos trabalhistas e privatização das empresas públicas do neoliberalismo. O sistema capitalista sempre procurou manter intocável o ideário básico que compõe sua estrutura: o lucro através da mais-valia.

No início do século XXI, o ideário capitalista intensifica as ferramentas de continuidade e manutenção de seu ideário a partir da universalização de seu pensamento, utilizando para chegar ao seu objetivo, a concepção de globalização como resultante de uma aproximação de todos os povos com o sucesso do capitalismo.

Entretanto, concomitantemente a propagação do ideário capitalista, observam-se crises de gestão, crises econômicas, crises ambientais. Além das clássicas questões sociais como a saúde, a pobreza (física e de conhecimento), o pauperismo que mata de

fome milhões de pessoas todos os anos (FAO; 2013)¹ e epidemias que se alastram principalmente nos países em desenvolvimento.

Novamente, as soluções apontadas para tais questões são pontuais. A dinâmica do capitalismo contemporâneo sinaliza para a mercantilização da destruição ambiental (Silva, 2010). Entretanto, aponta a questão ambiental como um problema isolado que pode ser resgatado a partir de projetos de responsabilidade ambiental ou por mecanismos de crédito de carbono.

A pobreza e a miséria são tratadas como questões isoladas de sociedades ou indivíduos que ainda não se adaptaram a dinâmica do mundo globalizado. A fome, que se acentua nos países subdesenvolvidos, é visto, de maneira simplória, como oriunda de culturas atrasadas que vivem sob a égide da corrupção.

Encontram-se, portanto, explicações fragmentadas, construídas a partir de mecanismos ideopolíticos que destroem a autoestima, fazendo, dessa forma, o arranjo do terreno dos países subalternos para a intervenção de instituições internacionais “expert” nos procedimentos da gestão pós-moderna².

O cerne da questão retorna, novamente, a procedimentos isolados. Aqui eles são representados pelo conceito de ineficiência e ineficácia administrativa. Portanto, sujeitos a procedimentos gerenciais que os coloquem no eixo e os façam funcionar.

O procedimento mais popularizado, neste cenário pós-moderno, pelo capital, na última década é a governança internacional que debilita o poder do Estado Nacional em sua soberania, aumentando, por sua vez, o poder de gestão das organizações supranacionais.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar o processo de gestão sobre as políticas de incentivos fiscais e de crescimento econômico em Pernambuco a partir de uma reflexão sobre o Complexo Industrial e Portuário de Suape e do programa de incentivos fiscais do Estado de Pernambuco. Este último conduzido pela AD/DIPER, é chamado PRODEPE. E, por sua vez, apresentar uma reflexão da capacidade de gestão

¹ Disponível em: <<http://faostat.fao.org/>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

² Sobre a Pós-Modernidade o livro: *As origens da pós-modernidade* por Perry Anderson (1999) é uma obra de referência para entender a construção histórica do termo. Nesta tese o conceito é utilizado como uma época que tenta se consolidar, hegemonicamente, através do consumo na esfera global e de ferramentas de gestão, na administração pública, que mina o poder e a soberania dos Estado.

desses projetos e de sua transformação como mote e justificativa para elaboração da construção do ideário capitalista de governança internacional.

Convém destacar que o interesse em estudar o assunto em foco foi despertado através da compreensão de um trabalho de integração entre desenvolvimento social, ambiental e econômico, tão necessário à contemporaneidade, nos projetos de fomento de negócios elaborados pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco – AD/DIPER. Essa instituição tem como objetivo central a atração de negócios para o Estado de Pernambuco. Entre suas várias funções podemos destacar: a gestão dos distritos industriais de Pernambuco, a análise dos projetos de incentivos fiscais e as políticas de interiorização do desenvolvimento econômico. Ademais, houve atuação como gestor de Distritos Industriais e como analista de incentivos, além de outros cargos, por muitos anos no interior dessa Agência.

Além disso, as consequências sociais das políticas econômicas geraram um grande interesse quando do estudo que foi realizado na University of Sheffield, Mestrado em Políticas Públicas, intitulado “Desenvolvimento social no Brasil e sua implicação para a consolidação da democracia”. Ao analisar, neste trabalho, as causas da debilidade apresentada por algumas políticas sociais, a atenção volta-se para a necessidade de um melhor tratamento às demandas ambientais e um olhar sobre a totalidade, onde as políticas sociais dialoguem, constantemente, com as políticas de desenvolvimento econômico.

Entretanto, foi durante o curso de Economia da Mudança Climática realizado na University of Cambridge, no ano de 2008, que tal interesse se consolidou. O curso trouxe à luz o processo de avaliação dos custos e benefícios da implantação de políticas econômicas realizadas sobre uma base sustentável. Entre os benefícios apontados, destacam-se os ganhos sociais provenientes da ideia de desenvolvimento sustentável e voltados à mitigação e adaptação à mudança climática. Entretanto, o que mais chamou a atenção foi a grande insistência de prover aos órgãos internacionais o papel principal no processo de gestão destas políticas. Mesmo elas sendo executada sob o domicílio de um

território nacional, a ênfase, centralizou-se na ideia de internacionalização da gestão a partir de princípios de governança³.

O método utilizado para a análise é o Materialismo Histórico entendido como uma metodologia que, a partir da totalidade, busca onde a localidade está inserida em um contexto estrutural. Desta forma, aponta as contradições e trata da realidade através de um retorno às fontes que estrutura as relações sociais já que a coisa em si não se torna explícita imediatamente Kosik (1995). Ademais, tal método constitui na possibilidade de um rompimento transformador nas relações sociais.

Assim, a tese apresenta as três categorias nucleares do pensamento marxiano: Totalidade, Contradição e mediação. A Totalidade está constituída das contradições inerentes ao sistema universal de desenvolvimento propagandeado pelo capital. Tais contradições podem ser vislumbradas pela ausência de tudo aquilo que o modelo capitalista apregoa (o capital não solucionou, nem vai solucionar os problemas inerentes ao seu funcionamento: pobreza, fome, destruição da natureza). Além disso, a ausência de instrumentos de gestão que incorpore os ditames de eficiência pós-moderna no objeto em análise é, em si só, representativo de contradição, pois não executa aquilo que apregoa. Por outro lado, os mediadores que compõem essa análise baseiam-se em conceitos e categorias tais como: Governança, Meio Ambiente e Sustentabilidade tão em voga na contemporaneidade. Estes, por sua vez, estão inseridos na ideia de globalização e de uma governabilidade mundial garantidora da democracia liberal.

Dessa forma, a organização da presente tese segue esta introdução: cinco capítulos e mais as considerações finais. O primeiro capítulo, segue a construção da ideia sobre globalização e seus mecanismos de exclusão. O capítulo dois tem o título de Modelo de Desenvolvimento, para chamar atenção da tentativa, pelos patrocinadores do capitalismo, de universalização de um único modelo capaz de conduzir ao desenvolvimento. A construção da ideia de uma governança internacional é trabalhada, no capítulo três, a partir dos ditames ambientais muito utilizados em tempo de aquecimento global e mudanças climáticas. Ainda, seguindo os princípios do meio ambiente, o capítulo quatro trabalha com uma concepção ampliada do conceito de ambiente, exaltando-o, verdadeiramente, como objeto de sustentabilidade, o espaço de

³ O capítulo 4 desta tese trata da ideia de governança usando como exemplo o Meio Ambiente no cenário internacional. Entretanto, o livro de John Pierre e B Guy Peters: Governance, Politics and the State, trata do tema detalhadamente.

negócios e exploração e da necessidade da manutenção deste ambiente pelo capital. O quinto capítulo apresenta um breve olhar, a partir da segunda guerra mundial, do comprometimento brasileiro com o modelo desenvolvimentista que garanta o *status quo* do modelo universal de desenvolvimento capitalista. Além disso, ele traz uma análise crítica a respeito do processo de gestão da AD/DIPER e SUAPE, apresentando os dados débeis, da primeira, para justificar seu projeto de incentivos fiscais e os índices limitados usados, pelo governo do Estado, para identificar o desenvolvimento de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, dois municípios onde estão localizados SUAPE. As considerações finais apontam a utilização ideopolítica, apropriadas a partir da ausência de sustentabilidade nas áreas pesquisadas, como brechas e argumentos da necessidade de instrumento de governança internacional em Pernambuco e, conseqüentemente, no Brasil.

CAPÍTULO 1 – GLOBALIZAÇÃO

Debate muito explorado desde o término da segunda grande guerra mundial, a internacionalização, ganha uma “nova” aparência no final do século XX. Essa internacionalização é batizada pelo nome de globalização. Sua estrutura é construída a partir de uma ideologia patrocinada pelas corporações empresarias, pelas organizações financeiras internacionais, criadas logo após a segunda guerra mundial (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), além de outros atores como a Organização das Nações Unidas e os Blocos Econômicos representativos dos países hegemônicos. De acordo com Milton Santos (2011, p.18) os fundamentos dessa globalização “são a informação e o seu império, que encontram alicerce na produção de imagens e do imaginário, e se põem a serviço do império do dinheiro”.

Entre os vários aspectos internacionais discutidos pelos que defendem e propagam esse imaginário, está a questão ambiental. A questão ambiental, na contemporaneidade, é dominada pelo debate em torno das mudanças do clima planetário causado por ações antropogênicas elevando a temperatura global. Os advogados da globalização, como instrumento mercadológico e universalista, apresentam soluções para esses problemas através de ferramentas baseadas, obviamente, em métodos de mercado (Crédito de Carbono, Políticas de Sustentabilidade nas corporações empresariais, etc.). Nesse sentido, são criadas “fantasias, cuja repetição, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida” (Santos 2011, p. 18) para a solução de questões como o desflorestamento, a pobreza e o subdesenvolvimento.

Nesta fantasia o capital circula com a finalidade de ampliar-se, criando um grande sistema cultural baseado na produção de subjetividade por meio da propaganda. Isso leva a acreditar que diferentes lugares necessitam das mesmas mercadorias, reduzindo a geografia a um simulacro. Para Harvey:

Por meio da experiência de tudo – comida, hábitos culinários, música, televisão, espetáculos e cinema –, hoje é possível vivenciar a geografia do mundo vicariamente, como um simulacro. O entrelaçamento de simulacros da vida diária reúne no mesmo espaço e no mesmo tempo diferentes mundos (de mercadorias). Mas ele o faz de tal modo que oculta de maneira quase perfeita quaisquer vestígios de origem, dos processos de trabalhos que os produziram ou das relações sociais implicadas em sua produção. (1992:270-271).

Os trabalhos do professor Milton Santos se colocam como referências na reflexão da globalização e como proposta na realização de outra globalização. Esta última, mais humana, baseada no respeito à especificidade de cada território e da cultura de cada povo. Segundo Santos:

...devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser, uma outra globalização (2011, p. 18)

A outra globalização sugerida por Milton Santos seria uma globalização mais humana e solidária. Esse novo tipo de relação teria como base o respeito a pluralidade cultural dos povos que habitam as diversas regiões do nosso planeta. Para Santos “trata-se da existência de uma verdadeira sociodiversidade, historicamente muito mais significativa que a própria biodiversidade” (Santos, 2011, p. 21).

O período histórico pelo qual estamos passando, oferta-nos possibilidades “de conhecer o planeta extensiva e aprofundadamente” (Santos, 2011 p. 31). A tecnologia de satélite, o avanço da informática e da engenharia genética, nos remete à uma melhor compreensão das questões ligadas ao meio ambiente e ao homem. A utilização, através de bases solidárias, dessas informações podem trazer avanços na qualidade de vida do ser humano. Infelizmente, a globalização como ela é, faz com que a cognoscibilidade do planeta sejam usadas pelas empresas na busca da mais-valia. Essa busca incessante de mais-valia é chamada, por Milton Santos(2011), de Tirania do dinheiro. Assim, é necessário que se busquem soluções estruturais para as questões sociais globais porque os mecanismos propostos sobre esta estrutura estão fadados ao fracasso. Portanto, são inócuas as soluções normativas, como a do Protocolo de Quioto ou dos projetos da PNUD quando elas são construídas a partir de princípios axiológicos fundamentadas no mercado e na tirania do dinheiro.

As normas de mercados, no qual está construída a globalização, tenta a todo custo fazer crer que fora dos ditames das corporações internacionais e do pensamento

neoliberal - que conduzem as ações do Banco Mundial e do Fundo Internacional Monetário – FMI - na há soluções. Esta visão ideológica é chamada por Milton Santos(2011) de *Globalitarismo*.

Entre outras coisas, o *Globalitarismo* propaga: o fim das fronteiras para o mercado internacional; uma administração global dos bens naturais (governança global); a democracia como sinônimo de liberdade de consumo (Santos, 1988), além de receitas universais para as soluções dos problemas locais. Quando relacionada à gestão pública, nos anos 1990, a solução estava baseada na privatização. Já no século XXI além da privatização uma possível solução engloba aspecto da Governança.

Tal *globalitarismo*, constituído verdadeiramente de um lobo sob pele de cordeiro, abraça a imagem altruísta para divulgar seus projetos. Enquanto que, países hegemônicos⁴ utilizam do mesmo argumento para justificar hostilidades e esconder seus objetivos imperialistas (Hobsbawn, 2007), fragmentando territórios e países, fazendo indivíduos se sentirem, de alguma forma, mais próxima a cultura dos países hegemônicos do que a dos seus vizinhos.

Porém, “no debate sobre a globalização não temos encontrado análises que consideram os fragmentos que ele acarreta. Ao contrário, ressaltam-se as suas vantagens aparentes, porém sem configurá-la com maior precisão” (Ribeiro, 1995:18).

Na busca pela eficiência *Globalitarista* Santos aponta o empobrecimento das ciências humanas no interior deste processo. Para Santos (2011) esse empobrecimento nos leva a dificuldade de entender o mundo e a implantação de “novas concepções sobre o valor a atribuir a cada objeto, a cada indivíduo, a cada relação, a cada lugar, legitimando novas modalidades e novas regras da produção e do consumo”. Essas novas concepções sobre o valor é constituída e apresentada na forma do individualismo e da competitividade. Portanto, são esquecidos e excluídos, neste processo, a coletividade e a solidariedade. Elementos que deveriam estar mais presentes, já que são fundamentais na vida em sociedade.

⁴ Os países hegemônicos referidos aqui podem ser exemplificados pela Alemanha, Reino Unido, França, Canadá, entre outros. O site A nova Democracia traz uma contribuição importante para reflexão sobre hegemonia nas Relações Internacionais e os Países hegemônicos: <http://www.anovademocracia.com.br/no-11/1104-dez-coisas-que-todo-brasileiro-deveria-saber>.

Como consequência, temos o esquecimento da oposição entre o homem cidadão e o homem consumista. O homem passa ser consumista dos serviços que garantam seu Bem-Estar. O transporte público é trocado pelo carro ou pela motocicleta; a escola pública pelo colégio particular; o sistema único de saúde pelos planos privados; a aposentadoria universal pelos planos de aposentadoria complementar dos bancos.

Esse tipo de problema torna-se mais sério em uma sociedade – como a brasileira - onde a condição de homem cidadão nunca foi consolidada. De acordo com Santos:

É certo que no Brasil tal oposição é menos sentida, porque em nosso país jamais houve a figura do cidadão. As classes chamadas superiores, incluindo as classes médias, jamais quiseram ser cidadãos; os pobres jamais puderam ser cidadãos. As classes médias foram condicionadas a apenas querer privilégios e não direitos. E isso é um dado essencial do entendimento do Brasil (SANTOS, 2011, p 49).

A ausência de cidadania de nosso povo fermenta a ausência de políticas, sobre base verdadeiramente sustentável, de nossos órgãos fomentadores do desenvolvimento econômico. O que interessa é quantos empregos serão gerados. Enquanto que questões sociais são secundárias na avaliação dessas políticas. Por outro lado, para satisfazer as demandas gerenciais das convenções internacionais são criados comitês, conselhos e legislações que estão longes da realidade característica de um país que Carvalho (1995, p. 21) chama de “uma contradição entre o país legal e o país real”.

As lógicas exógenas do *Globalitarismo*, portanto, conduz o comportamento interno de países mais vulneráveis como o Brasil. A solidariedade que deveria conduzir as ações dos Estados dentro da federação é permutada por ações de competitividade entre eles (A guerra entre os estados através da isenção fiscal por exemplo). A produção de alimentos é cada vez mais voltada ao comércio exterior, enquanto a agricultura de subsistência vai desaparecendo a cada dia. As políticas estaduais de desenvolvimento econômico são, na prática, desvinculadas das políticas sociais. O cuidado com a natureza e com as causas das questões sociais são subordinados aos “ganhos” individuais e do consumismo.

Todavia, a própria globalização produz elementos para a transformação do cenário atual. Tal transformação, alimentada por aspectos políticos e técnicos, é construída de baixo – reações locais – para cima. Algumas vezes, ela é constituída e

sentida pela ineficiência de políticas públicas (como exemplo a SUDENE que foi ineficaz na redução dos grandes problemas sociais e econômicos no Nordeste Brasileiro). Por outro lado, as crises internas dos países não hegemônicos dentro da União Européia vêm germinando, de uma maneira cada vez mais acentuada, oposição a universalização do pensamento baseado na ideia de eficiência do mercado. Esse processo de oposição às ideias hegemônicas pode ser traduzido pelo o que Milton Santos (2011) chama de: As dialéticas endógenas. As dialéticas endógenas é uma reação as políticas Globalistas que “acabam, no longo prazo e mesmo no médio prazo, por revelar sua debilidade, sua relatividade, sua ineficácia, sua não operacionalidade”. (Santos 2011, p. 95).

As crises resultantes de um processo de globalização, baseado no mercado, resulta em uma discussão sobre a importância do Estado Nacional dentro do cenário das relações internacionais. Como falamos anteriormente a reação ao processo de globalização acontece dentro do território nacional e passa, através de discussões técnicas, pelos governos municipal e estadual. No Brasil se caracteriza pelo debate e discussão técnica para saber quem vai arcar com o ônus das dificuldades financeiras e, principalmente, sociais, resultante da globalização.

Sabe-se que o capital financeiro resultante da globalização é móvel e objetiva única e exclusivamente o lucro. Neste sentido, a qualquer sinal de crise, esse capital se retrai e é transferido de um local para outro rapidamente. Tal transferência não se preocupa pelas questões ambientais de uma determinada região, nem pela fome ou pela miséria resultante de sua política ineficiente. Simplesmente o capital buscará outra região ou outro país que resulte em maior lucro aos seus investimentos. Ao mesmo tempo em que o capital se retira, aparecem as organizações financeiras internacionais, como o BIRD e o FMI, dispostas a “ajudar” na recuperação de determinada região. Porém, essa “ajuda” exige de contrapartida a implementação de políticas, macro e micro, econômicas e da chamada reforma administrativa do Estado. As reformas, propostas pelas organizações internacionais, resultam sempre em um ambiente mais favorável ao retorno do capital financeiro internacional. Ao mesmo tempo, se deteriora à soberania nacional, enquanto os problemas sociais (violência, péssima qualidade nos sistemas de educação e saúde pública, entre outras) são cada vez mais acentuados no campo e nos grandes centros dos países subalternos.

Segundo Hobsbawm (2007, p. 11) “a globalização acompanhada de mercados livres, atualmente em voga, trouxe consigo uma dramática acentuação das desigualdades econômicas e sociais no interior das nações e entre elas”.

O ciclo vicioso do capital financeiro internacional, ditado por uma ordem hegemônica de mercado e pelas organizações multilaterais que as representam, resulta numa integração destinada a favorecer os atores hegemônicos. Segundo Santos (2011, p. 106) “tal integração, é vertical, dependente e alienadora, já que as decisões essenciais concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes”.

Porém, é nesse contexto de verticalização que, paradoxalmente, se aprofunda, dialeticamente a reação ao *globalitarismo*. A reação da qual nos referimos está constituída na personalidade de cada região. Santos afirma que:

O fato de que o Estado se preocupe sobretudo com o desempenho das macroempresas, às quais oferecem regras de natureza geral desconhecem particularidades criadas a partir do meio geográfico, leva à ampliação das verticalidades e, paralelamente, permite o aprofundamento da personalidade das horizontalidades. (2011. p. 109)

Nesse sentido, as políticas públicas de desenvolvimento econômico em Pernambuco, em especial o PRODEPE, sofrem desta característica. A natureza universalista de gestão e implementação é abraçada pelo viés mercantilista global sem considerar as particularidades das regiões, da população e do ambiente aonde elas são acionadas.

Milton Santos (2011) aponta a importância da personalidade das horizontalidades que podem respaldar a transformação do que ele chama globalitarismo para uma globalização solidária, social e humana. Segundo ele:

...nestas, ainda que estejam presentes empresas com diferentes níveis de técnicas, de capital e de organização, o princípio que permite a sobrevivência de cada uma é o de busca de certa integração no processo de ação. Trata-se, aqui, da produção de uma integração solidária, obtida mediante solidariedade internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica” (Santos, 2011, p. 109).

As integrações horizontalizadas podem e devem ser incentivadas através de políticas públicas que coloquem em relevo a transformação do modo de produção capitalista. Pode-se, aqui citar, como exemplo, políticas públicas que incentivem a economia solidária e o Arranjos Produtivos Locais – APLS. Este último, incorporando, em seu processo de gestão, a presença de vários atores de diferentes segmentos da sociedade civil. Por exemplo, os sindicatos e as Universidades. Entretanto, é mister que se elimine o capital do processo de gestão e de governança, abrangendo desta forma outras instituições críticas do capital. .

Nas instituições da sociedade civil podemos destacar um elemento essencial na transformação da globalização. Tal elemento são os intelectuais presentes tanto em sindicatos, nas universidades e em outras instituições representativas. Segundo Santos (2011, p.74) é necessário que os intelectuais assumam o papel, inerente a eles, que tem como “função principal,..., o casamento permanente com o porvir, por meio da busca incansada da verdade”.

Tais intelectuais devem buscar soluções estruturais através da integração das políticas públicas com as sociais. Para Santos (2011, p. 75), “as chamadas políticas públicas, quando existentes, não podem substituir a política social, considerada um elenco coerente com as demais políticas (econômica, territorial, etc)”. E elas só podem ser conjugadas quando inseridas em um sistema político e econômico que se sobreponha ao julgo do mercado e do capital. Assim, ultrapassa-se o olhar débil e fragmentado de uma globalização excludente para ir mais além do que determina o capital.

E isto tem sua origem na localidade sem excluir um olhar sobre as relações sociais em uma esfera macro. Assim como políticas sociais e políticas públicas são em si só parte de uma totalidade, assim também é o local e o global.

Os lugares são individuais. Mas, também global. Os lugares, por si só, já estão inseridos dentro de um sistema e dialogam entre eles. Acontecimentos no hemisfério sul têm consequências no hemisfério norte e vice-versa. O planeta é um único sistema composto de singularidades regionais que se comunicam. Nas palavras de Santos(2011, p. 112): “Os lugares...são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares”.

Trata-se, portanto, de globalizar não os espaços, mas as pessoas. Essa outra globalização é transformadora e começa na estrutura das relações sociais através de uma mediação política que incorpore elementos do cotidiano. Caso contrário, todas as políticas públicas estão sujeitas ao fracasso.

Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até este ponto e por quê. Contudo uma coisa é claro. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão. (Hobsbawn; 1997, P. 562):

Exige-se uma interpretação mais filosófica que ultrapasse a descoberta da diferença e atinja à consciência de classe. Assim, elimina-se a globalização exploradora baseado na divisão internacional do trabalho, no consumismo e na busca do lucro. Emerge-se outra: comunitária, revolucionária e humanitária, conduzida sobre uma solidariedade de classe e pelo trabalho.

Não cabe, todavia, perder a esperança, porque os progressos técnicos (...) bastariam para produzir muito mais alimentos do que a população atual necessita e, aplicados à medicina, reduziriam drasticamente as doenças e a mortalidade. Um mundo solidário produzirá muitos empregos, ampliando um intercâmbio pacífico entre os povos e eliminando a belicosidade do processo competitivo, que todos os dias reduz a mão-de-obra. É possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, um outro tipo de globalização" (Santos, 2011:80).

CAPÍTULO 2 – MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Modelo se constitui na forma de pensar, criar e conduzir determinadas obras em determinado tempo, espaço e condições. Em relação ao conceito de desenvolvimento, os modelos, portanto, apontam a maneira de planejar e executar ações que estabeleçam o crescimento e/ou o melhoramento de alguma coisa, ou de alguém, em um período determinado (esse período pode ser curto, médio, longo ou permanente), em uma área ou setor e que leve em conta as condições estabelecidas. Para medir a eficiência e eficácia de um modelo de desenvolvimento é necessário, deste modo, delimitar *a priori* o que será medido para que, *a posteriori*, seu efeito e força possam ser calculados.

Os instrumentos para aferir, se efetivamente, um modelo está sendo conduzido e implantando de forma eficiente e eficaz, chamam-se indicadores. Eles vão indicar, por exemplo, se os objetivos, de uma determinada política pública de desenvolvimento, construídos a partir de um modelo, estão sendo planejados ou executados de forma concreta. Ou seja, eles constituem as ferramentas de controle da efetividade, eficiência e eficácia de um projeto, programa e/ou política. Estes, por sua vez, construídos a partir de um modelo que tem inserido no seu escopo, além dos objetivos mencionados, diferentes valores. Estes princípios axiológicos são determinantes e determinados, por sua vez, do e pelo modelo de desenvolvimento sobre o qual a ação está sendo construída.

Sobre indicadores Cohen e Franco(2007, p. 152) esclarecem:

Uma instância central do processo de avaliação consiste em determinar o grau em que foram alcançadas as finalidades do projeto. Isto requer dimensionar o objetivo geral em subconjuntos de objetivos específicos, os quais por sua vez terão metas, cuja obtenção será medida através de indicadores. As variações nos valores que são verificados nas unidades de análise permitem quantificar este processo.

Assim, há vários tipos de desenvolvimento como, por exemplo, na esfera microscópica podemos citar: desenvolvimento autossustentado, desenvolvimento social, desenvolvimento humano, entre outros. No campo macroscópico podemos mencionar os modelos Socialista e Capitalista de desenvolvimento. Eles são determinantes da

condução da política de Estado. Os modelos de desenvolvimento macroscópico são aqueles que produzem os princípios axiológicos e teleológicos. Por sua vez, esses princípios resultarão nos indicadores/mediadores de eficiência e eficácia das políticas públicas inseridas nos projetos e programas dos modelos microscópicos. Em outras palavras, são os valores e objetivos indicados nos modelos macros que determinarão como será a gestão dos modelos micros.

A formatação de um novo modelo exige que o velho seja negado. Entretanto, esse movimento de geração e negação não se dá sem conflitos e crises. Os conflitos e crises têm origem, por conseguinte, primeiramente na própria contradição intrínseca ao modelo antigo. Em segundo lugar, na tentativa feita pelo modelo “ultrapassado” de manter o *status* de modelo dominante.

O antagonismo entre os modelos, novo e antigo, gera choques revolucionários e suscita um novo padrão. Entretanto, esses choques, advindos da lógica de que um mesmo corpo não pode ocupar o mesmo espaço, são negados pela construção ideológica que propõe a eternização de um único modelo. Ou seja, aquele que propõe a conservação e manutenção do modelo existente, tende a colocar o modelo vigente como indissolúvel.

A cultura hegemônica construída a partir da ideia de único modelo de desenvolvimento, acentuado com o avanço no modo de produção capitalista, classifica o modelo liberal como o mais alto grau evolucionista humano. Neste sentido, as palavras que conotam alguma mudança sugerem adaptação, funcionalidade, sustentabilidade ou, para utilizar uma expressão bem na moda, mudança de paradigma. Em suma: as mudanças sugeridas pelo sistema são construídas sobre uma base estrutural que sugere continuação e nunca transformação radical.

Por outro lado, quando se afere, de forma crítica e histórica, o desenvolvimento social e econômico da sociedade, nota-se que o rompimento de uma ideia anterior e a construção de um novo modelo requer transformações que rompam com a composição estrutural antiga. Além disso, é necessário que elementos arraigados em um território e povo sejam também transformados. Noções de comportamentos são baseadas em valores hegemônicos que são estabelecidos ininterruptamente. Entretanto, esse fluxo sofre, também constantemente, uma oposição em seus objetivos e apegos. Portanto, é

necessário que haja transformações no âmbito da sociedade civil, política e econômica. Em outras palavras: mudanças radicais que penetrem a totalidade da existência social.

Essa força transformadora e radical, negada na atualidade pelo capital, em verdade foi, revolucionariamente, sua força motriz e o fez ascender como sistema hegemônico, derrubando o velho regime monárquico absolutista.

Os movimentos de colisão entre situação e oposição se enfrentam constantemente. O primeiro para conservar o poder hegemônico. O segundo para ocupar posição e obter o domínio. Esse movimento, centrípeto e centrífugo, transforma e destrói o *modus operandi* de uma sociedade. E, conseqüentemente, emerge um novo modelo de desenvolvimento. Como explica Engels e Marx (1999, p.7) :

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; numa guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta.

A política, da classe dominante, elaborou e elabora em todos os momentos da história ideologias, objetivando atenuar os conflitos e assegurar sua permanência no poder. Quando se trata de desenvolvimento, são criados mitos e mentiras que incorporam, dependendo do momento histórico, aspectos teológicos e/ou científicos. Essas fantasias têm por finalidades conduzir e manter as classes subalternas em uma constante letargia.

As ferramentas utilizadas para mascarar a condição de explorada de uma classe são várias. Elas são justificadas a partir de uma concepção de neutralidade científica e/ou de conotações religiosas que levam a um determinismo inerte e acrítico. Segundo Maranhão (2009, P. 25):

Seja com o recurso ao discurso aglutinador da religião, que na idade média pretendia universalizar na figura de DEUS a dominação feudal, ou, mais tarde, na defesa positivista da neutralidade axiológica da ciência social, a ideologia dominante deve ao elaborar concepções

sobre a realidade social encontrar também caminhos para apresentar as ideias dominantes como únicas realmente válidas. Assim, cada modo de produção, com suas formas de alienações⁵ específicas, oferecerá as condições concretas para o desenvolvimento de formas particulares de universalização da ideologia dominante.

Desde a tomada do poder pela burguesia, detentora do capital, ela vem lutando no sentido de garantir, de forma constante, sua hegemonia. Isso se traduz, no modelo de desenvolvimento que, a partir de mecanismo ideopolítico, destacam como valores, os princípios de liberdade e de igualdade capitalista. Não por acaso esses foram e continuam sendo a base da economia política baseada no lucro e na acumulação: O homem nasce livre e com igual capacidade para se destacar dentro da regra a qual ele está vinculado. Esse sistema vai gradativamente se ajustando no sentido de fazer com que as instituições sociais comecem a funcionar. O Homem que não consegue se adaptar aos mecanismos sociais do sistema sofre de anomia⁶. Ou seja, um problema particular que necessita ser eliminado pelo próprio indivíduo.

Por sua vez, as organizações e instituições vinculadas ao sistema, ainda pecam pela ineficiência porque até o presente, não incorporaram o caráter de mercado tão apregoado pelos que advogam a privatização. Assim, emergem ideias reformistas propondo fazer funcionar o sistema maquiando as verdadeiras causas do problema.

As soluções e propostas agregam novos modelos de gestão e participação do Estado. Contudo, a condução do modelo, na esfera macro, de desenvolvimento capital é inquestionável. Em resumo: tanto no campo humano ou nas instituições, a incapacidade de funcionamento tem seu problema relacionado ao indivíduo. Mais: a solução proposta se fragmenta em condutas individuais.

Neste sentido, Marx et al.(1987-1988⁷, apud MARANHÃO et al., 2009, p. 27) aponta que o indivíduo isolado “poderá imaginar que constituem os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta.” Quando, na realidade, este indivíduo está replicando valores e propostas construídos, a partir de aparelhos ideopolíticos, pela classe

⁵ Para se aprofundar sobre a ideia de alienação ver MARX (1996a) e MARX (2004) Capítulo: TRABALHO ESTRANHADO E PROPRIEDADE PRIVADA.

⁶ DURKHEIM(2000) usa este termo para ilustrar um fato que está fora da ordem social ou seja, não funciona de forma harmônica na sociedade.

⁷ MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte In MARX . São Paulo: Abril Nova Cultura 1987-1988.

dominante. A intenção maior dos interesses dessa classe é reproduzir as condições de domínio de forma vitalícia.

Na história do ciclo de desenvolvimento capitalista os modelos foram implementados a partir de adaptação às especificidades geográficas, econômicas e culturais. Essas especificidades, como não poderiam ser diferentes, conduzem a modelos micros que constituem elementos incontestes ao sistema do capital. A classe burguesa, antes revolucionária, busca ampliar e/ou manter seus privilégios, seja fazendo parcerias com a velha ordem (adaptada aos moldes do mercado) seja estabelecendo, através de uma linguagem dos paradoxos, uma roupagem progressiva, Maranhão (2009, p. 34). Neste sentido, a revolução ganha, objetivamente, um caráter de conservação, ou nas palavras de Maranhão (2009, p. 34), “a conservação para cumprir seu papel deve reivindicar o que deveria consistir no seu contrário”.

O deslocamento revolucionário burguês para o conservadorismo é apreendido a partir de elementos historiográficos conduzidos pelos intelectuais orgânicos comprometidos com a classe dominante. No mapeamento da história científica o historicismo e o positivismo congregam meios que freiam o processo de desenvolvimento dialético e revolucionário da história. O primeiro através de um relativismo que compreende o desenvolvimento através de uma adaptação ao capitalismo sem um rompimento revolucionário violento. O segundo, através da consolidação do liberalismo estabelecendo elementos normativos que garantam a ordem e o progresso de forma eficaz.

Importante lembrar que o olhar evolucionista e universalista da história tem sua fundação no iluminismo. Esta visão encontra, na ideia kantiana, a racionalidade da natureza continuamente apta a se refazer em serviço de um bem comum e do progresso. Por sua vez, ela se aproxima ao relativismo historicista quando, este último, estabelece, direta ou indiretamente, o modelo de Estado Nacional Capitalista como o mais elevado grau de desenvolvimento.

O interessante é que no binômio positivismo/historicismo podemos encontrar os aspectos originais da formulação ideopolítica que conduz o modelo de desenvolvimento capitalista. O primeiro através do ordenamento funcional de um sistema que, indiscutivelmente, está classificado como progresso. Já o relativismo, do segundo, oferece combustível para destacar o personalismo de cada sujeito. Neste sentido,

encontramos no positivismo francês e no historicismo alemão diferenças no método e similaridades na essência. Os dois parecem buscar métodos ou modelos microscópicos diferentes para chegar a um mesmo lugar, a uma mesma ideia de desenvolvimento representada pelo Estado Moderno Capitalista. Para Barros (2011b p. 110) “as motivações políticas das elites francesas e germânicas não diferiam muito no que se refere à necessidade de estabelecer consenso e de desmobilizar posturas revolucionárias”.

Também na marcha racional, da obra *Lições Sobre a Filosofia da História*, de Hegel⁸ uma coerência no interior do desenvolvimento humano é encontrada. Essa lógica construída a partir de um processo dialético assinala para um assentamento das realizações humanas sobre o Estado. Esse movimento agrega-se às concepções idealistas especulativas hegelianas encontradas em sua *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito*⁹.

Apesar de não haver, nas obras hegelianas citadas acima, uma defesa explícita ao Estado Capitalista burguês, sua utilização na criação do mito desenvolvimentista capitalista é inquestionável. Essa utilização se apega ao fator ontológico, na explicação das relações sociais, utilizado por Hegel. A questão é elaborada a partir de uma perspectiva que secundariza a categoria trabalho e a sua participação na formação das relações sociais. No movimento que caracteriza o desenvolvimento humano, sua gênese é atribuída ao imperativo da subjetividade. Neste sentido, a objetividade torna-se coadjuvante na construção da vida social. A ideia torna-se, portanto, a gênese de todo movimento. A questão do ser social é formada a partir de uma premissa que coloca uma abstração acima do concreto, Nas próprias palavras de Hegel et al (2008a, apud BARROS et al., 2011^a, p.124):

Portanto o estudo da história universal [isto é, a modalidade que ele mesmo, Hegel, produziu] resultou e deve resultar em que nela tudo aconteceu racionalmente, que ela foi a marcha racional e necessária do espírito universal; espírito cuja natureza é sempre idêntica e que a explicita na existência universal. Tal deve ser, como dissemos, o resultado do estudo da história.

⁸ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia da História*. Brasília: Editora da UNB, 2008b.

⁹ _____ . *Filosofia do Direito. Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio*. Trad. Paulo Meneses, et al. São Leopoldo, RS, Ed. Unisinos, 2010.

O estancamento do processo revolucionário, arquitetado pela burguesia, vem utilizando várias estratégias desde os séculos XVIII e XIX. Na Alemanha percebe-se, diferente do caso francês, um processo de acomodação dado por cima que ajudou na formulação e unificação de um Estado forte comprometido com políticas desenvolvimentistas capitalistas.

Já na França e EUA o rompimento foi dado pela via da revolução violenta. Entretanto, o caráter revolucionário do desenvolvimento foi abandonado, gradativamente, pela ideia de progresso após a tomada do poder político pela burguesia. Este abandono pode ser caracterizado pelos ditames de ordem e progresso positivista.

O caso da Inglaterra parece uma conjunção das características de rompimento radical e de acomodação ao regime. Ademais, é importante lembrar que foi nesse país que a gênese do modelo de desenvolvimento capitalista emergiu e tomou corpo. Os primeiros aspectos de que a velha ordem absolutista estava em crise pode ser encontrada na Revolução puritana de 1640 e, posteriormente, com a Revolução Gloriosa de 1688.

As duas revoluções, acima mencionadas, fez parte de um único processo de transformação que limitou o poder monárquico inglês e criou uma parceria entre aristocracia e burguesia. Essa parceria, sob a égide de um sistema parlamentarista, gerou as condições indispensáveis para a Revolução Industrial do Século XVIII.

Entretanto, o que encontramos no cerne do processo de acomodação e/ou revolução capitalista é a sua necessidade de aumentar a acumulação e o lucro permanentemente.

A necessidade de desenvolver o ambiente objetivo para o acúmulo de riqueza vem, desde então, criando crises cíclicas no sistema. Neste sentido, o mito de que os mecanismos de mercado conduzirá o melhoramento de vida do ser humano vai por água abaixo.

Os fatos históricos assinalam para outra direção: A miséria imposta pelo imperialismo direto na África e Ásia, as duas grandes guerras, ocorridas no século XX, oriundas da necessidade de ampliação de mercado e de fornecedores de matéria prima, o desemprego e a fome provenientes da quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929, a divisão internacional do trabalho que impõe a situação de dependência aos países mais pobres, e, mais recentemente, a globalização que aponta para a degradação do meio

ambiente e do aumento da pobreza, demonstrando que o desenvolvimento ficou restrito a uma só classe.

O receituário capitalista baseado no egoísmo e na dilatação do consumo, mostra-se inócuo para a solução de tais problemas. A distribuição das benéficas do sistema não acontece. A “coisificação” do mercado conduz a um processo de insanidade que estabelece uma distribuição objetiva desigual. A questão social, por sua vez, é explicada por dificuldades de caráter individual. Logo, a classe subalterna torna-se mais distante da realidade acentuando sua condição de alienação. Para Netto (2001, p. 35) “A ordem burguesa supõe necessariamente que, em última instância, o destino pessoal é função do indivíduo como tal; a consequência inelutável é que tanto o êxito como o fracasso sociais são creditados ao sujeito individual tomado como mônada social”.

Essa irracionalidade do processo fundamenta-se por ideais de desenvolvimento criadores de aberrações. O ser humano torna-se peça de sustentabilidade na engrenagem do sistema. E, pior, suas características qualitativas imergem dando lugar a valores medidos pelo preço.

Como vimos, o modelo de desenvolvimento acontece de forma diversificada pelo espaço e tempo. Entretanto, sua unificação e consenso se estabelecem na raiz - o lucro – ou, como se sugere, no aspecto macro que é desenhado por formas de exploração do trabalho e dominação de classe. Ao especificar as diferentes maneiras de desenvolvimento do capitalismo Maranhão (2009, p. 30) diz:

Os processos econômicos, políticos e ideológicos que possibilitam a burguesia assumir a condição de classe dominante não se processaram da mesma maneira em todos os países. As características históricas específicas de cada formação econômica e social definiram uma cultura política e uma forma de universalização ideológica particular ao conjunto das frações burguesas de cada país.

No Brasil, tal construção foi formulada a partir de premissas e princípios colonialistas que dificultou a geração de uma cultura cidadã. Então, as características subservientes da classe trabalhadora brasileira apresentam dificuldades de garantir direitos - mesmo que estes direitos estejam na esfera do direito burguês - Além do mais, o caráter participativo e democrático se resume, quase que exclusivamente, ao ato de votar em eleições diretas.

Para Milton Santos (1988, p.13) a ausência de cidadania no Brasil facilita o processo reificador quando “em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário”. Essa ausência de cidadania e diferença do desenvolvimento capitalista brasileiro aguça sua característica subordinada, e de dependência, no cenário da divisão internacional do trabalho. Maranhão (2009, p. 37) expõe assim:

Para nós, a referência à condição colonial e à subordinação ao capitalismo internacional é importante, pois acena para a construção histórica de uma forma de ação política das classes dominantes que além de estar baseada no autoritarismo das soluções “pelo alto”, adquire características peculiares tais como: a reiteração da subordinação aos países centrais e a aversão da burguesia às conquistas da classe trabalhadora, mesmo quando estas não ultrapassam o estreito limite do direito formal burguês.

Nota-se no caso brasileiro, fazendo uma análise superficial dos seus modelos de desenvolvimento, que sua inserção política no cenário internacional foi majoritariamente, de dependência. Ou seja, de atrelamento a um país central que, por sua vez, tira proveito e se beneficia da debilidade e ausência de cidadania brasileira.

Essa dependência se caracteriza na forma de subserviência. Primeiro à metrópole portuguesa e depois aos países capitalistas hegemônicos – Inglaterra e EUA. A transferência da mudança na estrutura de transportes brasileira (da ferrovia inglesa a rodovias Norte Americana) é um bom exemplo para ilustrar a passagem da dependência de um país por outra. Tal transformação se deu com o processo de debilitação da influência inglesa em nosso país. Por outro lado, é percebida a ascensão da presença Norte Americana no Brasil. Esse movimento durou toda a primeira metade do século XX, tendo se iniciado no governo de Washington Luis. Entretanto, seu auge foi com o governo de Juscelino Kubitschek.

A adaptabilidade capitalista é marca incontestável, não só no Brasil, mas, em todo o planeta. Durante todo Século XX, na tentativa de se adequar às crises causadas por ele mesmo, o capital propõe mecanismos que garantem a manutenção de sua existência: o lucro. Seja nas ideias para estancar o vazamento do fluxo circular de renda

proposto por Keynes¹⁰, seja na elaboração de modelos de crescimento econômico e divisão de riquezas. A pobreza e a miséria insistem em se manter.

Essas fórmulas são por vezes construídas sobre o cientificismo industrialista de Estado ou, por outras vezes, sobre o ápice e domínio de tendências particularistas e privatizantes, ora utiliza o Estado como mantenedor da ordem capitalista, ora o apresenta como incapaz e ineficiente na gestão de políticas públicas. Assim sendo, as políticas sociais são adaptadas para controlar e preservar a força motriz do sistema: O trabalho.

A cada resvalamento recorre-se a um modelo, microscópico, que garanta a manutenção e aumento do lucro. Foi assim no capitalismo concorrencial, no capitalismo monopolista e, hoje, na globalização. É assim que se ascendem o mito do desenvolvimento, a mentira do crescimento e a dependência da classe trabalhadora. É assim que, utilizando as palavras de Netto (2001, p. 31), “a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês garante o controle da força de trabalho e a manutenção de seus interesses.

Ademais, a construção da mentalidade de uma estrutura desenvolvimentista capitalista, seja através da educação, da saúde, do saneamento ou da previdência social, utiliza-se das premissas da acumulação de recursos naturais e humanos naquilo que ficou denominado capital. Para classificar o substantivo capital, utilizam-se termos como humano e natural. Então, se popularizam as ideias de capital humano e capital natural como conceitos que explicam a necessidade de garanti-los como recursos na obtenção de mais lucro. Assim, o capitalismo, assegura o controle dos movimentos contestadores e, por outro lado, garante parte de sua fonte de recursos. Nas palavras de Netto (2001, p. 31) encontramos uma descrição precisa sobre o tema:

As políticas educacionais (muito especialmente as dirigidas para o trabalho, de cunho “profissionalizantes”) e os programas de qualificação técnico-científica (vinculados aos grandes projetos de investigação e pesquisa) oferecem ao capital monopolista recursos humanos cuja valorização elementar é feita à custa do Conjunto da Sociedade (Carnoy e Levin, 1987). As políticas setoriais que implicam investimentos em grande escala (reformas urbanas, habitação, obras

¹⁰ John Maynard Keynes impulsionado pela grande depressão de 1929 escreveu: A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda que descreve como vazamento do fluxo circular da Renda a poupança, as importações e os impostos. Para saber mais: KEYNES, John Maynard A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

várias, saneamento básico etc.) abrem espaços para reduzir as dificuldades de valorização sobrevindas com a supervalorização.

Além da maioria da população ter seu trabalho explorado pelo capitalismo, grande parte de seus recursos, pagos através de impostos¹¹, são utilizados para garantir a valorização do capital humano a favor do capitalismo.

A lógica construída pela funcionalidade social capitalista congrega o público e o privado na garantia do *modus operandi*. Essa operacionalidade aponta distúrbios no sistema como uma situação particular (Netto, 2001). As sequelas advindas do sistema capitalista são atacadas de forma fragmentada garantindo, assim, a estrutura da ordem burguesa. Mais: afiança-se sua reprodução.

Na construção dos mecanismos impositivos da lógica de desenvolvimento capitalista, faz-se mister lembrar que sua elaboração e estratégia torna-se melhor elaborada com o passar do tempo.

Quando da não adaptação, questionamento a esta lógica ou “fracassos” sociais, a culpabilidade é sempre apontada no sentido de atingir o indivíduo e não ao sistema. Segundo Netto (2001, p. 36) “o que se passa é que a incorporação da “questão social” vem acompanhada de um reforço da aparência da natureza privada das suas manifestações individuais”.

Nesse sentido, o Estado se apresenta como parceiro na construção de mecanismos que concertem ou isolem os indivíduos, “doentes” e “fracassados”, que não conseguem se ajustar ao sistema. Essas ações ganham roupagem de políticas sociais que visam o desenvolvimento de toda a sociedade.

Entretanto, não só as pessoas são conduzidas na lógica do modelo de desenvolvimento único e universalista, como os problemas inerentes a ele vão se acentuando, novos mecanismos, visando à equação de tais problemas, também são

¹¹ “As famílias mais pobres são as que pagam mais impostos, segundo estudo divulgado nesta quinta-feira pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). De acordo com a pesquisa, 32% da renda dos mais pobres é convertida em pagamento de tributos. Desses, 28% são em impostos indiretos, como ICMS, IPI e PIS/COFINS e 4% diretos, como Imposto de Renda, IPTU e IPVA. Já os que ganham mais, pagam 21% de impostos do total de sua renda. Desse total, 10% são em tributos indiretos e 11% em tributos diretos”. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/918131-pobres-pagam-mais-impostos-que-ricos-aponta-ipea.shtml>

conduzidos sob este espectro. Dessa maneira, a questão ambiental ganha força e torna-se mais visível. E, da mesma forma que foram, e são, erguidas políticas de desenvolvimento econômico e social orientadas pela lógica do mercado, ganha corpo a ideia de desenvolvimento sustentável.

A ideia de sustentabilidade, assim como várias outras, ganha o caráter microscópico por não objetivar a solução do problema em sua origem. Ao contrário, os mecanismos propostos são de parcerias que concernem à reprodução do lucro e da acumulação capitalista.

As experiências conduzidas sob esta lógica são muitas. Elas tendem a manter o equilíbrio entre a necessidade de manutenção de seus recursos e, de alguma forma, aumentar seus lucros. Portanto, as políticas, conduzidas para o aumento do bolo e posterior divisão¹², projetos de desenvolvimento através de incentivos fiscais, privatização do ensino, industrialização, entre outras, que visam o desenvolvimento, não eliminam os grandes problemas sociais. Além disso, e talvez muito mais sério, as políticas sociais criam indivíduos subservientes, dependentes e alienados, conduzidos sob o aparente movimento de equação das questões sociais e na produção do desenvolvimento econômico.

Todavia, as questões sociais são apontadas não como parte da estrutura capitalista. Mas, ao contrário disso, como demonstra Netto (2001, p. 45), “externas às instituições burguesas”. Assim, soma-se, ao ideário exclusivista do modelo desenvolvimentista do capitalismo, o sentimento de impotência e resignação dos sujeitos sociais.

Segundo Netto (2001, p. 61)

Todo o empenho burguês consiste em deslocar a “questão social” do campo da política – em privá-la de uma contextualização classista (donde a retórica da “harmonia” entre capital e trabalho), em torna-la indene de projeções assumidamente políticas (donde a recusa da “ideologização”). O escamoteamento da dimensão política medular da “questão social” constitui o cerne da política burguesa que a quer

¹² Muito apregoado nos anos 1960-1970, pensado sobre base na curva de Kuznets, a ideia de fazer crescer a economia para depois dividir seus ganhos era apresentada pela metáfora: fazer crescer o Bolo para depois dividi-lo. Sobre a curva de Kuznets existe um ótimo artigo: FERREIRA, Roberto Tatiwa; IRFFI, Guilherme Diniz; LINHARES, Fabrício & MACEDO, Cecília Maria Botolassi. A Hipótese de Kuznets e Mudanças Na Relação entre desigualdade e Crescimento de Renda no Brasil. pesquisa e planejamento econômico | ppe | v. 42 | n. 3 | dez. 2012.

enfrentar na idade do monopólio. É dela que derivam as formas típicas, e complementares, da estratégia político-social da burguesia: a despolitização surge no tratamento da questão social como objeto de administração técnica e/ou campo de terapia comportamental.

Quando retomamos a “questão ambiental”, como instrumento de análise, encontramos os mesmos elementos condutores de resignação ao mercado intrínseco ao modelo de desenvolvimento capitalista. Ademais, a sugestão de modelos de administração sugerida pelas chamadas cartilhas de gestão ambiental conduz à mesma despolitização sugerida acima por Netto (2001).

O paradoxo continua: o movimento é contínuo, mas em nenhum momento a tese relacionada ao modo de produção é questionada ou colocada em cheque. A ideia desenvolvimentista capitalista ganha ares de ambiguidade. Por um lado, a necessidade de reforma que integre o modelo à nova dinâmica da economia e ao progresso da sociedade é proclamada, por outro, ela é conservacionista quando segue a premissa de mais lucro e do mercado garantindo e reproduzindo seu *modus operandi*.

Assim, a degradação ambiental, é tratada a partir da construção de um *ethos* individualista alardeado por acontecimento midiático como percebemos no filme: Uma Verdade Inconveniente do ex-vice-presidente dos EUA, Al Gore. Além disso, o conceito de desenvolvimento sustentado apresentado prevê a possibilidade da realização de novos negócios aferidos não primariamente na equação das questões sociais, mas sim na possibilidade de lucro o que possibilitará a emergência de uma Economia Verde¹³.

A economia verde é mais um conceito utilizado sob o que passou a ser chamado de Desenvolvimento Sustentável a partir dos anos de 1980. Essa ideia, não por acaso, acompanhava a discussão sobre a crise do petróleo que aconteceu nos anos de 1970. Por sua vez, tal crise demonstrou, mais uma vez, a debilidade da parceria Estado e Capital gerando grande recessão nos EUA e na economia mundial.

Construído sobre tais acontecimentos o liberalismo ressurgiu sob o signo do prefixo neo e os ditames econômicos da escola de Chicago. Vários governos aderiram à

¹³ Economia verde: preservar o planeta pode dar lucro. Disponível em: <<<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/o-que-e-economia-verde>>>. Acesso em: 16 nov 2012.

perspectiva de desenvolvimento neoliberal, entretanto, os mais conhecidos são o de Margareth Thatcher na Inglaterra e o de Ronald Reagan nos EUA.

Na América Latina é emblemático o caso do Chile de Pinochet que, após um sangrento golpe sobre um governo popular e democrático em 1973, estabeleceu políticas de estabilização econômica. As políticas econômicas de Pinochet eram confiadas aos chamados Chicago Boys, grupos de economistas que estudaram naquela Universidade e sofriam influências do economista Milton Friedman.

A perspectiva neoliberal de desenvolvimento tem como características centrais: a mínima participação do Estado na política econômica de um país, a privatização das empresas estatais; a internacionalização da economia a partir da livre circulação de capitais internacionais e a abertura para as multinacionais, diminuição do Estado, inclusive na gestão de políticas sociais, tornando-o mais eficiente e eficaz, posição contrária aos impostos, aumento de produção e pouca interferência do governo em relação ao mercado de trabalho. Todos esses ditames visam, segundo seus advogados, obter o desenvolvimento econômico no molde dos princípios econômicos do capitalismo.

Essa concepção política cria os mecanismos operantes da condução da mudança de estratégia de dominação do capitalismo contemporâneo. São criados mitos de desenvolvimento que visam, única e exclusivamente, a manutenção do *status quo* e a eliminação de uma análise crítica que implique na edificação social sobre outra perspectiva. São gerados novos conceitos sobre velhos valores.

O arsenal do neoliberalismo inclui o farto uso de neologismos que procuram destruir a perspectiva histórica dando novos nomes a velhos processos ou conferir respeito a pseudos conceitos. Surgem, assim, o pós-moderno, o **desenvolvimento sustentável**, os movimentos sociais urbanos, a exclusão social, os atores (sociais), as ONG-s, a **globalização**, o planejamento estratégico..., que procuram encobrir, ao invés de revelar, a natureza do capitalismo contemporâneo. (Neoliberalismo¹⁴)

¹⁴

Neoliberalismo.

Disponível

em:

<<http://www.usp.br/fau/docentes/depprojeto/c_deak/CD/4verb/neolib/index.html>> acesso em: 18 jul 2013.

Voltamos ao cerne de nossa reflexão: macroscopicamente o eixo estrutural continua intocável e exposto como única e universal perspectiva de modelo de progresso e desenvolvimento. Assim é composta a ideia de desenvolvimento sustentável na atualidade. Ideia essa que é estabelecida, na esfera micro, sob uma premissa maior representada pelo lucro capitalista.

O interessante é que os pseudos conceitos elaborados na esfera micro do sistema pouco dialogam entre si. Essa falta de sistematização torna-se cada vez mais precária quando os países envolvidos estão em posição mais subalterna no cenário internacional. As políticas ambientais conversam pouco com as políticas econômicas, por sua vez as políticas econômicas não interagem com as políticas sociais e, tão pouco, as sociais com as ambientais. A fragmentação e individualização de tais políticas tornam o ambiente mais fácil de ser explorado já que essa falta de interação acentua a antinomia entre regra e ação (veja o exemplo da constituição brasileira que garante, na teoria, vários direitos e que na prática são tão pouco aplicados.).

Tomemos quando, por exemplo, se estabelece o programa de incentivos fiscais e/ou de crescimento econômico pelo estado de Pernambuco. A contrapartida social das empresas que se beneficiam da isenção de tributos é muito pouco controlada. Por outro lado, as diversas secretarias responsáveis pelo desenvolvimento do Estado não estabelecem instrumentos e indicadores que possam aferir, eficientemente, o impacto ambiental, social e econômico do determinado programa.

A lógica utilizada acima, para refletir sobre Pernambuco, é capaz de explicar a razão do insucesso de programas, no âmbito nacional de desenvolvimento, elaborados por instituições como a SUDAM e a SUDENE. As duas organizações não conseguiram eliminar as grandes diferenças regionais no Brasil e, ademais, a miséria social não foi mitigada e muito menos eliminada.

Em todos esses programas de desenvolvimento, percebe-se o tratamento fragmentado das políticas públicas. Esta desintegração age de duas maneiras nos chamados países periféricos. Primeiro, torna-o mais propício às ações itinerantes e exploradoras do capital. E, em segundo lugar, acentua o sentimento de incapacidade estatal sobre a gestão de políticas públicas deste país. Por sua vez, este sentimento de incapacidade abre espaço para ideias de privatização, internacionalização e governança global, ou seja, naquilo que os países subalternos não são capazes de executar e se

propõem ações de empresas privadas, organizações internacionais e/ou da parceria desses dois.

Novamente, a causa central dos problemas acometidos não é questionada. Ao contrário, o modelo de produção e desenvolvimento dominante é exaltado como o melhor possível, necessitando, **somente**, de alguns ajustes para que ele funcione de forma eficiente. A funcionalidade é obtida pela construção e internalização de conceitos de eficiência e eficácia conduzidas pela disciplina individual. Portanto, a falha está na maneira pela qual está sendo conduzido o processo e não na estrutura sobre a qual ele foi montado.

A internacionalização da ideia de eficiência, a partir das premissas individualistas, institui um modo de ser classificado como vencedor submetendo ao “inferno das subclasses os débeis e os refratários” (GRAMSCI, 1978, p. 393).

Assim, multiplicam-se os manuais de autoajuda, os livros de gestão eficiente, os métodos de crescimento empresarial e cartilhas de administração pública. Todos eles divulgadores de modelos microscópicos de desenvolvimento que propõem tornar aptos os funcionários, as empresas e os governos, submetendo-os a uma lógica de poder, “sucesso” e “felicidade”, conduzida pelo macro modelo de mercado capitalista.

Espaço e tempo são também capitalizados e aferidos quantitativamente. São proclamados o ócio e o envelhecimento produtivo. Os negócios sociais são apregoados como soluções híbridas que conjugam a eficiência empresarial com o altruísmo. Os mecanismos de controle ambientais são medidos por sua viabilidade econômica. Todas as ações constituídas exploram como objetivo central a necessidade de impactar e transformar a vida das pessoas contribuindo para um mundo melhor.

Incute-se a ideia de um futuro promissor, possibilidade de usufruir das benesses do sistema. Produz e reproduz, no indivíduo, a ideia de que se adequando ele poderá desfrutar e consumir de tudo que a modernidade oferece. Todas as coisas estão disponíveis basta, portanto, saber como usufruí-las.

Entretanto, no mesmo ritmo e velocidade que se multiplicam os instrumentos de poder aumentam os males nas áreas onde são implantados os grandes empreendimentos industriais e de desenvolvimento. A incontabilidade do capital é demonstrada pelos danos comuns causados pelos preceitos de sustentabilidade capitalista. A estagnação

viária, o aumento de consumo de drogas, precarização e informalização do trabalho, exploração de crianças, velhos e adolescentes, favelização, exploração sexual e prostituição são alguns exemplos das mazelas que se encontram no entorno dos grandes centros de desenvolvimento nos países periféricos e que constituem nos mais emblemáticos produtos do modelo universal de desenvolvimento produzido pelo capitalismo.

CAPÍTULO 3 - GOVERNANÇA INTERNACIONAL

No início do século XXI, a ideia sobre governança emergiu da obscuridade para obter lugar central nos debates contemporâneos das ciências sociais. A governança apareceu como instrumento catalisador de eficiência e projeto solucionador de problemas no campo do desenvolvimento social e econômico mundial. Trata-se de uma ferramenta que, em sua implementação, reduz, em âmbito internacional, o poder dos Estados Nacionais, transferindo o processo de gestão para os diversos atores. Segundo Peters e Pierre (2000, p. 1) “Uma das principais razões para a crescente popularidade deste conceito é sua capacidade – diferente do termo governo – de cobrir o grande número de instituições e relações envolvidas no processo de governar”¹⁵. Entretanto, a popularidade deste termo tem como papel principal gerar, ideologicamente, a concepção de que outros atores são mais capacitados a gerenciar políticas que, tradicionalmente, seriam de responsabilidade do Estado.

Nesse sentido, a governança seria mais uma ferramenta para concretizar o processo liberalizante que transfere a autonomia e soberania do Estado para entidades como o Banco Mundial, a OMC, o Fundo Monetário Internacional, a ONU e seus programas. Além disso, visa o fortalecimento dos blocos econômicos sobre a chamada debilidade de gestão dos Estados Nacionais.

Entretanto, vale ressaltar que há outra maneira de conceber o conceito de governança. Nesse outro modelo de governança, o Estado é visto como ator central no processo de governar (Peter e Pierre 2000). Contudo, estamos utilizando aqui o conceito elaborado e/ou utilizado de forma hegemônica pelos advogados do Estado mínimo.

A maneira hegemônica contemporânea de governança internacional começou a se estabelecer a partir dos anos 1970 através da tese da burocracia, paternalismo e da crise de governança do Estado (Montaño, 2007). Essa ideia neoliberal proclama as instituições, como as ONGs e o terceiro setor, como atores centrais no processo de governar. Ou melhor, como instituições protagonistas no processo de decisão relacionado às políticas públicas. Essas organizações teriam o papel de fomentar políticas, programas e projetos ocupando, deste modo, o papel do Estado.

¹⁵ Tradução nossa.

Ademais, o papel dos projetos oriundos dessa governança teria como elemento norteador de suas ações a funcionalidade do Estado sobre uma base social e econômica já constituída: o capitalismo. Ou, em outras palavras mitigar e adaptar políticas visando estancar crises do capitalismo através de mecanismos neoliberais: Desregulamentação, Privatização e Enfraquecimento do Estado. Entre essas crises estaria o que para alguns ecologistas é denominado “crise ambiental”. Segunda Silva (2010, p. 82), “para o campo marxiano não se trata de uma crise ecológica em si mesma, visto que não é o ambiente natural que se encontra em crise e sim o capital”.

Portanto, é perceptível nesse panorama que os atores incorporam características funcionalistas adaptando o mundo e a natureza a um cenário já desenvolvido. Tomemos como exemplo o meio ambiente: Conceitos como economia verde e instrumentos propostos pelo Protocolo de Quioto, já famoso pela sua incompetência, abraçam elementos de mercado no sentido de propor soluções para os problemas ambientais. Além disso, são criados programas de Desenvolvimento Sustentável, alicerçados sobre a ideia de responsabilidade social e ambiental das empresas, selos verdes são etiquetados a produtos, criando um mercado que vai crescendo exponencialmente.

Sob a égide do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional a ideologia acampada pelo consenso de Washington e instalada pela privatização ganha um novo enfoque e instrumento para condenar a incompetência da gestão dos países – sobretudo os periféricos: o meio ambiente.

A solução proposta reincorpora elementos do mercado na definição de uma economia verde. É ela, a economia verde, ancorada pela ideia de uma nova mão invisível¹⁶ que solucionará problemas como o aquecimento global e as mudanças do clima.

Ora, se os problemas ambientais têm como causas a competitividade, o consumismo exacerbado e o lado efêmero das relações sociais, causas essas produzidas pela transformação sóciometabólica, caracterizada por um modelo de produção mercadológica, o silogismo transformador, exigiria, no mínimo, uma premissa baseado

¹⁶ É um termo cunhado por Adam Smith (1984) na obra A Riqueza das nações para enaltecer a economia de mercado como ordenador da sociedade. Isto aconteceria a partir da interação dos interesses individuais de cada um de seus membros.

em um novo modelo de produção e desenvolvimento. Só esse novo modelo estabelecido sobre a égide da produção poderia realmente controlar as dificuldades ambientais.

Segundo Paniago (2007, p. 171),

a situação das personificações do capital como “determinante-determinadas” encontra sua explicação causal no nóculo constituinte principal do modo de controle sociometabólico do capital – qual seja: a separação entre produção e controle, e a correspondente submissão do verdadeiro sujeito de produção – trabalho.

Portanto, no sentido de resolver os problemas oriundos do sistema, a inversão deste esquema é exigida para gerar uma nova base. Essa nova base teria como alicerce o trabalho e a necessidade. Com isso, o binômio capital/lucro deixaria de ser o condutor no processo de solução transferindo, em primeiro lugar, a direção das ações do mercado para os Estados.

Entretanto, os Estados deveriam incorporar preceitos de controle associados à produção. Ou melhor, seguindo o pensamento de Paniago (207, p. 182):

A transição a uma nova forma histórica implica, pelo que foi exposto, a superação do capital e não a escolha de estratégias que auxiliem a “revitalização da incontrolável força de controle do capital...trata-se da construção de uma ordem na qual o controle sobre todas as atividades da vida passa a ser determinado pela decisão consciente do verdadeiro sujeito produtor da riqueza social: o trabalho.

Porém, como vimos anteriormente, a governança liberal elabora um caminho inverso. Em outras palavras: sabemos que as instituições neoliberais em todo o mundo trazem uma concepção diferente. O estado perde poder e soberania em detrimento a outros atores. Conquistas, conseguidas a muitos custos pela classe trabalhadora, são extirpadas primeiramente pela privatização e pelo novo modelo de gestão internacional: A governança.

Motaño (2007. p. 225) analisando essa inflexão do Estado, diz:

Como, então, retirar do Estado todas aquelas conquistas sem criar um processo de convulsão social que pudesse levar a uma profunda crise e

provável quebra Institucional? Seguindo este triplo caminho: a) para encobrir a desregulação dos direitos trabalhistas: a terceirização e a flexibilização do contrato de trabalho eliminam (sem desmascarar) os direitos conquistado pelo trabalhador assalariado; paralelamente, o desenvolvimento dos direitos do consumidor opera ideologicamente como desenvolvimento de uma “nova cidadania”; b) para ocultar o esvaziamento dos direitos democráticos: a chamada globalização política – mundialização do capital, via expansão de organizações transnacionais: BID, FMI, OMC, G7, BM, Otan, via empresas multinacionais – esvazia (desigualmente) as democracias baseadas no Estados nacionais escamoteando o poder e autonomia dos países.)

Em relação a “Crise ambiental” os instrumentos de mercado ganham energia através de uma governança que extrai dos países sua força e autonomia para decidir os rumos de gestão dos seus recursos naturais. .

A questão ambiental foi categorizada como “crise” nas duas últimas décadas do século passado recebendo maior importância dentro do cenário internacional. Em 1983 foi criado, pela Organização das Nações Unidas, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente que objetivava debater e elaborar uma agenda, visando o combate às causas da degradação da natureza no nosso Planeta. Para diagnosticar os problemas ambientais globais e planejar uma agenda de ações em nível internacional foi instituído um grupo de trabalho interdisciplinar. Essa comissão desenvolveu o Relatório de Brundtland ou Nosso Futuro Comum. O relatório trazia como vértebra a importância do desenvolvimento econômico mundial que incorporasse preceitos de desenvolvimento sustentável com base em uma agenda socioambiental. O relatório, também, foi o documento base para a conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, também conhecido como ECO-92.

Durante a ECO-92 foram apresentadas as bases para a convenção denominada como Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). A convenção tem reuniões anuais e seu objetivo, segundo seu artigo 2, é a “..., estabilização da concentração dos gases que causam o efeito estufa a um nível que previna as perigosas interferências antropogênicas sobre o sistema climático” (UNFCCC). A convenção buscou fortalecer o trabalho do Painel Intergovernamental sobre mudança climática (IPCC, sigla em inglês) e originou o primeiro acordo internacional sobre mudanças

climáticas em 1994. Porém, esse acordo não definiu metas de redução, sendo isso feito apenas pelo Protocolo de Quioto.

O protocolo de Quioto foi ratificado em 1998 e estabeleceu metas de redução para os países desenvolvidos e para os países do Leste Europeu que estão em transição quanto ao seu regime político-econômico. O objetivo desse protocolo é atingir a redução média de 5,2 % da emissão mundial de gases causadores da mudança climática no período que abrange de 2008 até 2012. Atualmente está em discussão as ações que serão estabelecidas após a vigência do protocolo de Quioto.

Para os países em desenvolvimento, signatários do acordo, foi idealizado o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM, sigla em inglês). O CDM, prevê a implementação de projetos que reduzam o aquecimento global obtendo as Reduções Certificadas de Emissões – RCEs, que são comercializadas no mundo todo como crédito de carbono. Como o protocolo de Quioto não impõe uma redução obrigatória da emissão dos gases poluentes para os países em desenvolvimento, foi duramente criticado pelos EUA que ao final não aderiu ao acordo.

A nova dinâmica surgida através do protocolo de Quioto originou uma nova agenda no centro da governança global. Essa nova agenda envolve instituições clássicas na gestão e elaboração das políticas públicas como os governos municipal, estadual e nacional. Somam-se a eles as organizações multilaterais, organizações não governamentais de ação local e transnacional, entidades sindicais, Blocos Econômicos, Bancos, Setores Industriais, enfim, toda a representatividade ligada à produção e ao desenvolvimento social e econômico do nosso planeta. Estes atores se juntam no processo de planejamento, execução, direção e controle das políticas públicas, visando à mitigação e adaptação da mudança climática.

Entretanto, para incorporar uma característica mais científica ao seu projeto o Protocolo cria os chamados mecanismos de *accountability*¹⁷. Esses mecanismos sugeriram controle na compra de crédito pelos países desenvolvidos e pelas empresas. Contudo, sabe-se que no processo de obtenção de lucro o capital incorpora característica de incontabilidade (MÉSZÁROS, 2002) que transpassa e destrói o processo de *accountability* (PARSONS, 1995) pregado pelos adeptos da governança internacional.

¹⁷ Termo em inglês muito usado na gestão de políticas públicas que remete aos mecanismos de prestação de contas e é considerado um aspecto essencial na governança.

A razão disso é simples: a ordem estabelecida continua aquela que submete o trabalho ao capital.

Os instrumentos usados para expropriar a soberania do Estados Periféricos são inúmeros. Eles utilizam de corrupção e ferramentas ideológicas para construir uma imagem de incompetência e ingestão dos Estados periféricos. Nesse sentido, o primeiro passo é dado através da privatização das empresas estatais. O segundo trata de uma construção ideológica, bancada pelo capital, visando classificar de incapaz os estados periféricos. Portanto, inábeis de cuidar de seus recursos naturais.

A retórica de incapacidade cria elementos ideológicos e políticos, no sentido de sugestão por uma governança internacional sobre recursos naturais, como por exemplo a floresta amazônica, localizados geograficamente em países periféricos. Ademais, com esse movimento abre-se caminho para o que é classificado por Harvey (HARVEY, 2004 apud SILVA, 2010, p. 87) de “acumulação por apropriação ou acumulação por despossessão”.

A transferência de gestão dos recursos naturais facilita a construção da *mercadificação* dos recursos ambientais como água, terra e ar. Essas fontes são matérias primas essenciais na construção de energia tão necessária a indústria como ao novo capitalismo financeiro. Ademais, quando os países periféricos tornam-se despossuídos desses recursos torna-se mais acentuada sua situação de nação subalterna na divisão internacional do trabalho.

Dada as características gerais deste processo de governança, percebe-se que seu elemento central é garantir a funcionalidade de um sistema globalizante conduzido pela expropriação dos recursos naturais, privatização de fontes ambientais e acentuação da divisão internacional do trabalho. Entretanto, não está incorporada no escopo deste processo a transformação estrutural que exigiria mudanças radicais no processo de produção mundial. E, portanto, um novo olhar que, em primeiro lugar, enxergue o problema não como crise, mas como uma questão ambiental.

Segundo Silva(2010, p. 82)

Dada a ambiguidade do termo “crise ambiental” e os múltiplos sentidos que porta – sendo campo do pensamento crítico ora tratado como possibilidade de esgotamento das condições de reprodução do capital ora como ameaça à humanidade e sobretudo às classes

pauperizadas – optamos pelo termo “questão ambiental” aqui utilizado para referirmo-nos ao conjunto das manifestações da destrutividade da natureza – cujas raízes encontram-se no desenvolvimento das relações de propriedade – e seus desdobramentos sociopolíticos...

Portanto, torna-se inócuo as tentativas de equacionar os problemas ambientais a partir de uma visão funcionalista abraçada pela ideia de crise do meio ambiente. Sendo que essa visão, ao contrário de um olhar através do problema relacionado ao meio ambiente como uma “questão ambiental”, constitui-se um olhar parcial sobre o problema gerando um imperialismo ecológico que prejudica a população paupérrima do planeta e os países periféricos. Ademais, o termo “crise” abraça a ideia de oportunidade de lucro.

Silva (2010, p. 92) refletindo sobre o conceito de imperialismo ecológico de Foster e Clarck (2006) diz:

O conceito de imperialismo ecológico denuncia a desigualdade estrutural entre as nações do centro e da periferia do sistema. Embora este processo venha se reproduzindo desde a era mercantilista, o fato é que o saque hoje é global e se estende ao conjunto dos recursos naturais. O esgotamento ecológico, particularmente de algumas matérias-primas, tem elevado os custos dos fatores de produção e obrigado os capitalistas a incrementarem as práticas predatórias em novos territórios, intensificando as guerras de rapina com a mobilização do aparato bélico-militar sob o comando dos Estado Unidos.

Essas guerras de rapinas, relatadas pela autora, tem como objetivo garantir o fluxo contínuo de capital e reinvestimento. Esses dois, elementos são fundamentais para garantir a sobrevivência do capitalismo.

Harvey (2011, p. 460) aponta:

“seis barreiras potenciais à acumulação de capital...i) capital inicial sob a forma de dinheiro insuficiente; ii) escassez da oferta de trabalho ou dificuldades políticas com esta; iii) meio de produção inadequados, incluindo os chamados **limites naturais** (grifo nosso); iv) tecnologias inadequadas; v) resistências ou ineficiências no processo de trabalho; e vi) falta de demanda fundamentada em dinheiro para pagar no mercado.

Todos esses problemas no processo de acumulação são tratados concomitantemente pelas agências internacionais sob a égide de uma base solucionadora chamada mercado. Nesse sentido, são criadas políticas, na esfera pública e privada, no sentido de sustentar o fluxo da acumulação de capital e derrubar tais obstáculos.

O conceito de sustentabilidade ambiental retrata muito bem isso. Projetos e programas que incorporam a ideia de uma responsabilidade que é de todos, abraçam um caráter propagandístico, isenta de imposto e incorporam mais lucros às empresas. Outro exemplo gritante são as produções de alimentos naturais livres dos agrotóxicos que, apesar de serem mais saudáveis para quem os utilizam, custam mais caros pela exigência incontrolável do mercado.

Portanto, a ideia de sustentabilidade tão divulgada na contemporaneidade nos remete a pergunta: Sustentar o quê? O lucro e o mercado? Ora, sabe-se que isso por si só é insustentável e incontrolável. Meszáros (2002, p. 259) afirma que:

a necessidade inevitável de assegurar a administração sustentável das condições de controle sociometabólico e da produção no contexto global adequado se revela como algo irremediavelmente além do alcance do capital, não importa até onde e o quão perigosamente se extra limite o sistema.

A criação de conceitos e premissas que envolvem a ecologia e o meio ambiente em conjunção com princípios de governança internacional e do mercado está, em perspectiva, mais próxima a um jogo de retórica. Essa retórica tem como objetivo garantir ingerência pelo capital e pelos Estados-Financista (Harvey, 2011, p. 47), sobre fontes de matérias primas. Essa intervenção não é novidade dentro da lógica capitalista. Basta remeter a acumulação primitiva do capital pelo processo mercantilista, a exploração da força de trabalho escrava negra e indígena ou mais recentemente a tentativa da criação da Fordlândia (Harvey, 2011, p. 154) em plena floresta amazônica. Hoje, essa intervenção abraça – no intuito de obter sucesso através de manipulação ideopolítica – as concepções de uma governança internacional. Projeto como REDD¹⁸

¹⁸ O REDD é um programa das Nações Unidas objetivando a redução das emissões de gases poluentes causadas pelo desmatamento e degradação florestal. Para saber mais sobre o REDD acessar: <http://www.un-redd.org/>

constrói, mesmo inconscientemente, a ideia de uma incompetência dos países periféricos de gerenciar suas florestas e suas fontes de recursos naturais.

Esse processo acentua a alienação através de uma técnica de distanciamento que coloca de um lado os povos indígenas, os camponeses e os Estado periféricos e de outro as fontes de recursos naturais. Realiza-se, nesse sentido, uma inflexão na luta pela garantia da terra pelos povos aborígenes e pelos trabalhadores.

Para Karl Marx (1996), o distanciamento do homem e da terra está relacionado a alienação do seu meio de produção. Tal alienação é elemento de suma importância para a garantia do modo de produção capitalista. As características que envolvem a governança internacional no âmbito do meio ambiente nos parece dar continuidade a esse processo de alienação. Nesse caso, os recursos naturais vão sendo transferido, gradualmente, para os Estados centrais (e/ou Estados Financistas) e para as organizações multilaterais controladas por esses Estados e pelo Capital.

O projeto de esvaziamento da operacionalização do Estado, acentuado pelo neoliberalismo nos ano de 1970, incorpora força no sentido de destruir a soberania dos Estados periféricos. Se antes, através das privatizações de empresas e serviços, o Estado cedia espaço de ação para as empresas privadas, hoje, com as organizações supranacionais e seus modelos de gestão (baseados em uma governança internacional), os Estados abrem mão de sua soberania.

Ao refletir sobre o fluxo de capital afirma Harvey:

Os governos regionais e locais, com poderes limitados sobre impostos e o fornecimento de bens públicos, são incorporados a Estados soberanos, que tem delegado parte de sua soberania a órgãos supraestatais. Organizações como o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial, o Banco de Compensações Internacionais e as coordenação nas relações entre as potências (o G8, que agora se expandiu para o G20) têm, por exemplo, desempenhado um papel cada vez mais importante para orientar os fluxos de capital e proteger a acumulação do capital.(Harvey, 2011, p. 163)

O que Harvey nos apresenta se aplica à questão ambiental. As organizações internacionais propõem soluções para problemas como mudança climática e

aquecimento global a partir de um modelo de gestão que transfere responsabilidades do Estado para as organizações supranacionais. Nesse sentido, além de garantir os fluxos de capital móvel, o capital fixo, com espaço delimitado nos Estados Periféricos, e os recursos naturais são garantidos no processo de proteção do acúmulo de capital.

Cabe aqui lembrar, que esse projeto capitalista, segue o “movimento neoliberal, que começou na década de 1970 e constituiu uma agressão ideológica radical sobre o que o Estado deve ser”(Harvey, 2011, p. 161). Essa agressão apregoada por Harvey estabelece reformulação no papel do Estado e é instrumento norteador das políticas impostas pelo FMI, Banco Mundial, Consensus de Washington¹⁹ e do clube de Chicago.

Em relação ao social, tal ataque ideológico ajudou a dismantelar o pouco de estrutura educacional e de saúde de países como o Brasil, fortalecendo os planos de saúde e o ensino privado. A ofensiva ideológica neoliberal também ajudou a propagandear conceitos como responsabilidade socioambiental das empresas, desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, de economia verde. Isso implica numa lógica de construção ideológica do capital: transferir reponsabilidade do Estado para iniciativa privada que, posteriormente, é dividido com as organizações supranacionais (essas controladas pelo capital).

A globalização, em sua dinâmica funcionalista, incorpora o projeto de uma Governança Global que estabeleça poder e autoridade às instituições multilaterais. Nesse sentido, é utilizado o termo “Arranjo de governança” para descrever a interação entre os diversos atores que possuem estruturas e objetivos em comum. Esses atores globais têm suas origens atribuídas às organizações de Bretton Woods.

O “arranjo de governança” é caracterizado por três dimensões: publicidade, delegação e inclusão. A primeira refere-se a “publicização” (Montaño 2007) que é realizada quando determinada política é transferida da esfera estatal para a sociedade civil.

Já a segunda dimensão está plenamente ligada à primeira: quando o Estado abre mão do monopólio de uma determinada política através da delegação. Ele torna essa

¹⁹ Termo utilizado para classificar as políticas neoliberais, elaborados em 1989 por instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial, objetivando promover o desenvolvimento através de ajustamento macroeconômico baseado na privatização e no mercado. Montaño (2007) traz uma ótima reflexão da origem do termo e como isso foi aplicado no Brasil.

política aberta ao controle social. Assim, é combatido o “patrimonialismo” e o “clientelismo” representado por interesses escusos.

A terceira e última dimensão para o arranjo de governança é a inclusão. O termo se refere aqui a inclusão de outros atores no processo de tomada de decisão do Estado. Quando, por exemplo, o FMI estabelece metas a serem cumpridas por determinado Estado, solicitador de crédito, o FMI é alçado a tomador de decisões de políticas públicas relacionadas ao Estado.

Como a governança global envolve vários atores inclusive grandes empresas transnacionais o Estado torna-se, através desse “arranjo”, cada vez menos público e mais privado.

Esse paradoxo é desmascarado por Montaño (2007, p. 220) assim:

O problema de o Estado ser excessivamente voltado para interesses privados, via “patrimonialismo” e “clientelismo”, deve ser efetivamente combatido com seu contrário, a “desprivatização”, e não com a maior “privatização” encoberta em “publicização”.

Aqui se percebe, novamente, a incoerência das propostas baseadas nos ideais mercantis do neoliberalismo e da governança internacional. Assim, como questões relacionadas ao meio ambiente, que são causadas pelo modelo de produção de mercado, incoerentemente, tem a solução desenhada a partir da lógica do mercado, assim, também, são elaboradas as soluções para o “patrimonialismo” e o “clientelismo”.

A condução da questão ambiental passa a ser administrada pelos diversos atores dos “arranjos de governança”. Elemento que já se tornou clássico nesse processo é a gestão socioambiental empresarial. Segundo Barbieri (2004, p. 57) “esses modelos devem contribuir para gerar renda e riqueza, que são objetivos básicos das empresas, minimizar seus impactos ambientais adversos, maximizar os benefícios e tornar a sociedade mais justa”.

Todavia, cabe lembrar que, neste processo, a renda gerada fica nas mãos em, sua quase totalidade, do capital. O lucro e a riqueza são criados através do processo de mais valia que explora o trabalhador e o afasta de seus meios de produção. Em outras

palavras: nunca o lucro gerado tornará a “sociedade mais justa”, pois essa riqueza criada será conduzida e administrada pelo capital que detém o poder, e, como dito antes, tem como objetivo central garantir mais poder através de um fluxo contínuo de capital. Os capitalistas são, portanto, os detentores do poder econômico em detrimento à classe subalterna.

Silva (2010) acenando para a discrepância entre o capital e o trabalho, descreve a situação dos catadores das empresas de reciclagem como uma situação apartada da garantia de proteção legal do trabalhador e da sua família

Logo, o lucro das empresas é o objeto mais “sustentável” nesse processo. Por outro lado as garantias sociais associadas ao Estado são jogadas no limbo pela informalidade e pelo processo de terceirização. Esse último representado pelas ONGs e cooperativas constituídas como falsas concepções de sociedade civil criada pelo neoliberalismo. Ademais, o terceiro setor se apresenta como verdadeiras aliciadoras dos catadores em favor das empresas.

Percebe-se, segundo Montañó (2007, p. 232) “o constante aumento do desemprego estrutural, a precarização das condições de trabalho e o esvaziamento de sistemas de proteção legal do trabalhador”. Por outro lado, as empresas recicladoras vão obtendo seus vertiginosos lucros. “Ancorados na legislação ambiental ou mesmo em função das pressões dos organismos internacionais sob a bandeira do desenvolvimento sustentável.” (Silva, 2010, p. 133)

Importante ressaltar que esse processo de precarização do trabalho como consequência do lucro não encontra nenhuma contradição com os ditames capitalistas. Ao contrário, a construção de um regime baseado no mercado se contradiz, isso sim, aos argumentos dos adeptos da gestão ambiental empresarial. Os advogados desse modelo de gestão colocam como um dos objetivos deste processo, como o assinalado por Barbieri (2004) o de “tornar a sociedade mais justa”.

Essa sociedade mais justa é impossível de ser construída através de um processo que coloca o mercado como mediador. E, a razão para isso é simples: o capitalismo através do mercado objetiva o lucro.

Segundo Marx (2004, p 46) “para os capitalistas, a aplicação mais útil do capital é aquela que lhe rende, com igual segurança, o maior ganho.” Nesse sentido, tornar a “sociedade mais justa” deveria ser trocado pela pergunta: quanto vou ganhar por isso?

Os programas e projetos oriundos do Protocolo de Quioto e do conceito de Economia verde estão sendo regidos por uma lógica de mercado e investimentos tornando-se mais um ramo de comércio. Assim, também, são os conceitos de Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade ambiental e tantos outros que entram e saem da moda nesta sociedade produzida por marqueteiros e propagandistas.

A governança global, na esfera do meio ambiente, produzida por organizações multilaterais, não propõe, uma ruptura com essa visão mercadológica e privatizante. Ao contrário disso, apoia soluções que não rompem com essa lógica do interesse individual e do lucro. Portanto, impossível tornar-se um instrumento de uma sociedade mais justa.

Para Marx (2004, p. 47):

O interesse particular daqueles que exploram um ramo do comércio ou da manufatura é, em certo sentido, sempre diferente do interesse do público e, frequentemente, até mesmo contraposto a ele de maneira hostil. O interesse do comerciante é sempre de ampliar o mercado e limitar a concorrência dos vendedores... Esta é uma classe de gente cujo interesse jamais será exatamente o mesmo que o da sociedade, [de gente] que tem em geral um interesse, o de enganar e sobrecarregar o público. (Marx, 2004, p. 47).

Compreende-se, logo, que a questão ambiental, por ser tratada como crise e, portanto, como oportunidade, é utilizada pra criar novos mecanismos de produção. Esses instrumentos revolucionários têm como objetivo central a sobrevivência da sociedade burguesa e nunca a transformação para uma sociedade mais justa.

Essa estratégia burguesa foi relatada por Marx e Engels assim:

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção constituía, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes

industriais anteriores. Essa revolução contínua de produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. (Engels e Marx, 1999, p. 12)

Nada mais apropriado para estabelecer o terror do que uma crise ambiental que, segundo os cenários criados pelas instituições de governança internacional, pode por fim a existência humana na terra. Esse ambiente de insegurança cria as proposições requisitadas para a reprodução do modo de vida capitalista através dos modelos de soluções propostos.

Contudo, uma alternativa que realmente se prestasse a gerar uma sociedade mais justa só poderia ser construída a partir da transformação estrutural da sociedade. Esse modelo seria construído através de mudanças culturais, sociais, ideológicas, políticas e econômicas que excluísse o lucro e o mercado do bojo das soluções recomendadas. Dessa maneira, quando se reflete sobre a saliência da questão ambiental já se inicia a criação de um projeto alternativo que tenha como fundamento os interesses da classe subalterna. Essa visão, transformadora da estrutura de subordinação de classe, se constitui na superação de um espectro tecnicista, impondo em seu lugar a reflexão de uma totalidade a ser suplantada.

Conforme Faleiros (2011, p. 136) “a análise da situação concreta, dos interesses em jogo e dos espaços disponíveis de movimentação deve permitir um inventário dos aspectos mais frágeis do inimigo e dos aspectos mais fortes da própria força”.

Meszáros(2002, p. 138) oferece as pistas desta fragilidade quando aponta a impossibilidade de haver controle de todos os tipos de problema, inclusive o ambiental, quando a solução é proposta do ponto de vista do capital que, inevitavelmente, derruba até um grande pensador como Adam Smith. Os princípios orientadores do sistema impostos a Smith fazem-no – e a muitos outros que seguem seus passos – procurar respostas onde elas não estão, ou seja, a resposta não está na “mão invisível” do mercado.

Sabe-se que ação por mais lucro, a concorrência e o desenvolvimento de novos instrumentos de produção criarão e intensificarão as crises do modelo capitalista. Já Marx e Engels deixaram como herança aos operários de vanguardas e/ou aos

intelectuais orgânicos²⁰ o manifesto do partido comunista que aponta para a criação, pelos próprios burgueses, das condições materiais para o surgimento de uma nova sociedade.

Entretanto, a análise necessita da relação dialética do conhecimento com a prática. Segundo Faleiros (2011, p. 138), “é tarefa da ação profissional articular as práticas dos atores sociais aos efeitos de distintos aparelhos para construir-se as forças a médio, curto e longo prazo que possam inverter e modificar tais efeitos e a estruturação desses aparelhos.”

Dentro do aparelho global, construída a partir de uma visão hegemônica das questões ambientais é necessário, portanto, quebrar a concepção ideológica que impõe problemas, como aquecimento global e mudança climática, a elementos de crise desassociada ao modelo de produção existente que, segundo Silva (2010, p. 146), “as bases encontram-se fincadas na apropriação privada do trabalho alheio, dos elementos naturais e sua conversão em fatores de produção, medida pelo uso da ciência e da tecnologia”.

A relação do Serviço Social nesse tema é intensa. Ela abarca todos os aspectos das políticas sociais e o compromisso transformador do Assistente Social que, a partir do congresso da virada, em 1979, congrega o projeto ético político da profissão ao compromisso com as classes subalternas.

Nesse sentido, pensar a Governança Ambiental é apresentar um olhar sobre as crises ambientais construídas por meio de mecanismos funcionalistas que, “implementadas no âmbito da administração da “questão ambiental”, têm se revelado insuficientes diante da lapidação da natureza.” (Silva, 2010, p. 146)

A ampliação do trabalho do profissional do Serviço Social foi expandida, pela estratégia capitalista, para fora das empresas onde tinha “a finalidade de levar o trabalhador a atingir os índices de produtividade exigidos pela empresa”. (Silva, 2010, p. 148) Isso se deu através da incorporação de preceitos de sustentabilidade ambiental pelos empresários na esfera mundial. Nessa estratégia, a inserção do Serviço Social foi constituído, com destaque, no campo da educação ambiental (Silva 2010).

²⁰ O texto de Giovanni Semeraro, *INTELECTUAIS “ORGÂNICOS” EM TEMPOS DE PÓS-MODERNIDADE*, apresenta uma excelente reflexão sobre o papel dos intelectuais. GIOVANNI SEMERARO.

Portanto, é fundamental que os assistentes sociais tomem consciência do papel da profissão como ferramenta de construção ideológica utilizada pelo capital no que tange as questões ambientais. E, mais do que isso, utilizar essa consciência como instrumento de uma análise crítica e transformadora da crise ambiental formatada pelo aparelho ideológico, e hegemônico, representados pelos mecanismos de governança internacional capitalista.

Constitui-se projeto da hegemonia do capital a “formação de uma cultura ambientalista que apregoa a preservação da natureza, ainda que, hegemonicamente, não questione a base destrutiva” (Silva, 2010, p. 149). Essa base, que é o modelo da sociedade de produção capitalista, é desta forma, excluída como elemento causador dos problemas sociais motivados pelo modelo de produção operante. Além disso, as soluções propagadas para tais problemas são elaboradas na esfera da melhoria administrativa de políticas públicas. Essas melhorias, constituídas por elementos acríticos, objetivam, sobretudo, fazer com que funcionem e se expandam os aparelhos da democracia neoliberal.

Nesse cenário, a construção mediadora, que o papel do Serviço Social incorpora, ganha vulto durkheimiano. Essa estratégia utiliza o Serviço Social como contrapeso para os problemas gerados e cria a falsa impressão de que algo está sendo feito no sentido de ajustar problemas pontuais do sistema. Essa construção, através de seus mecanismos de compensação, é falsa, falaciosa e tecnicista. Para Faleiros (2011, p.50), neste cenário “o Serviço Social é considerado como compensação de carências e terapia de desvios sociais. A mudança é concebida como um integração ao sistema, como se o próprio sistema também não fosse fruto das relações sociais,”

É compromisso do Serviço Social descortinar e desmascarar essa mentira, continuísta e conservadora, que constitui a questão ambiental no âmbito da governança internacional. Para isso, vale lembrar a história mais recente da profissão: desde 1979, com o congresso da virada, o projeto ético político trás, inserido em seus fundamentos ontológicos, o caráter progressista do Serviço Social. Para Netto (1999, p. 1) “Este período marca um momento importante no desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, vincado especialmente pelo enfrentamento e pela denuncia do conservadorismo profissional”.

Assim, é mister enfrentar essa tentativa de utilizar o Serviço Social pelo processo de gestão elaborado pelos adeptos da governança internacional. Esse uso representaria uma inflexão do projeto ético político comprometido com as lutas sociais e com a classe trabalhadora.

Silva (2010, p. 152) afirma:

Constitui, portanto, um dos principais desafios ao Serviço Social desvelar a natureza teórica e política das propostas de educação ambiental nas quais a profissão é convocada a intervir: analisar os fundamentos de tais formulações, ao tempo em que investiguem os seus desdobramentos ideoculturais, perante os usuários e a sociedade, impõem-se como tarefa precípua a todos os que se propõem uma intervenção crítica.

Ademais, a visão dos aparelhos da governança internacional, que separa sociedade e natureza, se configura em um olhar míope que exclui a totalidade da relação homem e natureza. E, por si, só abraça uma visão a-histórica do desenvolvimento humano. Essa contemplação, pouco perspicaz, abarca um desvio e um retardamento do papel transformador do Serviço Social, assegurando as teses neohegelianas²¹ do fim da história.

Esse olhar fragmentado distancia o homem da natureza. Elabora-se, ideologicamente, o sentimento de não pertencimento que aliena o ser humano e torna-o estranho a si mesmo. Porquanto, o que se acentua aqui não é uma visão estrutural e/ou universalista da questão ambiental determinada pela cultura do modo de produção capitalista. Ao contrário, extirpa-se a questão ambiental dessa totalidade, tentando determiná-la como um problema pontual que pode e deve ser equacionado através de mecanismos, inseridos no próprio capitalismo, como a governança ambiental.

A fragmentação determinada pelo capitalismo constitui no estranhamento da consciência do homem como ser genérico. As demandas ambientais são resultados da

²¹ A tese, neohegeliana, mais conhecida é a de Francis Fukuyama publicada no fim do ano de 1989 com o título de "O fim da história". FUKUYAMA (1989) se reveste da teoria Hegeliana sobre o fim dos processos históricos para analisar as grandes transformações que aconteciam no mundo naquele ano com especial atenção para a queda do muro de Berlim.

exploração da classe subalterna. Essa classe tem seu trabalho alienado. Assim, o trabalho sofre uma metamorfose: a relação transformadora do trabalhador com a natureza não visa a satisfação das suas necessidades. Ao contrário, as relações sociais assim estabelecidas respondem à necessidade de lucro de uma classe antagonista que detem todos os meios de produção inclusive a natureza.

Ademais, a reponsabilidade individual²² é colocada como instrumento protagonista para o equacionamento dos problemas ambientais gerando maior distanciamento da verdadeira razão do problema tomando em relevo suas consequências. Como efeito, o trabalhador se aliena mais.

Cai nas costas da classe subalterna, e do trabalho, a responsabilidade do problema que não foi causado por eles. E, quando essa classe explorada toma para si, através de ações individualistas, os encargos para a solução dos problemas ambientais, paradoxalmente, ela está acentuando e fortalecendo as causas (modelo de produção capitalista) desse problema já que as soluções estão apontadas para suas consequências (aquecimento global, mudança climática, entre outros).

O não enfrentamento às causas e a tentativa de solução sobre a base capitalista faz parte da concepção ideológica burguesa. Isso representa o continuísmo e conservadorismo que abarca tanto a percepção liberal clássica da “mão invisível”, como os projetos keynesianos. O primeiro coloca como objeto equacionador do problema um elemento místico. O segundo, constrói solução para as crises a partir do Estado intervencionista que não rompe com a lógica do capital. Segundo Paniago (2007, p. 178), “o que essas tentativas têm de comum, apesar de aparentemente usarem recursos de política econômica tão distintos, é a incapacidade de se dirigirem às causas. Ao invés, tentaram remediar a situação no nível dos efeitos e consequências.”

Portanto, o homem se distancia da realidade tornando seu trabalho mais estranhado. Então, perde-se força o papel totalizante, genérico, histórico, transformador e libertário das “questões ambientais”.

Para Marx (2004, p. 85)

²² No filme/Documentário *Uma Verdade Inconveniente*, de 2006, Dirigido por Davis Guggenheim, traz o ex-Vice Presidente dos EUA, Al Gore, numa “cruzada” contra as causas do aquecimento global. Ao final do filme é sugerida uma série de ações, individuais, que virão contribuir para diminuir as causas do aquecimento global e da mudança do clima.

A consciência que o homem tem do seu gênero se transforma, portanto, mediante o estranhamento, de forma que a vida genérica para ele se torna um meio. O trabalho estranhado faz, por conseguinte: do ser genérico do homem, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual. Estranha o homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua essência espiritual, a sua essência humana.

É na batalha contra esse estranhamento que consiste a missão ético-política do Serviço Social. Através da reflexão crítica elaboram-se propostas efetivas para a questão ambiental. Através da práxis fomenta-se a consciência e transforma-se o mundo. Parte-se da dialética para atingir a totalidade da crise planetária.

De acordo com Barroco (2004, p. 74)

A ética realiza sua natureza de atividade propiciadora de uma relação consciente com o humano-genérico, quando consegue apreender criticamente os fundamentos dos conflitos morais e revelar o sentido e determinações de suas formas alienadas; quando apreende a relação entre a singularidade e a universalidade dos atos ético-morais; quando responde aos conflitos sociais resgatando os valores genéricos, quando amplia a capacidade de eleger conscientemente; sobre tudo, quando indaga radicalmente sobre as possibilidades de realização da liberdade, seu papel fundamental.

A mudança do clima, o aquecimento global, a emissão dos gases de efeito estufa, a poluição dos rios, a miséria e a pobreza, tudo isso faz parte de uma totalidade. Sua causa é a mesma e só será solucionada quando as relações sociais tornarem-se radicalmente diferentes. Chega a ser ingênuo estabelecer ferramentas de gestão baseadas numa governança internacional ou, ainda, de propor atitudes particulares para resolver tais pendências. Nesse sentido, “o projeto ético-político do Serviço Social constitui ferramenta essencial e referencia a todos os profissionais que buscam imprimir um diferencial de qualidade no pantanoso terreno do debate ambiental (Silva, 2010, p. 161.)

Desse modo, a questão ambiental é consequência do modelo de desenvolvimento implantado pelo capitalismo. Pensar em saídas para os problemas causados por ele

exige se pensar de forma crítica e transformadora. As soluções demandam um olhar histórico que não descarte o expurgo desse padrão de desenvolvimento. Ao contrário, continuar sobre a égide do capital resultará na acentuação dos problemas globais que aparecem de várias formas em nosso planeta.

A negativa de uma alternativa que se sobreponha ao paradigma do capital se constitui, assim, na negação da própria história. O indeferimento se dá na forma mística e/ou individualista das propostas apresentadas, colocando em relevo as consequências sem questionar suas causas. As tentativas impostas pelo capital só irão atenuar temporariamente as tensões oriundas do próprio modelo de desenvolvimento capitalista. Não se poderá, dessa maneira, se discutir as soluções para as questões ambientais sem antes discutir as causas do problema.

O que acompanha a governança global, seja na esfera ambiental seja em outra esfera das Relações Sociais e Internacionais, parece que está invertida. Na verdade o que é global não é visto em sua totalidade, como por exemplo, as causas de seus problemas caracterizadas pela busca incessante de lucro. Por outro lado, o que é particular ou pertencente a uma especificidade, como diferentes valores culturais, é quase obrigado a se integrar a um processo de universalização mercadológico chamado globalização.

A governança global na esfera de um projeto de administração pública que abrange atores globais e minimiza o papel do Estado é uma continuidade de planos de gestão onde o cerne teleológico é a obtenção de lucro. Assim foi com o fordismo, com o toyotismo, com os princípios de Fayol²³ além de tantas outras teorias da administração clássicas e contemporâneas. Todas elas fracassaram no sentido, seguindo a cartilha do novo e do clássico liberalismo, de ajustar o funcionamento da sociedade, através de elementos do mercado. Essa conjunção entre economia e administração fracassou porque sua construção de eficiência e eficácia foi, e ainda continua sendo, desenhada sobre o alicerce do princípio de lucratividade capitalista.

²³ Os quatorze princípios da administração de Henri Fayol (Bateman & Snell, 1998) são: 1.Divisão do trabalho; 2.Autoridade e responsabilidade; 3.Disciplina; 4.Unidade de comando;5.Unidade de direção; 6.Subordinação dos interesses individuais aos interesses gerais; 7.Remuneração do pessoal; 8.Centralização; 9.Cadeia escalar; 10.Ordem; 11.Equidade; 12.Estabilidade do pessoal; 13.Iniciativa; 14.Espírito de equipe.

Na contemporaneidade os princípios de desenvolvimento sustentável, marketing social, responsabilidade social e todos outros conceitos que envolvem a questão ambiental nas organizações internacionais e empresas transnacionais abrangem os valores conduzidos pelo lucro. A cultura difundida por essas organizações é esboçada a partir de princípios éticos de amontoamento do lucro e aumento de receita.

O princípio axiológico do capital é o lucro. E é nesse princípio que o núcleo necessita ser transformado. Quando o lucro começar a não ser o norteador de ações na sociedade então ela, realmente, iniciará uma nova associação humana. Uma sociedade baseada em princípios éticos e morais verdadeiramente conduzidos para garantia do meio ambiente e da vida no planeta não pode ser conduzida pela busca do lucro.

Ora, na vida social há um ator que tem papel protagonista dessa transformação e por isso mesmo, ele é o mais atacado pelos advogados da concepção social baseada no mercado. Faz-se referência, aqui, ao Estado que, segundo Gramsci (apud SIMIONATTO, 1995, p. 49), tem por intento:

criar novos e mais elevados tipos de civilização, adequar a civilização e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do desenvolvimento continuado do aparelho econômico de produção, portanto, elaborar, também fisicamente, tipos novos de humanidade.

Chega-se a conclusão que o Estado como instituição ou, em termos gramsciano, como sociedade política deve fazer parte do processo de transformação e da equação dos problemas sociais como dos ambientais. Portanto, a ideia proposta se contrapõe a concepção neoliberal de que o Estado deve se ausentar ao máximo na solução das demandas sociais.

Entretanto, numa aproximação da concepção de governança geral, não só a sociedade política faz parte desse processo. A sociedade civil e a sociedade econômica são atores fundamentais na ação de transformação social e ambiental.

Contudo, é necessário quebrar e destruir concepções muitas vezes apresentadas pelo termo: cultura organizacional. Essas concepções são construídas a partir da criação de uma zona de conforto que imponha limites no processo de transformação. As organizações que se propõem a ajustar o meio ambiente ao sistema capitalista usam termos, como mitigar ou adaptar, que são expressões mais brandas do que transformar.

A transformação exigirá uma mudança radical que deve permear o Estado de forma irrestrita e ampliada. Para isso, é necessário mudar as concepções hegemônicas que norteiam a vida em sociedade na contemporaneidade. Faz-se importante lembrar que esse entendimento foi construído a partir de valores particularista arraigados por aparelhos representativos da classe burguesa.

A ideologia, a religião, a educação são instrumentos indelévels nesse processo de dominação ideopolítica. Assim, os valores construídos no seio dos aparelhos capitalistas também são transferidos para a concepção de educação ambiental e governança global. Portanto, a verdadeira construção de uma solução para a “questão ambiental” exige uma catarse que liberte o ser humano dos princípios axiológicos do lucro.

Chega-se aqui, na esfera ideológica propriamente dita. Se, como já foi referido, acima, a ideia de sociedade é hoje constituída embasada no lucro, é necessário que novos valores sejam construídos sob a base da produção. Em outras palavras, o trabalho torna-se elemento de uso da classe que produz e, por outro lado, o lucro perde seu elemento teleológico dentro das relações sociais.

Durante os ciclos de crises do capitalismo, a classe dominante se depara com as fissuras inerentes ao próprio sistema. São, nesse momento, que a classe produtiva pode dilatar as suas articulações no sentido de reverter as relações hegemônicas a seu favor. No caso específico da questão ambiental cabe, por meio da análise crítica e de ações objetivas, como a da educação ambiental, expor que a causa dessa crise está ligada ao próprio modelo de produção baseado no mercado e no lucro.

Sobre os conflitos gerados pelas situações de crise, Simionatto (1995, p. 41) diz:

Nestas situações de crise, pode ocorrer, de um lado, a rearticulação da classe dominante, que através da coerção procura recompor a sua hegemonia (uma vez que possui uma capacidade maior de organização) através de “sacrifícios”, concessões ou promessas demagógicas. De outro, as classes dominadas podem ampliar a sua articulação e, portanto, o seu consenso, e reverter as relações hegemônicas a seu favor, ocupando espaços para se tornar classe dirigente (através do consenso) e dominante (isto é, condutora do poder).

As mudanças climáticas e as consequências do aquecimento global, apregoadas pelas organizações multilaterais, são utilizadas, aqui, por duas características de recomposição de hegemonia, da classe dominante, relatado por Simionatto (1995): A primeira, é a coerção baseada na ideia da obrigatoriedade de ações que alivie, ou adapte, o planeta aos ditames proclamado pela burguesia. Caso contrário, a consequência será a destruição da terra.

A segunda está interligada com a primeira já que as ações corretivas estabelecidas pelas organizações multilaterais são construídas a partir do mercado. Isso por si só já configura uma grade demagogia: o mercado objetiva o lucro e não a solução de problemas causados por este próprio mercado. Propostas construídas a partir de uma visão de negócios sociais são ilegítimas e constituem, verdadeiramente, numa grande falácia.

Contudo, a classe dominada tem a oportunidade de esclarecer esse mecanismo falacioso e demagogo através daquilo que Simionatto (1995) chama ocupação de “espaços para se tornar classe dominante”. Para isso, é importante ressaltar o papel protagonista, no processo de tomada de consciência e de ação do intelectual.

Logo, o serviço social, dentro de sua visão de totalidade e através de uma práxis que conjuga a ação profissional com uma filosofia transformadora, tem como uma de suas missões concatenar o processo de geração destes intelectuais comprometidos e/ou oriundos da classe trabalhadora. O código de ética do Serviço Social deixa isto claro através dos seguintes artigos:

VIII Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as (Código de Ética Serviço Social, p. 24)

Assim, seguindo o pensamento de Simionatto (1995, p. 60) “o proletário também pode produzir os seus intelectuais, que contribuirão para a construção da sua hegemonia”. Estabelece-se, a partir disso, uma nova forma de pensar a questão ambiental e dos mecanismos de governança ligados às tais demandas. Uma forma que é

conduzida por preceitos e valores éticos que vai além do lucro e do capital. Uma forma que é construída a partir da tomada dos instrumentos hegemônicos da classe dominante (escola, religião, mídia, entre outros) e que constitui o Estado Ampliado.

A ideologia ou a crença na transformação nasce da estrutura produtiva que cria uma realidade social perversa e que destrói o planeta. Portanto, não se trata de uma “falsa consciência”.

Simionatto (1995, p. 72) relata que:

No pensamento gramsciano, a ideologia é algo que se objetiva na realidade social, histórica e concreta. Gramsci rompe com a tradição marxista que a concebe como “falsa consciência”, já que, a seu ver, a ideologia tem um peso decisivo na organização da vida social e se torna força material quando ganha a consciência das massas.

O papel do intelectual comprometido com a classe trabalhadora é desnudar os preceitos e conceitos hegemônicos criados por intelectuais orgânicos da classe burguesa. Os aparelhos internacionais mantenedoras da ideologia hegemônica relacionada à questão ambiental são os principais divulgadores dessa ideologia dominante.

Na construção do pensamento hegemônico capitalista não faltam ações de intelectuais que difundem as ideias de sustentabilidade, mercado de carbono e negócios sociais inseridos na destruição do poder estatal e proclamadores de uma governança internacional. Exemplos disso não faltam: A metodologia usada no tratamento de dados científicos gerados pelo IPCC²⁴, a ausência de divulgação, pela grande mídia, do debate sobre a veracidade relacionada a mudança do clima, as propostas de solução construídas sobre a base de lucro, a incorporação, pelos partidos conservadores, de programas de sustentabilidade ambiental e as propostas de políticas de sustentabilidade nas grandes corporações internacionais.

Pode-se aqui, apresentar vários outros exemplos de busca de legitimação de poder da classe dominante. Entretanto, as ilustradas acima apontam, explicitamente, que

²⁴ Painel Intergovernamental para mudança climática do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente -PNUMA.

o que está em jogo é a manutenção do poder permanecendo, nesse sentido, oculto às causas que originaram os problemas ambientais.

Inserindo-se no contexto, apontando as contradições do binômio lucro/meio ambiente, propondo uma alternativa política onde o trabalho se sobreponha ao lucro e identificando a debilidade da ideia de uma governança global sob a égide da globalização capitalista que, genuinamente, emergirá uma solução para os problemas ambientais como, também, para todas as outras questões sociais que afligem o planeta.

É nesse eixo e a partir do senso comum já estabelecido e reconstruído permanentemente pela burguesa, que está o nascedouro de um novo sistema social. Não se trata da destruição do senso comum, mas a sua crítica e substituição. (Simionatto, 1995).

A questão ambiental é um problema imposto e criado por um sistema. Portanto, é mister a troca desse sistema por um novo. Só assim os problemas podem ser equacionados. Os instrumentos para essa transformação estão localizados na luta concreta que surge a partir das dificuldades das classes subalternas e dos mais pobres. Esses últimos mais sujeitos aos problemas decorridos da degradação ambiental.

Sobre essa luta Simionatto (1995 p. 83) argumenta:

A passagem do senso comum, do modo de pensar desorganizado e folclórico, a um pensar crítico e histórico se faz através da luta concreta, a partir dos problemas práticos vividos pelas classes subalternas, as quais, mediante a discussão dos seus problemas, chegarão a um nível de cultura sempre mais crítico das situações impostas pelo modo capitalista de produção.

Conforme foi ressaltado, anteriormente, a degradação ambiental é causada pelo modo de produção capitalista. Ele é a gênese de problemas como, por exemplo, a emissão descontrolada de gases que causam a mudança climática, que atingem, sobretudo, os mais pobres. ZIMMERMANN & SCHONS (2012. p. 4) afirmam:

O aquecimento global e as conseqüentes mudanças climáticas põem em perigo todas as populações. O fator pobreza, no entanto, potencializa os perigos que muitas vezes se convertem em tragédias na vida dos excluídos, uma vez que a condição de pobreza diminui a

capacidade de adaptação e mitigação a estes eventos que, por extensão, atingem o conjunto da sociedade.

Assiste-se, assim, sob os auspícios da chamada governança global a continuidade do processo de racionalização fermentada pela concepção fordista/taylorista. A questão ambiental é tomada pela classe dominante como instrumento coercitivo com objetivo de criar um consenso na elaboração de um pensamento hegemônico. A estratégia continua a mesma, diferenciando, entretanto, os valores proclamados: Se no início do Século XX era o, como diz Simionatto (1995, p 89) “neopuritanismo que corresponde à exigência da luta sistemática contra o gasto de energias necessárias ao ato produtivo”, hoje, depara-se com o discurso de sustentabilidade e reponsabilidade social.

CAPÍTULO 4 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A relação do homem com o local em que vive resulta em ideias, amplamente divulgadas, de que o ser humano é o produto do meio em que vive. Nesse sentido, o ambiente apresenta primazia sob o sujeito que, por sua vez, responde, mecanicamente, aos efeitos de um determinado espaço. Há um deslocamento quando necessário e se fixa quando isso propícia seu bem-estar.

Assim, o ambiente é determinado por uma força motriz, incontestável, imutável e universal. A origem de todas as coisas é determinada por um agente impermeável que representa a incapacidade do homem sobre o espaço. O homem, sujeito nas relações sociais, cede seu espaço para uma potencia sobrenatural. Numa inversão entre sujeito e predicado, onde um transforma-se no outro e vice-versa, o homem torna-se estático, impotente e condicionado por uma força maior e sobre-humana.

Esse cenário conduz a uma situação dada que leva a passividade e ao fatalismo. O homem deve se resignar à força da natureza que, por sua vez, cria mitos e submete a raça humana as suas vontades. Independente de suas ações, o homem sofre as causas e consequências de uma potencialidade onisciente, onipresente e onipotente. O ser passa a ser objeto de uma relação sobre-humana e incontestável o qual determina as suas obras e das ações da natureza sobre sua vida.

Porem, quando se reflete sobre o passar do tempo, percebe-se que a história não foi exatamente assim. O homem, através do trabalho, traz na objetividade de suas ações elementos de transformação do ambiente que conduziram, e conduz, a criação de novas tecnologias e que, por sua vez, transporta as relações sociais para novas necessidades e possibilidades.

Não se sabe, ainda, exatamente, quando tudo isso começou. Entretanto, é certo afirmar que a própria limitação do homem, no que tange a sobrevivência em um ambiente hostil, fez emergir sua capacidade de se comunicar e sociabilizar.

A transformação do espaço para se alimentar, se defender e se desenvolver é causa que fundamenta a vida de todos os animais e não foi diferente com o homem. No entanto, a análise e planejamento de ações transformadoras é uma característica exclusiva do ser humano. O homem, sob o impacto do ambiente, responde a estímulos

que o faz desenvolver respostas. Essa, por sua vez, gera capacidades cognitivas dilatando sua habilidade de percepção.

A percepção da necessidade de instrumentalizar mecanismos de respostas às demandas diárias leva-o a vislumbrar novas possibilidades. Essa relação de causas e efeitos é interminável. Mediado por objetivos e externalidades o trabalho se funda como objeto central e determinante do ser social. Em suma: o existir induz ao pensar que, por sua vez, leva a racionalidade laboral que exige e estabelecem novos usos dos recursos naturais. A natureza torna-se insumos, os insumos criam ferramentas e as ferramentas transformam a natureza e o ambiente.

É inserido nesse ambiente que se encontram todos os tipos de relações. A consequência transformadora, do trabalho, não incide simplesmente em um homem ou na natureza. Mas, em todas as relações sociais. E é essa incidência que é chamada de ambiente. Ela é total e se reproduz integralmente.

Quanto mais ela se reproduz mais possibilidades são integradas ao ambiente. A multiplicidade das possibilidades é apreendida pelo ambiente. Portanto, unificar em uma única possibilidade o ambiente é criar explicação falaciosa, deste modo, ilógica, da fundação das relações sociais.

Portanto, abrem-se espaços para os mitos sobrenaturais e incontroláveis os quais são determinantes das relações sociais. Deuses, demônios, anjos e natureza todos eles tornam-se entes peremptórios do ser. Mais do que decisivos, tornam-se a gênese da vida e, portanto, inquestionáveis. As possibilidades desaparecem. O ser é e será pelo que já foi determinado. O ambiente se fragmenta em ambientes: meio ambiente, ambiente familiar, ambiente de trabalho, ambiente de lazer, paraíso e inferno. Todos eles conduzidos por uma entidade maior que é a gênese e potência de todo o resto.

Entretanto, com o decorrer das transformações históricas, a capacidade de dialogar com essa força matriz vai sendo incorporada nas sociedades. Então, emergem curandeiros, sacerdotes e reis, capazes da comunicação, direta, com as forças criadoras do universo. A chuva, a seca e as doenças podem, agora, serem alteradas a partir de um interlocutor. Algum tipo de sacrifício e penitência é exigido em troca das “graças”.

Surgiu uma esperança, contanto que não se contrarie a célula madre de toda a vida. A predestinação dá lugar ao livre arbítrio.

Enfim, o homem é determinante do seu sucesso ou fracasso. E é assim porque a potência criadora permitiu. Ele torna-se responsável por suas mazelas e suas vicissitudes. As alternativas são dadas, basta agora se esforçar.

No entanto, o inquestionável continua imune. A culpabilidade cai nos ombros dos indivíduos. O ambiente é propício ao fracasso e ao sucesso. Cabe a ele, o indivíduo, tornar-se eficiente e eficaz dentro de um cenário imutável. O homem, individualmente, nessa fase responde ao bônus e ônus de sua existência.

Deus está morto. Nasce o mercado. Emerge a ciência. Entretanto o inquestionável continua imune. Batizado e rebatizado com diferentes nomes próprios ele continua lá: nos vigiando, nos conduzindo, nos assistindo. Incólume o big brother dirige nossas vidas, nos condenando ao inferno - quando nós merecemos - e/ou ao paraíso do consumo. Entretanto, o paraíso é efêmero. Basta um deslize para que o Grande Irmão fique bravo e nos condene novamente ao ostracismo e a miséria.

Buscar a eficiência e a eficácia é o que propagandei os manuais de autoajuda e os *best sellers* da administração pós-moderna. Administrar suas próprias vidas como se elas fossem empresas. Usar os sábados para fazer uma pós-graduação: é caro? NÃO, isso não é gasto, isso é investimento. O dia é de folga? Ótimo! o ócio é produtivo. O filho tem 1 ano de idade? Enviá-lo a um curso de línguas, teatro, ginástica, cinema e, claro, à escola. Nos dias atuais não se deve perder tempo, pois, a concorrência está acirrada. Aos 90 anos? Ora, ainda é jovem e uma boa receita é: frequentar um curso de línguas, fazer um curso de teatro, ir a uma academia, fazer tudo que todas as pessoas fazem pois a velhice é para os fracos, ociosos e vagabundos: deve-se permanecer com uma “cabeça jovem”.

Assim sendo, desenvolver incorpora concepções de uma participação social em um ambiente norteado por princípios efêmeros que exigem ações garantidoras de continuidade do ambiente social e natural. Em outras palavras: o ambiente para se sustentar, ou se manter, deve estabelecer ações que avalizam *o status quo* mercantilistas que caracterizam as relações sociais conduzidas pelo capitalismo.

Portanto, as políticas públicas são desenhadas a fim de conduzir uma sustentabilidade ambiental que reproduza a sociedade sobre o tripé capital/lucro/mercado. Ao se debruçar sobre os conceitos e termos utilizados na

condução dessas políticas, percebe-se palavras chaves como: inserção no mercado, capital humano, crédito popular, economia verde, empreendedorismo, entre outras. Todas elas recheadas de princípios e ideais mantenedores de um *status* dominante e conservador resumido nas premissas do Desenvolvimento Sustentável.

O que antes parecia moderno e transformador é gerador de um conservadorismo muitas vezes imperceptível. O dissecar da totalidade remete na reconstrução de um Frankenstein socialmente desumano, individualista, consumista e, pior, incontestável. A confusão remete a preceitos universalistas que não disponibiliza alternativas. O hobbesianismo social continua presente. Entretanto, travestido de democracia e globalismo. Mudam-se as vestes, mas continua sua essência. O que antes era o absolutismo do rei divino, hoje, se apresenta como liberal lockiano ou social democrático. Não há escolha: é isto ou a barbárie do homem selvagem.

E foi, construído sobre o prisma do universalismo e da falta de alternativa para o modelo produtivo vigente, que o conceito de desenvolvimento sustentável foi pensado e elaborado na segunda metade do século XX. Sobre a guarda de um ambientalíssimo catastrófico, donde a estabilidade do meio ambiente assegurava o continuísmo da produção capitalista, a sustentabilidade ambiental incorporou discurso conservador e funcionalista.

Para Bellen (2006), a ideia de desenvolvimento sustentável ascendeu nos debates internacionais através de uma inquietação com a crise econômica e com a manutenção do crescimento econômico. Essa preocupação incorporou paulatinamente demandas com o meio ambiente e, posteriormente, com o aquecimento global e com as mudanças climáticas.

Não é de se estranhar que a apreensão com a sustentabilidade ambiental ganhou musculatura no mesmo período em que o capitalismo internacional passava pelo acirramento das crises cíclicas do capital muito bem ilustrada com a crise do petróleo de 1973. Seguindo como fonte a obra de Bellen (2006) o quadro a seguir mostra alguns episódios e documentos que esboça essa nossa informação.

QUADRO 1: EVENTOS IMPORTANTES PARA QUESTÃO AMBIENTAL

EVENTOS	CARACTERÍSTICAS
1972: Relatório sobre os limites do crescimento (<i>The limits to growth</i>)	Relatório produzido pelo Clube de Roma - cientistas e políticos preocupados com as questões globais.
1973: Surgimento do termo ecodesenvolvimento	Formulação de um novo modelo de percepção ambiental global, articulado por Ignacy Sachs.
1974: Relatório da Fundação Dag-Hammarskjöld	Destaque do papel do novo desenvolvimento baseado na mobilização das forças capazes de mudar as estruturas dos sistemas vigentes.
1975: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas.	Formulação da Declaração de Cocoyok, elaborado pela ONU, inova na discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente, e afirma que a degradação ambiental é decorrente da pobreza.

Em conjunto com o manobra de aproximação entre a questão ambiental e o crescimento da economia são elaborados mecanismos de sofisticação aos instrumentos de desconstrução de alternativas ao capitalismo. A ascensão de Ronald Reagan (1980) nos Estados Unidos da América e Margareth Thatcher (1979) no Reino Unido colabora com o projeto ideopolítico mundial. Os dois líderes, advogados ferrenhos da livre iniciativa do mercado, apregoam o caráter insustentável das políticas sociais e econômicas dos países do pacto de Varsóvia²⁵.

Através de uma propaganda forte da imprensa internacional, em conjunto com a promoção do “deus” mercado da “Dama de Ferro” e do *Cowboy* Presidente, é noticiado a crise na antiga União Soviética como oriunda de um modelo escravocrata permeado pelo desrespeito à natureza e ao meio ambiente. Imagens da pobreza e da fome, acometida nos países socialista e terceiro mundista, são utilizados, de forma midiática, para criticar os países que não utilizam o mercado e a competitividade como elementos de desenvolvimento. Sousa (2012) identifica, em artigo, algumas formas de como isso é feito:

²⁵ Aliança militar fundada em 1955 pelos países socialistas do leste europeu e pela URSS objetivando ser um contraponto a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) tratado militar conduzido pelo EUA. Estes dois tratados são exemplos das tenções mundiais pelo qual o mundo passou sob a égide da guerra fria.

Quando Ronald Reagan foi eleito presidente dos EUA e começou sua cruzada anticomunista da década de 1980, a propaganda sobre os milhões que morreram na Ucrânia foi renovada. Em 1984, um professor da Harvard publicou o livro “Human Life in Russia” (A Vida Humana na Rússia), que repetia todas as falsas informações produzidas pela imprensa de Hearst em 1934. Em 1984, então, deparamos o renascimento das mentiras e falsificações nazistas produzidas na década de 1930, mas, dessa vez, sob o manto “respeitável” de uma universidade norte-americana. Mas a campanha anticomunista não parou aí. Em 1986, apareceu um outro livro sobre o assunto, intitulado “Harvest of Sorrow” (A Colheita de Sofrimento), escrito por um ex-membro do serviço secreto britânico, Robert Conquest, na época professor da Universidade Stamford, na Califórnia. Por seu “trabalho” no livro, Conquest recebeu US\$80 mil da Organização Nacional da Ucrânia. Essa mesma organização também pagou por um filme feito em 1986 denominado “Harvest of Despair” (A Colheita do Desespero), no qual, entre outras coisas, foi utilizado material do livro de Conquest. A essa altura, o número de pessoas que, segundo informações disseminadas nos EUA, haviam morrido de fome na Ucrânia, havia saltado para 15 milhões!

Soma-se a grande propaganda capitalista acontecimentos como o acidente nuclear de Chernobil, ocorrido em 26 de abril de 1986, no norte da Ucrânia. Esse acidente é tratado de forma isolada de uma totalidade que requer reflexões melhores elaboradas do que o apontado pela imprensa capitalista internacional. Para se ter uma ideia, até hoje o número de vítimas fatais, direta e indiretamente, é muito discrepante entre as instituições que divulgam tal acidente.

Segundo Mendonça (2011)

No período imediatamente após a explosão, foram mortos 31 trabalhadores da usina, e milhares de outras pessoas que viviam na região que hoje faz parte da Ucrânia e da Bielorrússia receberam doses que radiação que encurtaram suas vidas. Cientistas divergem sobre o número de mortos. A Organização Mundial de saúde afirma que foram 4 mil. Os números do Greenpeace, que parecem notavelmente exagerados, falam em 200 mil.

Não se quer aqui, entretanto, minimizar o problema decorrido do acidente de Chernobil. Porém, é importante ressaltar a utilização desse episódio como arma de propaganda doutrinária pelo capital monopolista. Nesse sentido, a causa do acidente de

Chernobil é apontada como a ineficiência e ineficácia de um regime diferente ao do capitalismo.

Portanto, o desastre é vinculado como exemplo de incompetência não só do Regime Soviético. Mas, muito mais do que isso, ele é utilizado como demonstração da incapacidade de qualquer modelo de produção que não seja ditado pelos mecanismos de competição mercadológica.



Figura 01: Foto da Usina de Chernobil após o desastre. Fonte: Infoescola.

Idêntica importância vinculada a Ucrânia é lembrar índice de sustentabilidade ambiental chamada de curva ambiental de Kuznets. Ela é construída a partir de uma metáfora muito utilizada pelo governo brasileiro durante os anos de 1970: se faz necessário crescer o bolo para depois dividi-lo. O nome dado a esse índice vincula-se ao economista Ucrâniano, naturalizado americano, Simon Kuznets (1930-1985). Kuznets ganhou o prêmio Nobel de economia, em 1971, pelo seus estudos relacionados à estrutura econômica e social e ao processo de desenvolvimento econômico.

Nos anos de 1950 os estudos de Kuznets apontavam para a necessidade de criar políticas de desenvolvimento econômico em conjunto com o incentivo ao espírito empreendedor. A conjunção desses dois elementos diversificaria o mercado gerando uma dinâmica que solucionaria as demandas sociais. Ademais é, seguindo esse mesmo raciocínio, natural os problemas sociais característicos dos países em desenvolvimento. Esses problemas se diluirão a partir do crescimento da atividade do mercado que

exigiria mais crédito e treinamento. Portanto, é de se pensar que o crescimento do Produto Interno Bruto – PIB demandará uma ampliação do mercado que, conseqüentemente, elevaria a renda *per capita*. Nas palavras de Linhares, Ferreira, Irffi e Macedo (2012, p.408) “a desigualdade primeiramente se eleva e, num segundo momento, passa a declinar à medida que a renda *per capita* da sociedade se eleva.”

Em relação à questão ambiental e sua sustentabilidade a teoria de Kuznets é utilizada de forma similar. Em primeiro lugar existe um impacto profundo na natureza e no ambiente social quando da passagem da economia agrícola para a industrial. Por sua vez, o choque nocivo ao ambiente vai sendo atenuado pelo nível de desenvolvimento incorporado à sociedade. Carvalho & Eduardo Almeida (2010, p. 589) resume este processo assim:

No primeiro estágio, marcado pela transição de uma economia tradicional agrícola para uma industrializada, o crescimento econômico implica uma pressão cada vez maior sobre o meio ambiente, resultado da criação e ampliação do parque industrial. O estágio seguinte seria caracterizado pela maturação da sociedade e da infraestrutura industrial. Nesse ponto, o atendimento das necessidades básicas permite o crescimento de setores menos intensivos em recursos e poluição, e as melhorias técnicas começam a reduzir a intensidade de matéria/energia e rejeitos da produção. Por fim, no terceiro estágio de desenvolvimento, ocorreria o “descolamento” (*de-linking*) entre o crescimento econômico e a pressão sobre o meio ambiente, a partir do momento em que o primeiro não mais implica um aumento do segundo.

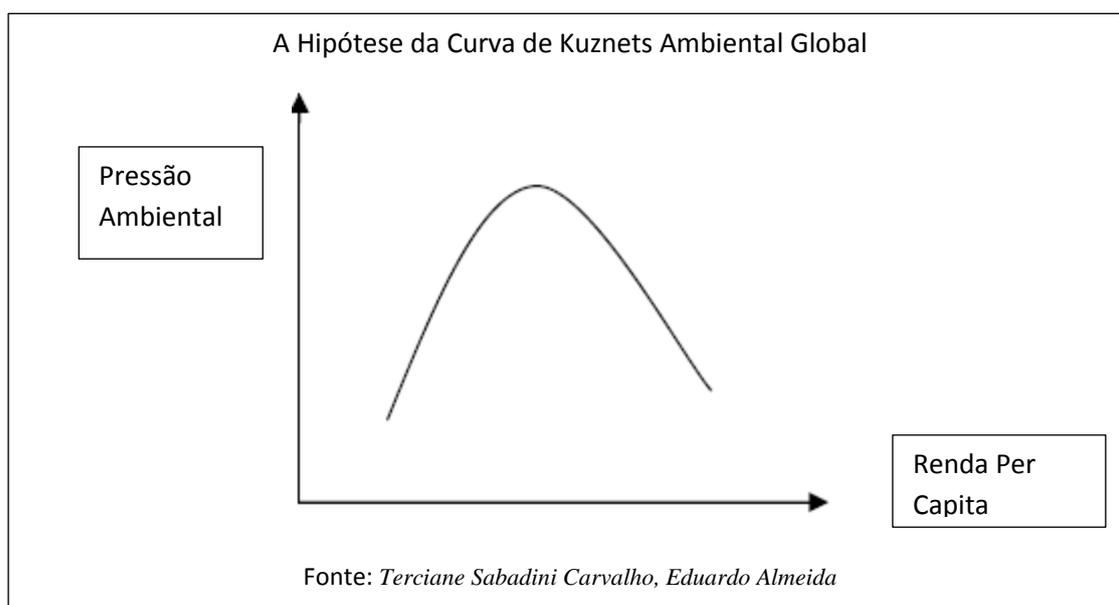


Figura: 02: A hipótese da Curva de Kuznets Ambiental Global

Ao analisar o que acontecia na antiga URSS entre os anos de 1970 e 1991 os resultados são extremamente favoráveis à construção ideopolítica voltados ao desenvolvimento no modelo capitalista em detrimento ao socialismo real. Nesse sentido, o prêmio Nobel em 1970 para Kuznets parece ser uma prerrogativa na construção do ideário de universalização do capitalismo como pressuposto, incontestável, para a solução dos problemas ambientais e sociais.

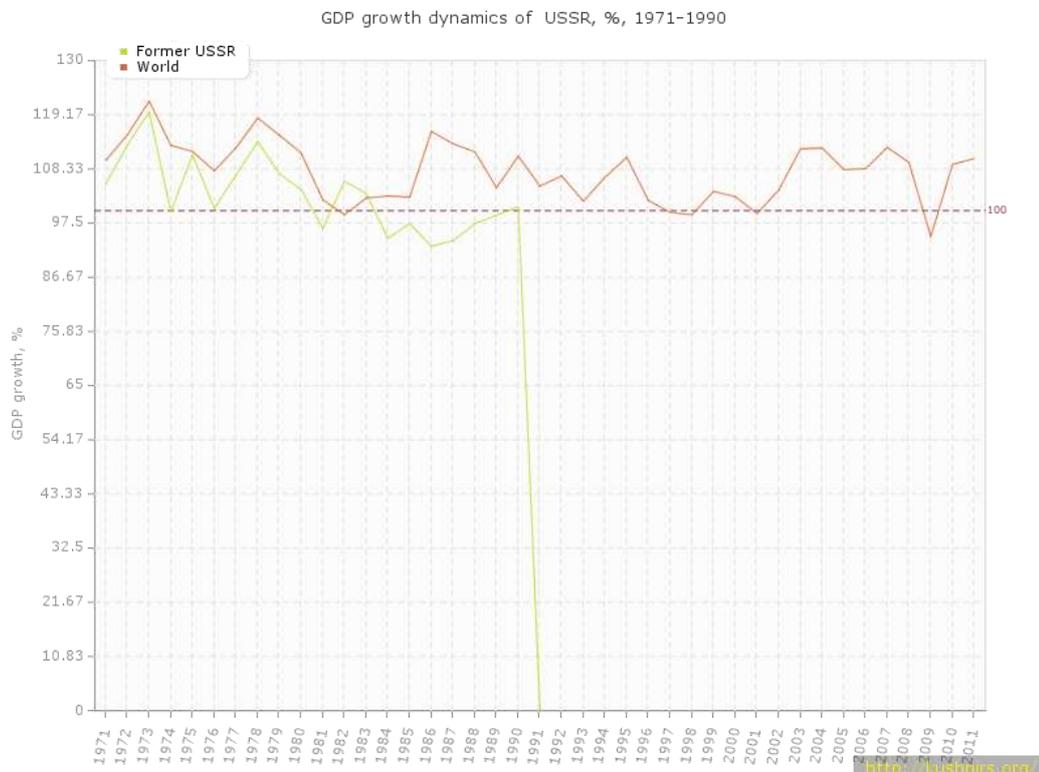


Figura 03: Produto Interno Bruto URSS 1970 – 1990. Fonte:
http://pt.kushnirs.org/macroeconomia/gdp/gdp_ussr.htm

No gráfico acima, a linha vermelha representa o crescimento do PIB na esfera mundial, enquanto a linha verde reflete a taxa de crescimento da antiga URSS. Se seguirmos a lógica de Kuznets o decréscimo do volume de produção soviética representa a insustentabilidade do ambiente social e natural. Por outro lado, o mundo capitalista e, particularmente, os Estados Unidos da América – EUA, incorporando os ditames da economia de mercado, mais acentuado no período Reagan (1981 -1989), se apresenta como ambiente favorável ao crescimento.



Figura 04: Produto interno bruto (PIB) de EUA, 1970-2011 Fonte: http://pt.kushnirs.org/macroeconomia/gdp/gdp_usa.html

Apesar da teoria Kuznets ser contestada, o pensamento hegemônico, construído a partir de uma visão de ambiente global e da necessidade de sua sustentabilidade, é formulado a partir de duas premissas básicas: O crescimento econômico, apesar de estar associado a ele, tem primazia sobre o social, ou seja, o segundo se dará a partir do primeiro.

Em segundo lugar, o crescimento econômico só se dará a partir de uma sociedade constituída da dinâmica empreendedora do mercado. Portanto, seria necessário produzir, sobre a égide dos ditames mercadológicos, para posteriormente, avançar na equidade.

Essa imagem de desenvolvimento sustentável é encontrada, hoje, na elaboração de mecanismos como o mercado de crédito de carbono e da economia verde. Em ambos, a sustentabilidade ambiental está envolvida no manto da eficiência e da eficácia do mercado. Assim, além do propósito da sustentabilidade do meio ambiente, é encontrado, na esfera do discurso, o objetivo maior de sustentar, também, o que, segundo os advogados do modo de produção capitalista, é o único modelo de desenvolvimento humano: o ambiente mercadológico de produção capitalista.

Portanto, o que se encontra na formulação e condução de projetos e programas propostos, hegemonicamente, pelas instituições multilaterais visando à redução da pobreza e as garantias dos recursos naturais remetem a sustentabilidade de um modelo de produção que, segundo seus defensores, é irrefutável: o mercado. Nesse sentido, é retomada a visão – Smithiana - do mercado como elemento natural e, dessa forma, a sustentabilidade da natureza é também a manutenção dos recursos naturais que irão se transformar em mercadoria.

Abre-se um parêntese para se refletir sobre concepção de “mão invisível”. O termo utilizado que ficou popularizado a partir da obra: *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*, por Adam Smith, exalta a essência natural do homem para realizar ações visando seus interesses próprios. Esses interesses denotariam em processos equalizadores, próprios da natureza humana, gerados pela dinâmica do mercado. Ora, sendo o pensamento Smithiano oriundo de concepções iluministas e mesmo humanistas, é de se compreender que os aspectos adotados por ele refletem uma fase histórica onde a burguesia era transformadora e agregadora de um processo revolucionário.

Entretanto, essa análise do mercado como objeto natural e solucionador das demandas inerentes aos seres humanos teve seus alicerces rompidos, de forma contundente, no decorrer da história, quando ciclos de crises abraçam o regime capitalista desde a sua fundação.

O olhar Smithiano sobre a dinâmica do mercado, fundamentada em outra célebre obra do mesmo autor, denominada: *A Teoria dos Sentimentos Morais*, classifica idealmente a sociedade e estabelece, de alguma forma, limites para o egoísmo a partir de conceitos como o de simpatia. Segundo Santos e Biachi (2007, p. 638) “O conceito central da teoria moral de Smith é a ideia de simpatia, que consiste basicamente na

capacidade que cada um tem, por imaginação, de se colocar no lugar e na situação de outra pessoa”.

É claro que em sua análise Smith refletiu sobre a possibilidade de alguns seres humanos não se comportarem exatamente a partir de preceitos morais referenciado pela simpatia. Contudo, este “mau” comportamento aparece como um desvio do padrão natural do ser humano. Acrescenta Smith, em sua obra, a característica solidária do homem. A solidariedade, expurgaria o excesso de egoísmo e amor próprio ajustando e conduzindo a sociedade às *paixões sociáveis*.

O idealismo Smithiano é repreendido por Marx (1996, p. 07) quando este reflete sobre o indivíduo do século XVIII da seguinte forma:

Este indivíduo do Século XVIII é produto, por um lado, das decomposições das formas de sociedade feudais, e por outro lado, das novas forças produtivas desenvolvidas a partir do Século XVI. E, aos profetas do século XVIII (sobre cujos ombros se apoiam ainda totalmente Smith e Ricardo), este indivíduo aparece como um ideal cuja existência situavam no passado; não o veem como um resultado histórico, mas sim como ponto de partida da história. É que, segundo a concepção que tinham da natureza humana, o indivíduo não aparece como produto histórico, mas sim como um dado da natureza pois, assim, está de acordo com sua concepção da natureza humana.

Essa crença que o indivíduo inserido no mercado, é parte de um contexto natural e, portanto, não construído historicamente, é o condutor, ainda hoje, de ações que sublinham a importância da solidariedade no processo de mitigação das questões sociais. Além disso, como se percebe na curva ambiental de Kuznets, o modelo capitalista e liberal do mercado, apresenta-se como natural. Acrescenta-se a isso um olhar, finalista, sobre a história para obter um cenário que não contesta a sociedade na sua estrutura de produção. Daí ser apregoado o caráter finalístico, neohegeliano, sobre a história.

É claro que teses como a de Kuznets são efêmeras com prazo de validade de curta duração. Veiga (2008, p. 110) analisando a curva ambiental de Kuznets diz:

Para o desgosto dos que acham que o capitalismo é o fim da história, tal hipótese foi descartada quando estatísticas sobre um grande número de países revelaram que, nos últimos cinquenta anos, as

relações entre crescimento e desigualdade foram das mais heterogêneas. Há tudo quanto tipo de curva até de “U” invertido.

Entretanto, a sede de manter o *status quo* do modelo de produção capitalista se multiplica e se reproduz com a mesma intensidade que se esgotam os “originais” modelos de construção de sustentabilidade dos negócios capitalistas. O modelo de sustentabilidade que, em seu relevo, indicam a manutenção dos recursos naturais, tem como seu escopo a manutenção de uma ordem definida pelo mercado e pelo capital.

Então, os novos modelos ou, como expressam os missionários da “nova gestão ambiental”: os novos paradigmas deixam implícitos (algumas vezes não tão implícitos assim) elementos que se contradizem a qualquer modelo lógico de planejamento e controle de um “real” mecanismo de sustentabilidade.

Isso se reflete na baixa qualidade de grande maioria das manufaturas produzidas. Essas, quando não têm um prazo de validade ínfimo, são substituídas rapidamente por novas versões. O processo se completa com vultosos gastos na área de propaganda e marketing que, cinicamente, agrega em seus produtos os chamados selos verdes, as pegadas ecológicas da educação ambiental corporativa ou se autodenomina como produto socialmente responsável. Fome e sede por novos mercados são sincronizados à natureza humana para se fazer crer que eles são tão naturais e imprescindíveis como a fome e a sede por comida e por água. A necessidade dá lugar ao modismo e a cultura do consumismo.

Assim como a curva ambiental de Kuznets hoje se mostra ilógica e sem sentido, não faz sentido agregar elementos da chamada economia verde quando não se contesta a qualidade efêmera dos produtos. Não há sentido de um programa de reciclagem para produtos que têm seu tempo de uso limitado quando ele poderia ter uma maior duração.

Enfim, o ambiente que se deseja sustentável se aproxima mais a necessidade de manutenção do modo de produção capitalista, aferindo lucro e acúmulo de ganho e recursos nas mãos das empresas transnacionais. E, intensifica, ainda mais, a divisão de classes, representado pela posse privada dos meios de produção encontrada, cada vez mais, nas mãos de um número restrito de corporações e pessoas. Afinal, o ambiente

capitalista realiza seu intuito de se manter e reproduzir, utilizando para isso, os recursos ideopolíticos disponibilizados na ideia de sustentabilidade ambiental.

Na verdade, esse mecanismo já vem se desenvolvendo por algumas décadas. Ele se desloca de um lado para outro, porém, guardando em modo irretocável o desejo de permanência da exploração do trabalho de uma classe subalterna a outra. O que hoje é chamado de responsabilidade socioambiental de uma empresa era, nas primeiras décadas do século XX, utilizada na “missão” solidária e assistencialista do serviço social. Contudo, o objetivo é o mesmo: permitir que o capitalismo se reproduza.

Ademais, a imagem implantada da sustentabilidade alivia a tensão própria do antagonismo dominantes/dominados que vê seus conflitos alterados pelo signo de um mal comum que ataca, ao mesmo tempo, ricos e pobres. Assim, acontece um desvio de atenção para o “nosso futuro comum”, enquanto, que a falta de consciência da classe trabalhadora permanece sendo alimentada e robustecida. A conjugação de sermões ideais com o mote de todos serem iguais permuta a ideia de uma existência melhor no pós-morte para a segurança planetária de um futuro para as gerações futuras.

Entretanto, os elementos de alienação repetem-se no âmbito de uma falta de identidade e estancamento do processo da tomada de consciência no intuito de engessar a transformação da classe trabalhadora de uma *classe em si* para uma *classe para si*. Dessa forma, tenta-se, indiretamente, desviar os esforços próprios de desenvolvimento da classe trabalhadora através de uma catequese ambiental. Esse doutrinamento universaliza, ideologicamente, o homem a partir da visão generalista – de encontrarem-se todos no mesmo barco – secundarizando e ocultando o fato de haver duas classes distintas e, portanto, de interesses diversos.

Tal processo “ideopolítico” garante a sustentabilidade e reprodução do modelo de exploração capitalista tornando as demandas da classe trabalhadora coadjuvante frente ao fato, protagonista, do fim do nosso planeta. Mais do que isso, conjuga os interesses do explorados com a dos exploradores frente aos desastres ambientais.

É ocultada, aqui, a face mais perversa do processo de exploração quando se faz algo achando que é do próprio interesse (no caso da classe trabalhadora), entretanto, o grande beneficiado é o outro (o capitalista). Marx (1996a), relata o processo de formação e de exploração de uma classe por outra quando analisa o valor do trabalho.

Para Marx, aparentemente, o salário pago a um trabalhador equivale por aquilo que ele executou. Porém, o valor recebido é apenas um ínfimo de sua parcela trabalhada. O grosso de seu trabalho não fica para si, mas se constitui em mais valia apropriada pelo capitalista.

Devemos voltar agora à expressão “valor ou preço do trabalho”. Vimos que, na realidade, esse valor nada mais é que o da força de trabalho, medido pelos valores das mercadorias necessárias à sua manutenção. Mas, como o operário só recebe o seu salário depois de realizar o seu trabalho e como, ademais, sabe que o que entrega realmente ao capitalista é o seu trabalho, ele necessariamente imagina que o valor ou preço de sua força de trabalho é o preço ou valor do seu próprio trabalho. Se o preço de sua força de trabalho é 3 xelins, nos quais se materializam 6 horas de trabalho, e ele trabalha 12 horas, forçosamente o operário considerará esses 3 xelins como o valor ou preço de 12 horas de trabalho, se bem que estas 12 horas representem um valor de 6 xelins. Donde se chega a um duplo resultado: Primeiro: O valor ou preço da força de **trabalho toma a aparência do preço ou valor do próprio trabalho**, ainda que a rigor as expressões de valor e preço do trabalho careçam de sentido. Segundo: Ainda que só se pague uma parte do trabalho diário do operário, enquanto a outra parte fica sem remuneração, e ainda que esse trabalho não remunerado ou sobre trabalho seja precisamente o fundo de que se forma a mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo o trabalho é trabalho pago. **Essa aparência enganadora distingue o trabalho assalariado** das outras formas históricas do trabalho. Dentro do sistema do salariado, até o trabalho não remunerado parece trabalho pago. Ao contrário, no trabalho dos escravos parece ser trabalho não remunerado até a parte do trabalho que se paga. Claro está que, para poder trabalhar, o escravo tem que viver e uma parte de sua jornada de trabalho serve para repor o valor de seu próprio sustento. Mas, como entre ele e seu senhor não houve trato algum, nem se celebra entre eles nenhuma compra e venda, todo o seu trabalho parece dado de graça. (Marx, 1996a, p. 102).

A aparência acima utilizada é o mecanismo que compõe o processo de alienação ao qual o trabalhador está subordinado. Nesse sentido, ao que se refere às ações de sustentabilidade ambiental, o aparente desejo da garantia dos recursos naturais para gerações futuras tem seu verdadeiro objetivo ocultado pelo discurso humanista e solidário tão usado pelo capitalismo no decorrer da história. E, assim como foi instituído o salário pago como elemento aparentemente digno do modo de produção que precedeu

o feudalismo, também, aparentemente as ações de sustentabilidade veste o manto das ações que liga os interesses de todos sem distinção.

Da mesma forma que os trabalhadores, relatado por Marx, necessitavam, e ainda necessitam, de mecanismos enganadores para reproduzir a exploração de uma classe por outra, assim são utilizados os mecanismos de sustentabilidade ambiental na contemporaneidade. Em suma: a construção de uma consciência de classe para si é suplantado por instrumentos falaciosos compostos pelos mecanismos de desenvolvimento categorizados como limpos e ambientalmente responsáveis. Portanto, intenta-se, com medidas e retóricas ambientais, entre outras coisas, o distanciamento na tomada de consciência da classe trabalhadora e a manutenção de um modelo de produção exploratório da natureza e do homem.

A estratégia de criação dos mecanismos de reprodução capitalista acrescenta como cerne a solidariedade funcionalista, e reformista, em suas ações. Através de operações que desviam, ou tentam desviar, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia, foram criadas instituições que estancam o processo de luta e de identificação da classe trabalhadora.

Na dinâmica do capitalismo sua própria reprodução gera elementos para o seu fim. Assim foi durante a transformação do ambiente, rural e urbano, na gênese de sua constituição. Leis como a de cercamentos do campo na Inglaterra enviou lavra de camponeses para os centros comerciais. Esses centros, por sua vez, tornaram-se grandes cidades industriais com grandes problemas de violência, saúde, fome e miséria. Os camponeses, ou seus desentendes, inclusos neste ambiente constituíram, a grande massa humana de assalariados chamada, por Karl Marx, de proletário. Esse grande contingente de proletariado sofria as mazelas próprias de um sistema de dominação da força de seu trabalho. Entretanto, as mesmas moléstias produzidas pela divisão do trabalho e pela desapropriação de suas ferramentas geraram uma identidade que, no decorrer da história, é criadora de uma consciência crítica.

Segundo Martinelli (2011, p. 36) esses proletários:

Trabalhando juntos na fábrica em um processo de intensa divisão social do trabalho, sob rigoroso mando do dono do capital, vivendo nas mesmas localidades e sofrendo as mesmas agruras da vida operária, os trabalhadores começam a superar a heterogeneidade e aos

poucos vão definindo e assumindo estratégias que configuram a sua forma de protesto, a sua recusa a serem destruídos pela máquina, devorados pelo capitalismo.

Ou seja: a partir dos próprios mecanismos de transformação ambiental, produzidos pelo capital, que aferiu lucros gigantescos para a classe social dominadora, iniciava-se um processo que a debilitava. Afinal, para sustentar aquele ambiente lucrativo, eram necessárias ações de reparação e reformulação do processo de dominação.

Assim, para implantar e depois manter o incremento do modelo capitalista, construções ideopolíticas de sustentação foram incorporadas no seio da sociedade, durante seu desenvolvimento histórico. Isso exigia, por algumas vezes, criação de novas leis ou, em outras oportunidades, a extinção de leis vigentes. Foi assim que a lei restritiva da livre circulação de pessoas foi extinta na Inglaterra no século XIX. A extinção dessa lei fez com que se disponibilizem mais mão de obra para trabalhar nas indústrias emergentes naquele país. Como recorda Martinelli (2011 p. 56), “as alterações no Estatuto dos residentes, de forma a torná-lo mais brando, estavam diretamente relacionadas com as necessidades de mão de obra”.

Quando, de alguma forma, a condução da sociedade representa um perigo à conservação de seu modelo de produção, o capitalismo desenvolve instrumentos para adaptá-lo e, por sua vez, garantir a sua sustentação. Para questões sociais advindas do próprio modelo de produção foram incorporadas respostas de caráter filantrópicos e/ou humanistas.

Logo, criaram-se elementos que, de forma abstrata, universalizam o homem como ser igualitário e desejador das mesmas coisas. Ao homem, proprietário de si mesmo, cabe as soluções, de caráter individual, distanciando, a classe trabalhadora, de sua própria organização e tomada de consciência. A filantropia, fortalecida pela burguesia, pretende a assistência no ajustamento do indivíduo ao ambiente capitalista.

Para Martins (apud, Martinelli, 2011, p. 65):

A burguesia tratou de fortalecer sua aliança com os filantropos, transformando-os em importantes agentes ideológicos, responsáveis pela socialização do “modo capitalista de pensar”. O modo capitalista

de produção, na sua acepção clássica, é também um modo capitalista de pensar e deste não se separa. Enquanto modo de produção de ideias, marca tanto o senso comum quanto o conhecimento técnico. Define a produção de diferentes modalidades de ideias necessárias à produção de mercadorias em condições de exploração capitalista, de coisificação das relações sociais e de desumanização.(Martins apud Martinelli, 2011, p. 65)

Através da mesma estratégia utilitarista utilizada na extirpação de leis ou de associação com a filantropia o capitalismo abraçou, na contemporaneidade, as demandas ecológicas e ambientais, propondo soluções individualistas, desassociadas da totalidade, é proclamada uma responsabilidade socioambiental que, assim como no século XIX, tenta ocultar seus verdadeiros interesses. A população sente-se pertencente de um único mundo com os mesmos problemas e demandas. Ademais, também da mesma forma que o século XIX, as grandes corporações, representantes da burguesia contemporânea, incorporam em suas ações o discurso de comprometimento com todas as pessoas.

Quando se analisa a reflexão de Martinelli (2011) sobre a origem do capitalismo industrial repousa-se em questões que facilmente se apresentam na atualidade. Os interesses das grandes corporações se ocultam em um “abstrato discurso humanitário, baseado na igualdade e na harmonia entre as classes.”(Martinelli, 2011, p 65). E, com a mesma proporção ilusionista que a burguesia atribuía seu interesse pelas “condições de vida da família operária, por seu salário, por suas condições de habitação, saúde e educação” (Martinelli, 2011, p. 65), as corporações contemporâneas se mostram preocupadas com a vida das gerações vindouras através de uma retórica ambientalista.

Na estratégia de simplificar, um tema tão complexo, a questão ambiental é incorporada, pela burguesia, como objeto desassociado ao modo de produção capitalista. Ao desassociar o objeto do sujeito que a produziu questões importantes como o consumismo exacerbado são colocados fora de pauta. Por outro lado, são destacados temas inoperantes e imperfectivos na condução das soluções do problema.

Tome-se, por exemplo, a questão do modelo de produção que é constituída a ação produtiva na sociedade capitalista. Com efeito, ele terá uma reação que, por sua vez, impactará à natureza e ao homem que é parte dela. Segundo Engels (2012, p. 27)

“todos os processos naturais são bilaterais, fundando-se sobre a relação de, pelo menos, dois lados atuantes: a ação e a reação.” Quando a ação sobre a natureza é feita a partir da premissa da mais-valia, do lucro e da acumulação, como é no modo de produção capitalista, é certo que a reação a este modelo é diferente ao de um modelo que seja alimentado pela necessidade e não pela ganância.

Portanto, é inepto discutir a questão ambiental quando não se questiona o modo de produção ao qual ele está inserido. Entretanto, quando Engels fala de “*pelo menos*”, a esfera da discussão alarga em sua complexidade. Assim, a ação e reação, somam-se conceitos como reprodução, alienação, entre outros. Ideias e considerações, na esfera global, que só poderão ser refletidos a partir de um olhar crítico e histórico, ou seja, heurístico. E, logo, que se sobreponham a simplicidade que envolve as ideias, enganadoras, de um ambiente não antagônico apregoado pelos advogados do capitalismo.

A complexidade ambiental refletida por Leff (2003, p. 83) é assim resumida:

...adotar a sustentabilidade como norma política significa afirmar uma solidariedade entre o presente e o futuro. Isto se refere especialmente à riqueza em comum do meio biofísico com um habitat compartilhado. No entanto, esta formulação genérica não é por si só suficiente para obter uma política efetiva. Além disso, têm que haver um reconhecimento claro e explícito de realizar eleições com respeito aos “interesses” particulares (econômicos, sociais e ecológicos) que têm que ser sustentados.

Indubitavelmente, esses interesses relatados por Leff incluem os de classes. Porque, o que uma classe deseja sustentar a outra, por sua vez, pode querer transformar. Em suma, adotar a sustentabilidade através de uma solidariedade entre o presente e o futuro é esquecer da história.

Por sua vez, a história é constituída de olhares antagônicos sobre o ambiente. O olhar do dominado e do dominante, do servo e do escravo, do proletário e da burguesia. Em síntese, o olhar de lutas de classes.

Marx e Engels (1999, p. 7) a partir de uma análise histórica diz: “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes.”

O olhar sobre o meio ambiente é tão distinto entre as classes em luta que não seria inviável chamar de ambientes. Ademais, o que é natural para um é injustificável para o outro e vice-versa.

Para Leff (2003, p. 86) “frequentemente ocorrem diferentes definições de problema, diferentes maneiras de selecionar e conceber os aspectos relevantes, diferentes definições de metas, tudo isso dependendo de fatores culturais/axiológicos”. Nesse sentido, aos conflitos de interesses somam-se aspectos antropológicos que, por sua vez, abraçam valores independentes.

Os Estados, formados por povos, territórios e governos, multiplicam os olhares sobre o ambiente. A tentativa de unificar esses olhares, sob a égide de uma globalização, é excludente e alimenta uma divisão do trabalho que se dá no âmbito internacional. A tentativa de unificação e de hierarquização do pensamento gera crises e embates no que Huntignton (1997) chamou de “Choque de Civilizações” e que, aqui, pode ser chamado de tentativa de imposição de um pensamento hegemônico.

Resta, ao final deste capítulo, afirmar que a Sustentabilidade Ambiental é constituída por interesses explícitos do lucro através de uma política que agrega mecanismos garantidores da mais-valia. O ambiente a se sustentar continua aquele estabelecido pelo mercado e pelo “bom” ambiente de negócios. Na seara da globalização capitalista a colheita é realizada a partir de elementos exploratórios justificados por um cenário, falacioso, de solidariedade e evolucionismo.

Esse “evolucionismo” acrescenta como base de referência dados quantitativos que retratam índices contraditórios ao real conjunto de relações que compõem a vida em sociedade. Tais índices, construídos a partir da luta da classe trabalhadora, perdem seu sentido quando ele é formado ou formatado sobre base quantitativa e fragmentadas.

Para ilustrar essa afirmação, diz o relatório SEPLAG-PE sobre o IDHM divulgado em 2013 que tenta ilustrar o desenvolvimento do Estado de Pernambuco na década de 2000 – 2010:

O Estado de Pernambuco apresentou na década entre 2000 e 2010 uma **evolução** relativa no índice em 23,71%, frente à **evolução** do país em 18,79%. **evolução** nas duas últimas décadas tem se mostrado persistentes e consistentes, tanto em nível estadual como local. (SEPLAG, p. 2, grifo nosso)

Para entender esses dados de “qualidade” nos municípios é necessário, entretanto, refletir sobre o modelo que constitui seu cálculo. Apesar de ser classificado, pelo PNUD, como índice de qualidade, a base do IDH-M é quantitativa. Ademais, segundo o próprio PNUD, o IDH-M, que tem como base o IDH “ é uma medida média das conquistas de desenvolvimento humano básico em um país. Como todas as médias, o IDH mascara a desigualdade na distribuição do desenvolvimento humano entre a população no nível de país”.(PNUD-IDH).

Adentra-se, portanto, numa fragmentação de dados que expõem o raciocínio da análise feita a partir de uma totalidade. Esses elementos fragmentados, refletidos nos vários índices - produção, desenvolvimento humano, ambiental, entre outros - desviam o olhar analítico da essência histórica que produz as mazelas sociais. Distanciando, mas não eliminando, a classe subalterna da tomada de consciência de uma classe para si. Assim, por enquanto, a classe dominante consegue a Reprodução e Sustentabilidade de seu ambiente de dominação.

CAPÍTULO 5 – DESENVOLVIMENTO, AD/DIPER E SUAPE.

Quando do fim da Segunda Grande Guerra Mundial, em 1945, o mundo se viu dividido em duas frentes antagônicas. Essa bipolaridade trazia, em seu cerne, duas propostas de condução da economia, e da gestão das políticas públicas, distintas. Por um lado, havia o modelo de produção capitalista que incentivava a industrialização e a modernização a partir da manutenção da propriedade privada e do incentivo ao consumismo individual. Esse bloco era liderado pelos EUA.

Por outro lado, o fim do grande conflito bélico fez emergir uma nova potência mundial que propunha, ao contrário dos EUA, a extinção da propriedade privada. Isso se daria a partir da estatização dos bens que, no primeiro momento, passariam a ser administrados pelo poder público. Nesse sentido, a produção seria conduzida a partir da necessidade da sociedade. Esta nova potência era a extinta URSS líder do bloco socialista.

É nesse contexto, chamado guerra fria, que eclodem revoluções e rompimentos com o capitalismo em todo o mundo. A possibilidade de criar uma sociedade baseada em um modelo de produção onde a necessidade se sobreponha ao consumismo alastrou-se por todo o mundo chegando, inclusive, na América Latina com a Revolução Cubana que teve início em 1953 culminando na vitória final em 1959.

A reação capitalista, contra o processo de transformação revolucionária também se expandiu por todo o mundo. No Brasil, essa reação, se reflete na política exterior conduzida pelo Presidente Juscelino Kubitschek, que governou o Brasil entre 1956 e 1961. O presidente do Brasil, conhecido por JK, elaborou um plano de metas que estabelecia a política de desenvolvimento de seu governo. Esse plano incluía o incentivo a industrialização e a modernização. No cenário internacional a aproximação, através da operação Pan-Americana - OPA, com os EUA promovida por JK ilustra a estratégia ideológica abraçada pelo Brasil. Na época, o presidente daquele país era o republicano Eisenhower que teve como um dos motes de campanha a “cruzada ao comunismo”

Nas palavras de Bueno & Cervo (2008, P. 290)

A OPA teve início pela troca de cartas pessoais entre JK e o presidente Eisenhower, em 28 de maio e 5 de junho de 1958. Juscelino propôs ao colega norte-americano o restabelecimento e a revisão do

ideal pan-americanista e, assim, um tradução econômica para a solidariedade política. A cooperação econômica daria a verdadeira força ao pan-americanismo e, na medida em que as populações do hemisfério saíssem da miséria, formar-se-ia um escudo à penetração de **ideologias estranhas**...O presidente brasileiro situava a OPA no contexto de luta do Novo Mundo para a defesa de suas ideias e, assim, erguia-se “contra a ameaça materialista e antidemocrática do bloco soviético.(grifo nosso)

Sendo assim, ficava claro ao qual - apesar do apoio do PC brasileiro ao governo JK - modelo de gestão política e econômica o governo de JK abraçava. E, por outro lado, a que tipo de democracia ele recorria através de sua retórica pan-americanista: uma democracia vinculada aos ditames e vies mercadológico. Afinal, o papel preponderante do Estado era criar mecanismos que incentivassem a produção capitalista através de uma política de incentivo ao “empreendedorismo”.

Por sua vez, as articulações continentais deram origem ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. O BID foi criado em 1961 tendo no seu escopo retórico a elaboração de mecanismos de desenvolvimento econômico e social através de financiamento de políticas públicas que combatam a pobreza.. Entretanto, ainda sob a tutela da experiência do Plano Marshall e do Plano Dodge²⁶ do pós segunda guerra mundial e das ideias Keynesianas²⁷, o BID é uma instituição que, acompanhando os princípios teleológicos das instituições de Bretton Woods²⁸, tem como real motivação a construção da hegemonia capitalista no mundo e no continente a partir da elaboração de mecanismos multilaterais que garantam a ampliação dos princípios axiológicos sugeridos pelo modelo capitalista. Entretanto, como aponta Bueno & Cervo(2008, p. 293), percebendo a verdadeira intenção das ações de dominação norte americana “Cuba não ratificou o convênio constitutivo do Banco”.

²⁶ Plano Marshall: plano econômico que visou recuperar o capitalismo europeu após a Segunda Guerra Mundial; Plano Dodge: apoio dos Estados Unidos para recuperar a economia japonesa a partir de 1948.

²⁷ KEYNES, John Maynard A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

²⁸ O sistema de Bretton Woods tem este nome por ter origem na conferência realizada em 1944, no Mount Washington Hotel, em Bretton Woods, New Hampshire para estabelecer as regras financeiras e comerciais do mundo no pós-guerra. As decisões tomadas nesta conferência deu origem ao FMI, ao Banco Mundial e ao GATT (Sigla em inglês para Acordo geral Sobre Tarifas e Comércio) que foi substituída em 1995 pela OMC. Para conhecer a gênese, características gerais e os elementos hegemônicos dos EUA nessas organizações ler: O Regime de Bretton Woods Para o Comércio Mundial: Origens, Instituições e Significado de Nelson Giordano Delgado.

Importante ressaltar que toda a ideia de eliminação da pobreza e da miséria, apregoada pela OPA no continente americano foi enterrada junto com o governo JK. Na verdade, o grande sucesso atribuído ao OPA está constituído no fortalecimento, ideopolítico, de um modelo de desenvolvimento que se expandiria, em nível continental e nacional, e que tem como expoente no continente a própria constituição do BID e, de certo modo, a assinatura do tratado comercial de Montevideu. Tal tratado, assinado em 1961 pelo Brasil, Argentina, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai, criou a Associação Latino Americana de Livre-Comércio – ALALC, e, apesar de não ter sido uma união aduaneira (Bueno & Cerro, 2008), ajudou na aproximação dos adeptos da democracia capitalista no continente latino americano. Ou seja, o OPA fez frutificar os mecanismos mercadológicos no continente, entretanto, foi débil na constituição de instrumentos que erradicasse a miséria americana.

Na esfera nacional, o projeto ideopolítico capitalista conseguiu o intento de obter lucros exorbitantes através do aumento da dívida pública realizada a partir de políticas públicas que acentuavam a desigualdade. Os “investimentos” sob a égide do modelo desenvolvimentista acentuou as diferenças entre as regiões brasileiras além de intensificar e modernizar os mecanismos de exploração de um proletariado emergente.

Soma-se a este panorama um mecanismo, criado pelo governo do presidente norte americano John Kennedy em 1961, que atribuía àquele país o caráter de ajuda e de missão civilizatória em relação aos seus “irmãos” latino americanos. O plano que incorporava a intenção norte americana de investir em projetos de desenvolvimento econômico, social, e político nos países da América latina foi materializada em agosto de 1961 com a criação da *Aliança para o Progresso*. Através de uma estrutura claramente anticomunista, a *Aliança* ajudou a mistificar um único modelo de desenvolvimento econômico e social, construída sob a égide de um pensamento democrático norte americanista. Ademais, durante sua implementação, foi investido massivamente em projetos educacionais que treinavam os trabalhadores para serem inseridos no contexto de produção capitalista.

Segundo Matos (2008, p. 360) a *Aliança para o Progresso* consistia em:

- 1) os países participantes deveriam tomar conscientemente a decisão de desenvolver-se, incluindo-se aí o enfrentamento dos sacrifícios necessários (inúmeros, mas melhores ou preferíveis aos do comunismo, que seriam liberticidas);

2) os países deveriam buscar estruturas sociais adequadas ao desenvolvimento, no sentido de que os frutos do desenvolvimento deveriam dirigir-se à totalidade das populações, não se restringindo às elites. Reformas sociais seriam necessárias, portanto; em virtude de sua própria natureza, elas não entrariam nos cálculos econômicos, ainda que fossem essenciais para o desenvolvimento econômico (a fim de obter o assentimento e o apoio popular às mudanças econômicas) e;

3) deveria ocorrer um desenvolvimento dos recursos humanos necessários ao progresso social – o investimento humano, nesse sentido, seria o verdadeiramente importante no longo prazo, a iniciativa coubesse aos Estados Unidos, as avaliações econômicas iniciais eram de pesquisadores e políticos latino-americanos.

Entretanto, a miséria e a pobreza não davam sinais de que estavam sendo saneadas. Por outro lado, a organização das lutas populares ganhavam fôlego no campo e na cidade. A estrutura oligárquica brasileira vai sendo paulatinamente sufocada pela luta travada pela esquerda brasileira. Em atos de desesperos representantes da esquerda são amplamente cooptados pelas forças conservadoras. O desespero é tão grande que o governo conservador do presidente Jânio Quadros condecora o argentino, líder da revolução cubana e ministro daquele país, Che Guevara, com a "Grã Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul", em 1961. Ato que, ao primeiro momento, parece tresloucado, mas que traz em seu alvo a ideia de aproximação de um governo oligárquico com as forças progressistas internacionais.



Figura5 : Condecoração de Che Guevara por Jânio Quadros

Fonte: Revista Manchete

Contudo, esse gesto estratégico do conservadorismo não surtiu o efeito desejado. As ligas camponesas e os sindicatos urbanos abraçavam, cada vez mais, os ideais revolucionários comunistas representando perigo eminente para o capitalismo brasileiro e internacional. Em manobra idealizada por forças conservadoras, e no intuito de enfraquecer os movimentos populares e abrir caminho para a consolidação do regime de cunho capitalista Jânio Quadros permaneceu pouco tempo no poder²⁹. No dia 25 de agosto de 1961 Quadros renunciou enquanto seu vice-presidente, eleito diretamente³⁰, encontrava-se na China.

Vale ressaltar que a imagem daquele país já se encontrava bastante deturpada no imaginário da emergente classe média brasileira. A China era apontada como um país formado por pessoas que estavam mais próximas de animais, conduzida por líderes que comiam os corações de criancinhas indefesas. Ademais, apresentava perigo aos preceitos cristãos de uma sociedade que, *em cristo e por cristo*, iriam encontrar o caminho do desenvolvimento através do mecanismo da solidariedade e do mercado.

O plano conservador estava claro: não permitir a posse do vice-presidente. Pois, como poderia o país ser conduzido por um presidente que dialoga com um país tão bárbaro como era a China? A condução do “morde e assopra” das forças conservadoras tentava de todas as maneiras desestabilizar a emergência das forças populares em nosso país.

E, na verdade, o vice-presidente João Goulart, não assumiu. Em um flagrante ato de desrespeito constitucional foi implementado o parlamentarismo tomando posse, como Primeiro-Ministro³¹, o Deputado Tancredo Neves. Contudo, as ações inseridas no âmbito das Relações Internacionais continuavam demonstrando o compromisso firmado pelo Brasil com a Democracia capitalista. Tome-se, por exemplo, a questão de Cuba:

²⁹ 31 de janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961.

³⁰ “Nesta eleição o candidato a vice-presidente ainda era votado separadamente, e isso ajudou a vitória de Jânio, pois se popularizou a dupla Jan-Jan, sendo criados milhares de comitês espalhados pelo Brasil com este nome, mas o que chama a atenção é o fato de Jango, João Goulart, não ser o candidato a vice de Jânio, e sim do Marechal Lott. Ambos foram eleitos naquele ano, pois Jango àquela altura, em 1960, ainda carregava a bandeira do trabalhismo e de um trabalhismo exclusivamente identificado com Getúlio Vargas, político que mesmo morto, estava presente nas eleições”(História das Eleições Presidenciais no Brasil – 1960, 2012.)

³¹ “O gabinete de Tancredo Neves, organizado em 8 de setembro de 1961, caiu dez meses depois, em 30 de junho de 1962. O segundo gabinete, chefiado por Brochado da Rocha, foi empossado em 9 de julho e caiu dois meses depois, em 14 de setembro. O terceiro gabinete, chefiado por Hermes Lima e empossado em 17 de setembro, num ambiente em que o parlamentarismo estava sendo vivamente questionado pelos formadores de opinião. (Victorino, 2013)

Enquanto, vários países apregoavam a expulsão do país caribenho da OEA, o Brasil, utilizando de uma retórica que buscava o respeito pela autodeterminação dos povos, defendia sua continuidade naquela instituição.

Assim, o capitalismo abria duas frentes de pressão. A primeira, buscava, através de uma pressão direta, engendrar medo no pequeno país revolucionário, forçando-o a abdicar dos preceitos socialistas de sua revolução. Por outro lado, deixava em “*stand by*”, caso Cuba não abandonasse sua política de aproximação com a URSS, uma outra esfera de diálogo representada pelo Brasil. Esse diálogo tinha como elemento alvo o engessamento das Relações Soviéticas e Cubanas criando, com isso, fissuras na construção do socialismo em Cuba. A citada estratégia brasileira - de interesse do capitalismo internacional - fica claro na reflexão de Bueno & Cervo (2008) sobre o comportamento de San Tiago Dantas³² em reunião das OEA:

San Tiago Dantas, em discurso na Comissão Geral, em 24 e 30 de janeiro de 1962, definiu perante a VIII Reunião a posição do Brasil, de cujos principais pontos se destacam: reiteração da necessidade do fortalecimento da democracia na sua competição com o comunismo internacional, defesa da posição de que a questão não era de invocação do Tratado de Rio de Janeiro; afirmação de que não se conseguiria êxito contra o comunismo internacional se não se lutasse contra o subdesenvolvimento e por uma melhor distribuição social de riqueza; preocupação com a paz mundial e o conseqüente desejo de contribuir para a diminuição da tensão internacional. Reafirmou que o isolamento levaria Cuba ainda mais para o bloco sino-soviético pela falta de contato político, econômico e cultural com o ocidente e pelo reforçamento de vínculos já existentes; que era contrário a uma posição de força, bem como a sanções econômicas e diplomáticas por falta de fundamento jurídico, além do que o mercado americano era pouco significativo para a economia cubana. Foi também contrário a intimar Cuba a romper com o bloco sino-soviético em determinado prazo, em razão da radicalização política interna que produziria em outros Estados americanos, o que daria à questão cubana uma dimensão maior do que realmente tinha (Bueno & Cervo, 2008, p. 339)

A articulação internacional abraça a ideia, expressada por Marx e Engels (1884), que a burguesia é uma classe internacional que se articula para defender seu objetivo de lucro e, por outro lado, massacrar, cooptar e estancar qualquer eminente perigo.

³² San Tiago Dantas foi chefe da embaixada do Brasil junto à ONU durante o governo de Jânio Quadros. Quando da implementação do parlamentarismo assumiu o Ministério das Relações Internacionais do Brasil dando continuidade a política internacional de seu antecessor e, portanto, seguindo o parlamentarismo a mesma política internacional de Jânio Quadros e da Oligarquia a qual Jânio representava.

Algumas vezes pela retórica falaciosa do diálogo, em outras ocasiões, assim como nos golpes militares no Brasil e no Chile, através da força. Essa articulação é sugerida por Nogueira & Messari (2005, p. 109) da seguinte forma:

No manifesto Comunista, Marx analisou o alcance global do modo de produção capitalista e concluiu que a burguesia era uma classe internacional, uma vez que a mobilidade do capital a tornava capaz de “aninhar-se em qualquer lugar, estabelecer-se em qualquer lugar, criar vínculos em qualquer lugar.

Entretanto, as forças oligárquicas viram novamente seu projeto de condução autoritária não ter êxito com o parlamentarismo. Por pressão das forças de esquerda, foi estabelecido um “acordo” para que houvesse referendun plebiscitário no intuito de decidir se o vice-presidente assumiria ou não. E assim foi feito: a consulta popular realizada em 06 de janeiro de 1963 teve como resultado o respeito as leis constitucionais e, portanto, assim como apregoavam as normas, a condução de João Goulart ao posto máximo do executivo nacional.

Mas o conflito entre burguesia e uma emergente força de camponeses e trabalhadores urbanos continuava sua luta pela hegemonia no governo de João Goulart. Por sua vez, Goulart aplicava a cartilha populista apreendida, com seu mestre Getúlio Vargas, quando era Ministro do Trabalho. Essa cartilha tinha, em seu escopo, utilizar e amenizar a classe trabalhadora através de uma solidariedade nacionalista que colocava em um mesmo “barco” patrão e empregados da mesma forma que Getúlio utilizou com a campanha: “o petróleo é nosso”³³. Dessa forma, recorrendo ao discurso de um ideal nacionalista, apelando a um sensacionalismo retórico de solicitações ideológicas, buscando uma identidade nacional tão característico de regimes fascistas que se utilizam de instrumento afirmativo para desviar a atenção da declaração categórica de Engels & Marx(1999, p. 3) “Proletários de todo os países univo-os!”. Substitui-se, assim, o caráter de classe por concepções de patriotismo e/ou de racismo.

³³ “Em 1950, o consumo do combustível praticamente triplicara, passando de 34 mil barris para 100 mil. No ano seguinte, o presidente Getúlio Vargas lança um projeto de lei para a criação da Petrobras. Depois de quase dois anos de batalhas no Congresso, a lei é aprovada no Senado e sancionada pelo presidente em outubro de 1953.”(Campanha “O petróleo é nosso” mobilizou o país no fim dos anos 40, 2012).

Entretanto, sabe-se que o Estado burguês não é o Estado proletário. Engels e Marx (1994, p. 38) alertaram para isso no manifesto de 1884 quando diz: “Os operários não têm pátria. Não se lhe podem tirar aquilo que eles não possuem”. E, continuam os autores do manifesto comunista: “Quando os antagonismos de classe, no interior das nações, tiverem desaparecido, desaparecerá as hostilidades entre as próprias nações”(Marx & Engels p. 39).

Gourlart foi a última esperança do Estado, Capitalista e Oligárquico brasileiro, de suprimir, de forma “indireta”, a emergência de um Movimento que tinha em seu escopo a supressão do Estado burguês através da implementação de um Estado Socialista. A independência que fluía dos movimentos camponeses e seu compromisso na geração de uma nova sociedade implementada pelas ligas camponesas. Soma-se a isso a força dos sindicatos que, como ilustra Lima (1998), conquistaram grande força política no início dos anos de 1960:

O Movimento Sindical às vésperas do Golpe de 1964 estava em plena ascensão, talvez alcançando um auge que nunca atingira e até hoje insuperado. O CGT era o grande comando, justificando dessa forma ser chamado de “Comando Geral dos Trabalhadores”, com influência que extrapolava o movimento sindical. O CGT ia além disso. Ele tinha muita força no Congresso Nacional e alcançava também áreas sociais organizadas, como a Igreja, o movimento rural, estudantes e funcionários públicos, que não tinham sindicato, mas a confederação, uma entidade civil não-sindical (LIMA, 1998, p.92)

Nesse contexto, eram abortados todos os meios falaciosos para estancar a criação de um Estado proletário. As forças conservadoras já tinham utilizado de todos os mecanismos possíveis para, de forma “indireta”, minar, alienar e controlar a classe trabalhadora sem lograr sucesso. Assim, é utilizado, em primeiro de abril de 1964, a ferramenta mais contundente para extirpar todos os inimigos do capitalismo: O Golpe Militar.

Além de ser um golpe violento às normas políticas vigentes da época, o regime autoritário inicia sua implementação utilizando como roupagem, para justificar seus atos arbitrários, o compromisso com a liberdade em conjunção com um patriotismo exacerbado e, na ânsia de beneficiar o capital, uma política agressiva de industrialização. Travestido de uma roupagem social a política desenvolvimentista cria ferramentas de incentivos, inclusive fiscais, que geraram e continuam gerar lucros ao sistema industrial e financeiro da burguesia.

Assim, são criadas linhas de créditos, no âmbito nacional e internacional, programas e projetos coordenados por Agências e Superintendências de Desenvolvimento, como a SUDAM e a SUDENE, que tiveram seus esforços destinados ao enriquecimento da burguesia, fazendo crescer de forma exponencial o endividamento público. O Estado, sob a máscara de políticas de crescimento assumiu, claramente, o compromisso com o capital, gerando mais pobreza e exploração. O dinheiro destinado a essas políticas aumenta o endividamento do Estado que, por sua vez, transfere a conta para a maioria da população, seja na forma de achatamento salarial, seja na forma de tributação. Por sua vez, os tributos são incorporados ao fundo público que é utilizado no financiamento de mais políticas beneficiadoras do capital ou ao pagamento de dívidas, internas e externas, colocando o país nas mãos do capital financeiro e dos seus agentes internacionais (FMI, Banco Mundial, entre outros).

Iamamoto (2011, p 113) explica que:

O capital financeiro avança sobre o que Oliveira (1998) denomina de fundo público, formado por parte dos lucros dos empresários e do trabalho necessário de trabalhadores, que são apropriados pelo Estado sob a forma de impostos e taxas. Por um lado, reforça-se a desigual distribuição de rendimentos, estimulando as poupanças dos altos rendimentos por meio de elevadas taxas de juros, que consomem parcelas importantes da produção do valor, engessando a produção. Considerando a tributação regressiva – tributos menores para os altos rendimentos -, o ônus da dívida pública recai sobre a grande maioria dos trabalhadores ativos – e, inclusive, inativos -, cujos rendimentos são consumidos por meio da tributação pública direta ou de tributos inscritos no preço dos produtos, inclusive aqueles essenciais à reprodução da força de trabalho (ou, de maneira mais restrita, naqueles produtos que compõem a cesta básica de alimentos dos trabalhadores).

A extorsão empresarial ganha robustez desta forma, podendo o capitalista escolher – e chantagear – se aplica seu dinheiro em produção ou aguarda o retorno de altas taxas de juros. Nesse sentido, o financiamento de bens duráveis é outro instrumento que afere lucros extraordinários ao capital. Por sua vez, para implementar algum tipo de planta de produção a indústria exige uma lista de benefícios que incluem infraestrutura, capital humano bem treinado e isenção de impostos.

Em Pernambuco uma instituição que opera nos benefícios ao capital é a Agência de Desenvolvimento de Pernambuco – AD/DIPER. Essa instituição que iniciou suas

atividades sob o batismo de Diper que significava: Distritos Industriais de Pernambuco, teve sua operação iniciada nos finais dos anos de 1960. Sua missão, primeira, era a de fomentar áreas com toda a infraestrutura (água, energia, pavimentação), além de obter terrenos para repassar às indústrias por preços ínfimos. A contra partida empresarial era a geração de empregos que, segundo o Governo do estado, indicava explicitamente o grau de desenvolvimento através do aumento da produtividade local. Entretanto, o que o governo não explicava era as altas taxas de lucratividade empresarial através de uma política que minimiza, quase que totalmente, o risco. Ademais, quando algum empreendimento não dava certo, era permitido às empresas repassar o terreno para outra empresa. Isso era feito diversas vezes através de ágios exorbitantes promovidos pelas empresas repassadoras do terreno.

Pior, todos os contratos (28)³⁴, analisados constavam que se a empresa não implementasse o empreendimento, o terreno “adquirido” por ela, de forma incentivada pelo dinheiro público, seria, automaticamente, colocada novamente a disposição da Diper para que a instituição pudesse repassar para outro empreendimento. Em suma, estando uma empresa inadimplente, contratual ou financeira (havia um pequeno valor que a empresa pagava pelo terreno), essa perderia automaticamente o terreno para a Diper.

Entretanto, o que acontecia, na maioria das vezes, era o repasse, novamente com a anuência da Diper, dos terrenos. Isso faz pensar que havia o exercício de especulação, pelas empresas adquirentes, dos terrenos. Na verdade, o exercício do repasse tornou-se prática corriqueira na Diper (já denominada de AD/DIPER) entre os anos de 1980 – 1999. No ano de 2002³⁵ foi feito levantamento da situação, em todos os distritos ligados a Agência, no intuito de serem retomados, para o Estado, os imóveis destinados à implementação de empreendimentos. Entretanto, essa ideia foi estancada sem nenhuma razão aparente. Os dados informatizados e digitalizados no levantamento das condições

³⁴ Os acessos aos contratos foram feitos durante a época que fui Gerente encarregado dos distritos industriais do estado de Pernambuco na AD/DIPER (2001 -2002). Período que me municiou com dados e reflexão para realizar o Mestrado em Políticas Públicas (Ciência Política) na Universidade de Sheffield/Inglaterra (2003 – 2004) onde eu desenvolvi pesquisa que culminou na dissertação intitulada: *Social Development in Brazil and the Implications for the Consolidation of Democracy* .

³⁵ Idem.

dos distritos desapareceram junto com o sistema de informações que guardavam todos os dados obtidos pela pesquisa³⁶.

Os princípios jurídicos são dessa forma, desvinculados e/ou são ineficientes, da e na missão, lógica, de garantir, usando das premissas do direito administrativo, o papel político do Estado no que tange ao bem estar da sociedade e na gestão do bem público. Mesmo sendo esse princípio defendido pelo Estado Burguês ele não incorpora os preceitos de eficiência para que sejam construídos pelo Estado brasileiro e, neste caso específico, pela instituição com vínculo direto com o Estado pernambucano que é a AD/DIPER.

Não se deseja aqui fazer acusações levianas, entretanto, é cabível, remeter tal situação a afirmação de Perelman (2000, p.139) que diz:

Na ausência de técnicas unanimemente admitidas é que se impõe o recurso aos raciocínios dialéticos e retóricos, raciocínios que visam estabelecer um acordo sobre os valores e sobre sua aplicação, quando estes são objetos de uma controvérsia.

Dessa maneira, utilizando a dialética para refletir (já que não se dispõem de dados o que resulta na ausência de técnica) é possível, ao menos, afirmar que a Agência é ineficiente e ineficaz no seu processo de gestão. Mas, mais do que isso, quando incorpora o raciocínio baseado no materialismo histórico, pode-se estabelecer um valor para raciocinar sobre, inclusive, a ausência de mais informações e de continuidade das retomadas dos terrenos que estavam em condições de inadimplência. Seguindo o raciocínio de Engels & Marx (1999) este valor é o desejo de lucro: “o governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Engels & Marx, 1999, p. 10).

À gestão deste negócio atribuem-se vários mecanismos ideopolítico. A desconstrução da eficiência e da eficácia de políticas do Estado para empreender projetos e programas prepara o alicerce para formulações neoliberais que ganharam robustez nos anos de 1990. Esse mecanismo foi usado, e ainda o é, em todos os países denominados de: *em desenvolvimento*. A ideia de ineficiência da gestão de políticas públicas, construída a partir das organizações internacionais e financiadas pela

³⁶ Quando do meu retorno, após o Mestrado em Políticas Públicas, à AD/DIPER, sendo lotado em outro departamento procurei saber como estava o sistema e os dados coletados e não havia mais nada.

burguesia internacional, abrem espaço para a privatização e a proliferação das ONGs. Enquanto o capital exerce sua característica própria no cenário urbano: a especulação (David Harvey, 2011).

A incapacidade de gestão de Agências como a AD/DIPER ilustra bem o que podemos chamar de campo fértil para a incorporação de ditames estabelecidos pela cartinha do consenso de Washington. Tais ineficiências não são casos isolados da AD/DIPER, outras agências de âmbito local, estadual e nacional passaram pela mesma situação.

O caso da SUDENE, que foi fechada em 2001, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, é emblemático. A falta dos mesmos critérios de eficiência e eficácia e mau comportamento no gerenciamento e aplicação do dinheiro foi o mote para o fechamento da Superintendência. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu a nova SUDENE por meio da Lei Complementar Nº 125/2007. Entretanto, assim como a AD/DIPER, a nova “instituição” encontra-se hoje, sob a áurea da debilidade no que tange ao seu processo de planejamento e gestão. Em outras palavras: continua sob o estigma da falta de capacidade de conduzir, efetivamente, políticas de desenvolvimento para a região Nordeste.

Muito tipo de investimentos, no capitalismo contemporâneo, saiu do setor de produção transitando para alugueis de imóveis e terras (Harvey, 2011). A aquisição de obras de artes e a variação dos instrumentos, criadas pelo setor financeiro, faz do investidor, um verdadeiro “*player*” no jogo da especulação. Ademais, na globalização capitalista, os Estados mais débeis ficam disponíveis para serem utilizados pelos “grandes” investidores e empresas transnacionais. As armas disponíveis para esses tipos de jogador são inúmeras. Entretanto, podemos citar duas que estão explícitas em nosso cotidiano. A primeira trata-se de ferramentas midiáticas que incorporam, através de instrumento da engenharia social, princípios axiológicos baseado no individualismo e no mercado.

A segunda envolve a desmoralização dos Estados Nacionais e suas instituições estatais que, por sua vez, através da pressão de ditames da administração moderna, devem incorporar modelos de gestão empresarial para o Estado e suas políticas econômicas e sociais. Prepara-se, assim, o campo para que grandes empreendimentos multinacionais, na busca incessante de mais lucro, troquem o epicentro da produção

dos países centrais para a periferia. Conflitos aparentes dos adeptos do desenvolvimentismo versus os advogados da sustentabilidade ambiental, independente de quem ganha o debate, servem como pretexto para a construção do pensamento hegemônico capitalista. Isso se dá através de um mecanismo que imputa ao perdedor, como falha, a falta de ferramentas gerenciais apregoadas pelo capitalismo.

Tornar débeis instituições como a AD/DIPER, a SUDENE e o próprio Estado Brasileiro, serve, portanto, aos interesses do capital internacional. Paulatinamente se constrói, no imaginário nacional e internacional, a figura de incompetência das instituições. Por sua vez, a solução para tal problema reduz a força do Estado Nacional que se curva a ordem capitalista construída a partir de um *paradigma* de gestão que abraça a necessidade de privatização, governança corporativa, empoderamento de ONGs e, sobretudo, de ONGATs (Organizações não governamentais de ação transnacionais) e Organizações multilaterais.

Outra instituição que, assim como a AD/DIPER e a SUDENE, foi criada a partir dos princípios desenvolvimentistas capitalista foi SUAPE e o seu Complexo Industrial e Portuário. Segundo o site institucional de SUAPE em 1960:

Estudos começaram a ser realizados para analisar a viabilidade da implantação de um “super-porto” destinado à exportação e à instalação de indústrias no seu entorno. A ideia de criar um porto para que ele gerasse demanda e não apenas atendesse à demanda já existente na região.

Hoje SUAPE é apresentada, pelo governo de Pernambuco, como modelo de política pública que engloba todas as premissas necessárias à estrutura para o desenvolvimento, inclusive o sustentável.

Complexo de Suape - O polo de desenvolvimento mais dinâmico do Brasil. Locomotiva do desenvolvimento de Pernambuco, o Complexo Industrial Portuário de Suape é considerado um dos principais polos de investimentos do país. O Porto apresenta estrutura moderna, com profundidades entre 15,5m e 20,0m e grande potencial de expansão. Sua localização estratégica em relação às principais rotas marítimas de navegação o mantém conectado a mais de 160 portos em todos os continentes, com linhas diretas da Europa, América do Norte e África. (SUAPE)



Figura 6 Porto de SUAPE

Fonte: <http://www.antaq.gov.br/porta/pdf/Portos/2012/Suape.pdf>

Entretanto, quando se reflete sobre a implementação do Porto e das indústrias localizadas em seu entorno, percebe-se que a história não é bem assim. O porto de SUAPE tem sua gestão realizada pelo Governo do Estado de Pernambuco através da SUAPE – Complexo Industrial e Portuário, empresa de economia mista criada em 1978 com a finalidade de administrar a implementação do distrito industrial, o desenvolvimento das obras e a exploração das atividades portuárias. O complexo está localizado no município de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca.

Segundo página oficial da instituição Suape no ano de 2013:

São mais de 100 empresas em operação, responsáveis por mais de 25 mil empregos diretos, e outras 50 em implantação. Entre elas, indústrias de produtos químicos, metal-mecânica, naval e logística, que vão fortalecer os polos de geração de energia, grânéis líquidos e gases, alimentos e energia eólica, além de abrir espaços em outros segmentos como metal-mecânico, grãos e logística. Tudo isso somado supera os 40 bilhões de reais em investimentos, gera 15 mil novos empregos e mais de 40 mil empregos na construção civil.

A “joia de Pernambuco”, como muitos apregoam, incentiva a locação de projetos, através de um forte instrumento de atração do Estado que utiliza a mídia e, especialmente, incentivos fiscais e estruturais para os empreendimentos localizados no seu complexo industrial. O programa de crescimento do governo federal em conjunto com o Estado de Pernambuco aumentou, exponencialmente, entre 1995 e 2010, os investimentos naquele complexo.

QUADRO 2: COMPARATIVO – INVESTIMENTO PÚBLICO EM SUAPE 1995 - 2007

Entre 1995 e 1998 - 155,0 milhões
Entre 1999 e 2002 -136,1 milhões
Entre 2003 e 2006 - 147,6 milhões
Entre 2007 e 2010 - 1,462 Bilhão

Fonte: Suape(2010)

Esse montante de verbas públicas foi, segundo relatório do governo do Estado de Pernambuco, gasto em “investimentos” estruturais que garantam atração de indústrias para o complexo. Foram feitos investimentos no quinto berço interno do porto; recuperação da estrutura física do píer, Adequação e Reforma da Central de Triagem de Resíduos Sólidos; Reforma do Centro Administrativo de SUAPE; Pier Petroleiro; Obras de Recuperação da Estrutura do cais de múltiplos usos do porto externo, entre outras ações ³⁷

³⁷ (Nota de rodapé: para obter informações do montante gasto em cada um deste investimento acessar: <http://www.suape.pe.gov.br/pdf/relatorioObraSuapeMarco2010.pdf>)

Por outro lado, seguindo informação do mesmo relatório, os investimentos privados somaram 17 bilhões de dólares entre 2007 e 2008.

QUADRO 3 - INVESTIMENTOS PRIVADOS EM SUAPE ATÉ 2008

Empresas instaladas em Suape até 2006: 81
Soma desses investimentos: US\$ 2,2 Bilhões
Empresas implantadas ou em implantação (2007 - 2010): 37
Soma desses investimentos: US\$ 17,0 Bilhões

Fonte: Suape(2010)

O que o governo não publica, neste relatório, é o montante de incentivos fiscais que estas empresas se beneficiaram. No caso de SUAPE ainda é mais interessante: as empresas localizadas naquela área ganham “status” de empresas privilegiadas dentro do programa estadual de incentivos fiscais: O PRODEPE.

A lei que estabelece o PRODEPE (Programa de Desenvolvimento de Pernambuco) coloca em seu Artigo 5º § 1º que “a localização seja em município não integrante da Região Metropolitana ou no **Complexo Industrial Portuário de SUAPE**” se enquadra “nos agrupamentos industriais prioritários” e, portanto, podendo ter a ampliação de seus incentivos.

O PRODEPE foi constituído, pela Lei nº 11.288, no dia 22 de dezembro de 1995, em substituição ao antigo programa de incentivos ao crescimento econômico chamado FUNCRESCER. O programa tinha como princípio teleológico promover o incremento industrial, no Estado de Pernambuco, para os campos produtivos definidos como prioritários. Nesse sentido, era estabelecida uma política de “financiamento” do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias – ICMS de até 80% do imposto devido. O financiamento poderia ser de até dez anos e seria atualizado pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. Entretanto, para começar a pagar a parte que lhe cabia o empreendedor ainda teria um prazo de carência de dois anos. Ademais, quando da liquidação de seu débito com o Estado a empresa poderia ganhar ainda um desconto no

valor a ser amortizado de, até, 75% do valor a ser amortizado. Desde a sua criação o PRODEPE vem sofrendo alterações que implicam o incremento dos incentivos fiscais para as empresas³⁸. Os incentivos fiscais são, segundo Paulo Sandroni, (1985, pg.203 *apud* Amorim, 2003, p.53) subsídios, concedidos pelo Governo:

(...) na forma de renúncia de parte de sua receita com impostos, em troca do investimento em operações ou atividades por ele estimuladas. Os incentivos podem ser diretos ou indiretos. Quando concedidos na forma de isenção do pagamento de um imposto direto, como o imposto sobre a renda, beneficiam o contribuinte; no caso de o imposto indireto, tendem a diminuir o preço da mercadoria produzida pela empresa que recebe a isenção, beneficiando também o consumidor".

QUADRO 04: INCENTIVOS FISCAIS EM PE - DEMONSTRATIVO AGRUPAMENTO INDUSTRIAL ESPECIAL

- FARMACOQUÍMICA E QUÍMICA FINA
- AUTOMOBILÍSTICA
- SIDERÚRGICO
- LAMINAÇÃO DE ALUMÍNIO A QUENTE
- FABRICAÇÃO DE VIDROS PLANOS

BENEFÍCIOS FISCAIS:

- CRÉDITO PRESUMIDO SOBRE O SALDO DEVEDOR MENSAL DE 95%;
- PRAZO DE FRUIÇÃO DE 12 ANOS RENOVÁVEIS POR IGUAL PERÍODO;
- NÃO COBRANÇA DE DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA NAS AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MATÉRIA

³⁸ Para maior informação ver as leis e decreto que estabelecem mudanças no PROGRAMA: as modificações promovidas na Lei nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, que consolida e altera o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco – PRODEPE, pelas Leis nº 11.937, de 04 de janeiro de 2001, nº 12.308, de 19 de dezembro de 2002, nº 12.528, de 30 de dezembro de 2003, nº 13.031, de 14 de junho de 2006, nº 13.280, de 17 de agosto de 2007, nº 13.449, de 19 de maio de 2008, nº 13.485, de 29 de junho de 2008, nº 13.829, de 29 de junho de 2009, nº 13.956, de 15 de dezembro de 2009, nº 14.054, de 07 de maio de 2010, nº 14.126, de 24 de agosto de 2010 e nº 14.266, de 23 de fevereiro de 2011, bem como pelas Leis Complementares nº 060, de 14 de julho de 2004, e nº 068, de 21 de janeiro de 2005 e Decreto Nº 37.015, de 23 de agosto de 2011.

QUADRO 5: INCENTIVOS FISCAIS EM PE - SETOR PRIORITÁRIO

- AGROINDÚSTRIA (EXCETO SUCROALCOOLEIRA)
- METALMECÂNICA E MATERIAL DE TRANSPORTE
- ELETROELETRÔNICA
- FARMOQUÍMICA, HIGIENE E LIMPEZA
- MINERAIS NÃO – METÁLICOS (EXCETO CERÂMICA VERMELHA)
- TÊXTIL
- PLÁSTICO
- MÓVEIS
- BEBIDAS

QUADRO 6: INCENTIVOS FISCAIS EM PE - INDÚSTRIAS RELEVANTES E SEUS BENEFÍCIOS.

- CRÉDITO PRESUMIDO DE 47,5% DO IMPOSTO DEVIDO PARA EMPRESA INSTALADA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE;
- CRÉDITO PRESUMIDO DE 75% DO IMPOSTO DEVIDO PARA EMPRESA INSTALADA FORA DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE;
- PRAZO DE ATÉ 8 ANOS, RENOVÁVEIS POR IGUAL PERÍODO.

QUADRO 7 – INCENTIVOS FISCAIS EM PE - AGRUPAMENTOS INDUSTRIAIS COM TERCEIRIZAÇÃO DENTRO DO ESTADO

- Funcionamento semelhante ao benefício do Prodepe Indústria, necessitando apenas autorização do CONDIC; TERCEIRIZAÇÃO FORA DO ESTADO:
- Válida apenas por 02 anos;
- O benefício corresponde a 90% do benefício máximo concedido para a região;
- Necessita de autorização do CONDIC. (nota de rodapé o que é CONDIC)

QUADRO 8: INCENTIVOS INDUSTRIAIS EM PE - CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO

- NA SAÍDA INTERESTADUAL CRÉDITO PRESUMIDO DO ICMS NO VALOR CORRESPONDENTE A 3% DESSAS SAÍDAS INTERESTADUAIS;
- NA ENTRADA POR TRANSFERÊNCIA DE ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL LOCALIZADO EM OUTRA UNIDADE DA FEDERAÇÃO, CRÉDITO PRESUMIDO DO ICMS NO VALOR CORRESPONDENTE A 3% DAS TRANSFERÊNCIAS;
- PRAZO DE FRUIÇÃO DE 15 ANOS, RENOVÁVEIS POR IGUAL PERÍODO.

QUADRO 9: INCENTIVOS FISCAIS EM PE - COMÉRCIO IMPORTADOR ATACADISTA

- PRAZO DE 7 ANOS RENOVÁVEIS POR IGUAL PERÍODO;
- DIFERIMENTO DO ICMS INCIDENTE NA IMPORTAÇÃO;
 - QUANDO A SAÍDA FOR INTERNA, CRÉDITO PRESUMIDO NA SAÍDA SUBSEQUENTE, PROMOVIDA PELO IMPORTADOR NOS PERCENTUAIS DE: ► 3,5% DO VALOR DA IMPORTAÇÃO, QUANDO A ALÍQUOTA FOR INFERIOR OU IGUAL A 7%; ► 6% DO VALOR DA IMPORTAÇÃO, QUANDO A ALÍQUOTA FOR SUPERIOR A 7% E INFERIOR OU IGUAL A 12%; ► 8% DO VALOR DA IMPORTAÇÃO, QUANDO A ALÍQUOTA FOR SUPERIOR A 12% E INFERIOR OU IGUAL A 17%; ► 10% DO VALOR DA IMPORTAÇÃO, QUANDO A ALÍQUOTA FOR SUPERIOR A 17%;
 - QUANDO A SAÍDA FOR INTERESTADUAL, CRÉDITO PRESUMIDO NO VALOR CORRESPONDENTE A 47,5% DO IMPOSTO APURADO.

Os quadros de 4 a 9 trazem um resumo dos benefícios fiscais concedidos às empresas pelo Governo de Pernambuco através de sua Agência de Desenvolvimento. O processo que determina qual tipo de benefícios o empreendimento solicitante se enquadra consta de uma avaliação simples: A empresa entra com o projeto na AD/DIPER; O projeto é enquadrado em algum agrupamento relacionados nos quadros, através de um parecer da Agência em conjunto com a Secretaria da Fazenda – SEFAZ; Após isso, ele é levado para aprovação no CONDIC.

A política de incentivo fiscal, que pode chegar até a 95% de desconto do ICMS, faz com que o Estado deixe de arrecadar milhões de reais todos os anos. Esse valor, que poderia ser investido em políticas sociais, é usado para subsidiar corporações. Por outro lado, ela faz crescer o lucro das empresas que chega a ter quase que a totalidade de seu ICMS devido anistiado. O que torna mais gritante no processo, e demonstra a inquietude do capital na busca insaciável de lucratividade, é que mesmo a parte mais ínfima, que ainda fica como saldo devedor, pelas empresas, são diversas vezes perdoados.

O Diário de Pernambuco edição de Quarta-Feira, 11 de Setembro de 2002 traz a seguinte reportagem:

Assembleia aprova benefício a 23 empresas do Prodepe

Sindifisco argumenta que a medida é nociva às finanças do Estado

Rosa Falcão DA EQUIPE DO DIARIO

Os deputados estaduais aprovaram ontem o projeto de lei nº 1.251 de autoria do Governo Estadual, que transforma o benefício financeiro em crédito presumido para vinte e três empresas incentivadas pelo Programa de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Prodepe). A mudança é retroativa a janeiro de 2001 e provocou a reação do Sindicato dos Auditores da Fazenda Estadual, que considerou a medida nociva aos cofres do Estado, sob a alegação de que será perdoado o imposto dessas empresas. A Secretaria da Fazenda reagiu ao argumento do sindicato, mostrando que o benefício financeiro está sendo convertido em crédito presumido, sem prejuízos ao Tesouro. Foi aprovado também o projeto de lei nº 1.268, autorizando o Governo a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 214,419 milhões para pagar despesas de pessoal até o final deste ano.

O projeto de lei nº 1.251 referente ao Prodepe, obriga as vinte e três empresas que permanecem com o benefício fiscal do incentivo financeiro a passarem para a modalidade do crédito presumido. A partir da sanção da lei pelo governador Jarbas Vasconcelos, o benefício fiscal dessas empresas será transformado através de uma tabela de conversão. Esses contribuintes permanecem com o

benefício, só que através do desconto do crédito presumido, concedido pelo Governo estadual.

A lei aprovada ontem uniformiza os benefícios fiscais do Prodepe e facilita a escrituração dos incentivos no caixa do Tesouro Estadual. Com o incentivo financeiro adotado anteriormente, a Secretaria da Fazenda tinha que registrar uma receita virtual (impostos) fruto de uma despesa real (incentivos). O argumento do Sindifisco é de que o Estado abre mão do imposto referente ao benefício fiscal concedido no passado às empresas do Prodepe. (FALCÃO, 2012)

E, para quem acha que esse perdão é caso isolado, veja o que diz a reportagem do site PeDesenvolvimento.com sobre parcelamento das dívidas das empresas beneficiadas pelo PRODEPE.

Trinta por cento das cerca de 700 empresas beneficiadas pelo Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe), principal instrumento fiscal de incentivo a investimentos privados do Estado, têm débitos com a Secretaria da Fazenda (Sefaz). São 215 empresas que discutem administrativamente ou na Justiça as dívidas com o Fisco. Para tentar acabar com as discussões e regularizar a situação dessas empresas – que podem até perder o Prodepe –, o Estado concedeu um prazo até o próximo dia 15 para os devedores parcelarem os débitos, em até 12 meses. O Fisco informa que, apesar da discussão sobre o montante das dívidas da maioria dos devedores, o consolidado é que 76 empresas devem R\$ 32 milhões ao Estado. (PEDESENVOLVIMENTO, 2010)

Em suma, além dos incentivos arregimentados pelas empresas elas relutam até o último instante de pagar qualquer coisa ao Estado, conseguindo, algumas vezes, terem suas dívidas perdoadas.

Porém, o que faz o Estado permanecer com uma política de incentivos que tanto prejuízo traz aos cofres públicos e, conseqüentemente, às políticas sociais? A tribuna do Sudoeste apresenta uma entrevista com o Sr. Pedro Alves de Oliveira, no dia 31/03/2013, presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás, que resume o pensamento dos defensores dos subsídios às empresas.

Dificuldade tem para todo mundo. O que o setor produtivo faz não é ficar cobrando, mas sim dar a sua contribuição *no sentido de adotar políticas que realmente venham a atender a demanda da população, a demanda do setor produtivo* e isso traz essas conseqüências positivas que temos aqui no estado. Agora tem fatores que contribuíram muito

para Goiás chegar a esse patamar, os incentivos fiscais, que nos trouxeram várias indústrias e realmente foram preponderantes para o desenvolvimento ao longo desses anos. (grifo nosso)(GUIMARÃES & DEUSMAR, 2013)

E continua respondendo a seguinte pergunta da entrevista: “Goiás ainda depende do incentivo fiscal para ter *competitividade* em relação aos outros estados na atração de indústrias?” Ele diz:

Não tenha dúvida, e não é só o Estado de Goiás. Os estados centrais precisam dos incentivos fiscais, os estados do Nordeste também. Dependemos sim. Hoje estamos com os estados de São Paulo, do Rio de Janeiro, contestando nossos incentivos fiscais, mas não podemos abrir mão deles. Se tiver que fazer alguma alteração, que modifique. Temos que entender que o Brasil não é só a região sul, a região desenvolvida, temos que desenvolver o Brasil como um todo. Se o Supremo julgar esses incentivos – que ele já manifestou ser ilegal - vai quebrar meio mundo no Brasil, porque todas as empresas incentivadas terão que pagar os seus impostos que deixaram de ser pagos frutos dos benefícios fiscais. Temos de buscar uma solução urgente. (GUIMARÃES & DEUSMAR, 2013)

Percebe-se que o Sr. Pedro resume a demanda da população com a demanda do setor produtivo. E, a grande contribuição a esse setor produtivo são os incentivos fiscais. A resposta fica um pouco confusa. Quem está dando sua parcela de contribuição? O Estado, quando desperdiça o ICMS? A população quando abre mão de receitas que poderiam melhorar programas sociais? Onde está a contribuição das empresas beneficiadas?

No segundo parágrafo a resposta torna-se mais ilógica e esdrúxula. Ora, se o problema é a competitividade entre os Estados, essa competitividade está inserida em um modelo de produção onde o lucro e o mercado se contrapõem à necessidade da população. A resposta mais adequada seria: Faz-se necessário extirpar um modelo de produção constituída pela competitividade. Em outras palavras, transformar o modelo de produção capitalista por outro modelo que tenha como cerne a necessidade de todos.

Entretanto, o fechamento da entrevista demonstra o caráter vil do capital sobre os direitos já constituídos, através de muita batalha, pela classe trabalhadora. Elencando os pontos negativos, o presidente da FIEG coloca:

A questão da burocracia. Tem que se combater firmemente a burocracia. Outra coisa perigosa: não podemos deixar ter um acirramento da relação capital e trabalho. Não podemos deixar que as leis trabalhistas conduzam o País para o rumo que conduziu a França. Na França se criou tantos direitos que o trabalhador perdeu o maior direito dele, que é o direito do emprego.)(GUIMARÃES & DEUSMAR, 2013).

Ou seja, para que o crescimento continue, segundo o entrevistado, é necessário que retire do trabalhador seus direitos, restando a ele o emprego. O emprego entra aqui como instrumento de barganha e de escolha: ou o emprego (que segundo ele é o maior dos direitos) ou os outros direitos. Entretanto, sabe-se que o emprego, no cenário de uma sociedade capitalista, não se constitui em nenhum direito. Igualmente, é também conhecido que o emprego, no capitalismo, é o instrumento de exploração pelo qual a mais-valia é expropriada do trabalhador.

Vale ressaltar que o argumento baseado no emprego é o instrumento de chantagem mais utilizado pelo capital e pelos governos que o representa. Assim, também é utilizado, através da Agência de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, como item garantidor da manutenção de programas de incentivos fiscais como o PRODEPE. Ou seja, a criação de empregos é apresentada como a principal contrapartida social, das empresas, pelos advogados do PRODEPE.

A justificativa, para tais ações do Estado, abraça o argumento, falacioso, de garantia de um crescimento sustentável e que cubra a geração de empregos tão necessária ao desenvolvimento do Estado. Inclusive, a missão institucional da AD/Diper é “Promover o desenvolvimento *econômico sustentável* de Pernambuco, atuando como agente catalisador de investimentos privados e fortalecendo o ambiente de negócios do Estado.”

Para colocar em prática seu intuito de “desenvolvimento sustentável” o governo do Estado libera e isenta empresas de seus tributos, faz doação de terrenos para implementações de empreendimentos, busca financiamento em instituições nacionais e internacionais e propagandeia uma ilusória sustentabilidade a partir do crescimento do PIB. Para Noelia Brito, advogada e procuradora do Município do Recife, o governo do Estado...

...contou com financiamentos camaradas do governo federal, via BNDES, empréstimos externos, via BIRD, mas também doou terrenos para implantação de vários empreendimentos privados. O governador também lançou mão de uma agressiva política de renúncia fiscal, através de programas como o PRODEPE, responsável, por exemplo, pela queda nos valores dos repasses do Fundo de Participação para municípios do Sertão, do Agreste e da Zona da Mata pernambucanos e que agora são gentilmente socorridos com o tal “pacote de bondades” do governo estadual, que tirou, como se vê, com uma mão para depois “dar” com a outra. Com que propósito, pergunto eu?

O governo do Estado desapropriou, em 2005, por motivos de utilidade pública, um terreno situado no Km 2, da BR 101 Norte, uma extensa área e a doou, por meio da Lei nº 14.406, de 22 de setembro de 2011, a várias outras empresas, para que ali se instalasse um polo farmacológico.

Além disso, essas empresas ainda foram agraciadas com renúncia fiscal de ICMS, prevista pela revisão do PRODEPE, feita ainda em 2007, pelo governador Eduardo Campos, alteração que também beneficiará a fábrica da FIAT, outra beneficiária de uma vasta área territorial doada pelo governo estadual. Como a renúncia se deu sob a forma de concessão dos chamados créditos presumidos, da ordem de 95% do ICMS que teriam que recolher, essas empresas acabaram também se beneficiando com a exclusão desses valores da base de cálculo de tributos federais, como o Imposto de Renda e a Contribuição sobre o Lucro Líquido, por exemplo. (BRITO, 2013)

Os benefícios apontados pela AD/DIPER para justificar tanto desperdício de dinheiro público é demonstrado através de números que indicam a geração de empregos promovida pelas empresas receptoras dos incentivos.

Entretanto, o controle efetivo da geração desses empregos não é realizado pela Agência. A AD/DIPER não dispõe de pessoal nem de ações fiscalizadoras que façam efetivamente um controle das informações, em relação a este item. O que existe são informações, disponibilizadas pelas empresas, de um montante de empregos a ser gerados. No intuito de provar tais gerações de empregos a AD/DIPER disponibiliza tabelas de previsibilidades de empregos como demonstra o quadro 10.

QUADRO 10: NÚMERO DE EMPREGOS PREVISTOS ANOS 2007, 2008 E 2009

SETOR	2007	2008	2009	Participação 2008 (%)	Participação 2009%
Alimentos	1361	6509	2178	49,25	21,23
Bebidas	223	365	597	2,76	5,82
Eleto-Metal-Mecânico	516	2169	2478	16,41	24,15
Farmacoquímico	301	987	126	7,47	1,23
Material de Transporte	10	0	0	0	0
Minerais não metálicos	402	495	593	3,75	5,78
Móveis	241	597	405	4,52	3,95
Plástico	694	625	437	4,73	4,26
Produtos químicos	107	319	282	2,41	2,75
Têxtil	1057	421	1854	3,19	18,07
Couro e Calçado	0	60		0,45	0
Embalagens	0	64		0,48	0
Papel	0	416	1143	3,15	11,14
Outros	0	188	166	1,42	1,62
	4912	13215	10259	100	100

Fonte: AD DIPER

Percebe-se, entretanto, que os números disponíveis, pela AD/DIPER, apesar de constar em um relatório oficial produzido em 2010, não demonstra o número concreto de empregos gerados. Eles apresentam simplesmente expectativas que não foram checadas nem pela agência nem por nenhum outro órgão do governo do Estado. E, pior, um relatório divulgado em 2010, apresenta expectativas de geração de empregos de até três anos passados. Ora, como se pode ter uma expectativa de geração de alguma coisa em determinado tempo que já passou?

Ou seja, a Sustentabilidade, na geração de empregos é uma coisa impossível de contabilizar. Não há indicador agregado ou criado pelo programa, para que possa ser acompanhada a quantidade de postos de trabalhos criados.

Isso demonstra a total ineficiência de programas como PRODEPE na condução dos ditames administrativos apregoado pelo Governo do Estado de Pernambuco, e pelo próprio capital, que deveria apresentar instrumentos de planejamento, controle, execução e direção em todos os projetos. Ademais, os próprios beneficiados de tais projetos (o capital) tornam-se os inquisidores e acusadores da incapacidade gestora estatal que, por fim, acusa as instituições governamentais de inaptidão para o ordenamento das ações. Por fim, a sugestão divulgada pelo capital é a necessidade de um planejamento e controle que ultrapassem as fronteiras do Estado Nacional.

Só assim, segundo os inquisidores do Estado, o desenvolvimento e a sustentabilidade de suas ações terão sucessos em suas execuções. Essa tática de imputar as falhas ao Estado Nacional e a solução aos instrumentos capitalistas não são novas. Basta lembrar do que foi estabelecido pelo consenso de Washington³⁹.

A costura, ideopolítica, da ideia de incapacidade atinge não só as instituições estatais, mas também, e principalmente, o imaginário do povo que faz parte desse Estado. Assim, a população incorpora como soluções para os problemas e crises a participação de um instrumento “alienígena” vinculado a um órgão que não seja o Estado ao qual ele pertence.

Ou seja, os problemas relativos ao conceito de Estado e da condução das políticas, programas e projetos, inerentes a ele, numa análise crítica, transversa a questão do processo histórico de mercantilização, mas, também incorporam elementos, de (des)educação e comunicação de massas. Na verdade, a não ação de princípios de eficiência conduz à construção de preceitos e preconceitos que fere a dignidade do Estado e, portanto, do povo a ele vinculado.

Outro elemento de sustentabilidade, no âmbito da economia política, muito difundido na atualidade está relacionado ao meio ambiente. Na hipótese da garantia de vida para as gerações vindouras, incorporam-se elementos que agregam a ideia de tornar o ambiente “saudável” e “duradouro” de forma que não só o desenvolvimento econômico possa ser mantido, mas, que a vida de pessoas, da fauna e da flora possam ser preservada.

Em relação às pessoas, mais do que vidas preservadas, é acentuada a necessidade de melhorar a qualidade de vida. Isso envolve elementos de políticas sociais que abraçam Educação, Saúde, Saneamento, entre outros.

³⁹ A avaliação objeto do Consenso de Washington abrangeu 10 áreas: 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização financeira; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual. As propostas do Consenso de Washington nas 10 áreas a que se dedicou convergem para dois objetivos básicos: por um lado, a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado autorregulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas. (http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf)

As ações estabelecidas, pelos que intercedem pela nova dinâmica de desenvolvimento com sustentabilidade ambiental, utilizam, como ferramenta de construção ideológica, a mudança clima e/ou o aquecimento global na construção de argumentos que sublinham a necessidade de uma mudança acelerada nas políticas de desenvolvimento. Nas palavras de Abranches & Viola (2009, p. 154):

Não há alternativas se não acelerar e mudar. Acelerar o processo de acumulação de meios – econômicos, técnicos e institucionais – para lidar com a adaptação necessária. Mudar o padrão de desenvolvimento para que a América Latina aproveite esse momento de ruptura como oportunidade para dar um salto de qualidade, abandonando o velho e inviável paradigma de desenvolvimento do século XX e buscando um paradigma regional contemporâneo aos desafios e possibilidades já presentes neste século.

Esse novo paradigma terá necessariamente, que respeitar os limites do clima *portanto adotar um novo padrão de uso de recursos naturais, de energia e da terra; integrar-se à dinâmica da economia global; participar na construção de instituições globais necessárias à transição para uma economia de baixo carbono; fundar-se na nova matriz dinâmica que é o conhecimento; e respeitar as especificidades históricas e estruturais dos países que compõem essa vasta e heterogênea região.* (grifo meu)

Entretanto, o que é novo, grifado na citação acima, parece dar continuidade às velhas políticas capitalistas que são aquelas já estabelecidas na *dinâmica da economia global* constituída a mais de um século na divisão internacional do trabalho. E que, nas Relações Internacionais atuais, se caracterizam na formação de Blocos Econômicos replicantes de um modelo de produção que já demonstrou sua inocuidade na solução das demandas sociais locais, regionais e globais. Igualmente, as transformações nas estruturas dos meios de produção não são levadas em conta. Ou seja, continua o mesmo sistema, baseado no capital, estabelecendo, unicamente, novos paradigmas de gestão onde a governança global parece ter lugar fundamental. Por sua vez, como vimos anteriormente, tal paradigma de gestão fere princípios de soberania atingindo Estados mais débeis econômicos, sociais e ideológicas.

No mecanismo de construção ideológica, o Estado se constitui como instrumento vital na sustentação de dominação do capital. Para Iamamoto (2011, p. 120)

O Estado tem papel-chave de sustentar a estrutura de classes e as relações de produção. O marxismo clássico já estabelecia as funções que pertencem ao domínio do Estado: criar condições gerais da

produção, que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos grupos dominantes; controlar as ameaças das classes dominadas ou frações das classes dominantes, através de seu braço repressivo (exército, polícia, sistema judiciário e penitenciário); e integrar as classes dominantes, garantindo a difusão de sua ideologia para o conjunto da sociedade. Essas funções coercitivas se unem a funções integradoras, destacadas pela análise gramsciana, exercidas pela ideologia e efetivadas por meio da educação, cultura, dos meios de comunicação e categorias do pensamento.

A ausência de eficiência do Estado é outro elemento que deve ser considerada nesta construção ideológica. No caso do Brasil e em particular de Pernambuco, a ineficiência na condução de projetos como PRODEPE, a incapacidade de garantir um desenvolvimento sustentável que reflita na produtividade, no meio ambiente e na vida das pessoas constituem em si só elementos multiplicadores de um auto preconceito. Ou seja: o menosprezo de seu povo com suas próprias instituições.

Nesse sentido, a não efetividade da ação se incorpora às funções integradoras constituídas de um baixo estímulo local gerando, conseqüentemente, a ideia de que instituições, povos e governos estrangeiros são mais eficientes na condução das políticas públicas.

Assim, abre-se caminho para intervenções dos organismos internacionais sobre territórios e população mais suscetíveis à dominação externa. Modelos econômicos importados do Banco Mundial e FMI, que resultaram em privatização, são exemplos assistidos em um passado recente; mecanismos de gestão que incorporam competitividade, empreendedorismo, responsabilidade social e ambiental são mais recentes; elementos de produtividade e governança internacional são aqueles mais utilizados ultimamente. Os últimos apresentam características intervencionistas menos maquiadas quando sugerem mecanismos de governança que atingem diretamente a soberania do Estado. Em suma: o Estado torna-se refém das instituições internacionais.

Todos os “modelos” relatados acima são, ou foram, anunciados como ferramentas equalizadoras dos problemas sociais brasileiro. Entretanto, a desestabilização, a fome, a violência e a miséria continuam intocáveis e incólumes alimentando o ciclo vicioso da exploração capitalista em nosso país. O sistema social se deteriora enquanto o que se beneficiam disso apontam anomias em pontos isolados do sistema. As soluções, portanto, apresentadas se afastam de um olhar sobre a totalidade e

sua estrutura visualizando, simplesmente, fragmentos defeituosos que necessitam de reparos para que o sistema funcione efetivamente.

Ou seja, o capital ganha quando propõe as soluções e, ganha, neste caso, mais ainda, quando elas não resolvem os problemas a que se propõem. Em outras palavras: o ciclo vicioso torna-se objeto de geração de mais lucro e poder. Entretanto, isso não é uma novidade, a miséria de povos subjugados pela força, e/ou ideologicamente, é analisado e discutido por Marx, em várias partes, da obra: O Capital.

The discovery of gold and silver in America, the extirpation, enslavement and entombment in mines of the aboriginal population, the beginning of the conquest and looting of the East Indies, the turning of Africa into a warren for the commercial hunting of black-skins, signalized the rosy dawn of the era of capitalist production. These idyllic proceedings are the chief momenta of primitive accumulation. (Marx, 2010, p. 527)

O que sinaliza de diferente a reflexão é que: não podendo intervir o capital nas crises cíclicas, que é própria de um modelo de produção baseado no consumo, ele, sorrateiramente, cria mecanismo de obtenção de lucro a partir das próprias crises. E mais, terceirizando a causa do problema através de ferramentas formuladas a partir de funções integradoras, desvia-se à atenção do problema estrutural que é próprio de seu modelo de produção.

Aos problemas sociais do final do século XIX e início do século XX foram criados mecanismos de assistência social; à crise de produção de 1929 foram propostas políticas Keynesianas do Estado de Bem Estar Social; ao colapso mundial do fim da segunda grande guerra surgiu o plano Marshall e as instituições de Bretton Woods; à crise ambiental do século XXI é proposto o Protocolo de Quioto. Contudo, todos os mecanismos listados acima apresentam uma característica em comum: não atacam o cerne da questão que é o modelo de produção baseado na mais-valia.

Na atualidade, as dificuldades e problemas dos países emergentes, e a ineficiência de seus projetos na solução daquilo que é pretendido, se constituem de base para um novo processo de obtenção de lucro e dominação internacional. Assim, inabilidade na gestão desses projetos geram elementos para que se proponham mecanismos de governança e que, dessa maneira, subjugam os Estados nacionais que têm a sua condição de líder na condução de políticas públicas ocupadas por organismos internacionais representantes do capital.

As políticas públicas voltadas ao “desenvolvimento” em Pernambuco oferecem dois projetos que, concomitantemente, vêm sendo apresentados como modelos de sucesso: SUAPE e PRODEPE. Entretanto, como exposto acima, o PRODEPE é ineficiente em questões básicas como a criação de indicadores para monitorar sua eficiência.

Em relação à SUAPE vários problemas, no âmbito social e ambiental, são visíveis e demonstram a ineficiência de projetos conduzidos pela ânsia da lucratividade em detrimento de outros valores. Há sinais alarmantes de deterioração social, nos municípios onde se localiza o complexo, o que demonstram a inabilidade, de conjugar crescimento econômico com desenvolvimento social.

Os municípios onde se localiza SUAPE (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca) detêm índices que parecem demonstrar que a área é exemplo de sucesso na execução de projetos econômicos e na conjunção do crescimento econômico e social.

Ipojuca tem, em uma área territorial (km²) 527,107, uma população, estimada pelo IBGE, em 2013 de 87.926 pessoas. Seu PIB per capita, segundo a Agência Condepe/FIDEM, em 2010 era de R\$ 16.656, constituindo, assim, o primeiro lugar no Ranking dos Municípios Pernambucano. O Índice de Desenvolvimento Humano IDH aferido pela ONU teve avanços significativos comparando o ano de 1991 com o de 2010.

QUADRO 11: IDH DE IPOJUCA

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM do Município de Ipojuca - PE	
IDHM 1991	0,332
IDHM 2000	0,457
IDHM 2010	0,619

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

O Cabo de Santo Agostinho, por sua vez, tem uma população estimada, para o mesmo ano de 2013, de 196.152, distribuída em uma área de 448,735 km², também apresentou um aumento, entre 1991 e 2010, no IDH.

QUADRO 12: IDH DO CABO DE SANTO AGOSTINO

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM Cabo de Santo Agostinho – PE	
IDHM 1991	0,427
IDHM 2000	0,547
IDHM 2010	0,686

Fonte: Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Por sua vez o PIB destes municípios demonstra, em um primeiro olhar, a robustez e o sucesso de SUAPE.

QUADRO 13: QUADRO PIB PER CAPITA POR REGIÕES DE PERNAMBUCO 2005 – 2010.
Produto Interno Bruto – PIB per capita por Regiões de Desenvolvimento e municípios do estado de Pernambuco - 2005 – 2010 (em R\$ 1,00)

Ranking		Rd's/Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010
2009	2010							
1	1	Metropolitana	9.086	9.907	11.179	12.247	13.448	16.656
1	1	Ipojuca	58.732	62.299	76.295	84.405	91.169	112.924
2	2	Cabo de Santo Agostinho	16.383	16.431	17.844	19.036	20.970	24.180
3	4	Itapissuma	16.157	17.734	18.380	19.745	19.927	20.208
4	5	Recife	10.875	12.090	13.491	14.486	15.830	19.540
8	7	Jaboatão dos Guararapes	6.588	7.274	8.398	9.420	10.595	12.967
12	8	Fernando de Noronha	10.078	9.602	7.686	7.732	8.996	12.793
7	9	Igarassu	6.563	7.180	7.773	9.573	10.703	11.244
18	18	Abreu e Lima	5.188	5.558	6.120	7.052	7.634	8.978
29	25	Olinda	4.906	5.181	5.518	6.037	6.557	8.276
39	35	Paulista	3.680	4.082	4.441	5.132	5.703	7.084
48	74	Ilha de Itamaracá	3.575	3.937	4.338	4.485	5.162	5.418
55	81	Moreno	3.059	3.469	3.904	4.279	4.958	5.351
96	87	Camaragibe	2.873	3.054	3.607	3.908	4.358	5.237
93	97	São Lourenço da Mata	2.816	3.055	3.253	3.749	4.383	5.071
182	185	Araçoiaba	2.278	2.674	2.963	2.968	3.159	3.551

Fonte: Condepe/Fidem

Como se percebe tanto o IDH como o PIB per capital teve um representativo crescimento em, Ipojuca como, também, no Cabo de Santo Agostinho. Então, como dizer que houve uma deterioração na vida da população dos dois municípios? Essa discussão, apesar de sinalizar para um debate já ultrapassado, se faz necessária porque o governo do Estado utiliza destes dados para demonstrar que o Estado e o País estão passando por um desenvolvimento de forma sustentável.

Para responder a questão proposta acima basta adentrar na dicotomia clássica: Quantidade X Qualidade. Tanto o PIB per capita como o IDHM é pensado a partir de uma concepção quantitativa.

Para o PIB per capita a fórmula utilizada mede quanto o total produzido caberia a cada pessoa se ele fosse dividido em partes iguais, ou seja: O PIB/POPULAÇÃO .

Entretanto, sabe-se que não há uma divisão equitativa do total de riqueza produzida tanto no Cabo de Santo Agostinho como em SUAPE. Ademais, os próprios municípios apresentam situação de extrema diferença em relação aos serviços prestados nas áreas ricas e de *resorts* quando se compara com as regiões mais carentes das duas cidades.

Por um lado, surgem novos bairros com completa infraestrutura como se pode observar na figura 03. Entretanto, as periferias encontram-se carentes do mais básico serviço público.



Figura 07: Foto da Rota do Coqueiro – Bairro Nobre. Fonte: acervo pessoal



Figura 08: Mansões área nobre. Fonte: acervo próprio.



Figura 09: sob o céu aberto na periferia Lixo. Fonte: acervo pessoal



Figuras 10 e 11: Contraste paradas de ônibus na Rota dos Coqueiros e na periferia. Fonte: acervo próprio.



Figura 12: Buracos e esgoto na periferia. Fonte: acervo próprio.

Por outro lado, o IDH, segundo a própria ONU (PNUDa) “é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde”.

Dessa maneira, o IDH procura ir mais além do que determina o PIB, incluindo outras grandezas que são relevantes para determinar se um país é efetivamente desenvolvido ou não. O índice, que rivaliza com o PIB per capita, foi criado por um grupo de estudiosos dos quais constavam Mahbud u-Haq e Amartya Sen, que elaborou o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH).

Apesar de ser primariamente uma crítica ao modelo quantitativo do PIB per capita, percebe-se que a relevância do pressuposto da quantidade ainda é muito marcante quando se afere o IDH. O IDH se constitui na média geométrica dos três índices de dimensão: renda, educação e saúde.

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{(\text{valor observado} - \text{valor mínimo})}{(\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})}$$

Fonte: Centro de Estudos Sobre África e Desenvolvimento - CESA

Figura 13: Formula para medir cada índice de dimensão

$$IDH = \sqrt[3]{(I_{Vida} \times I_{Educação} \times I_{Rendimento})}$$

Fonte: Centro de Estudos Sobre África e Desenvolvimento - CESA

Figura 14: - Formula do IDH

Para melhor demonstrar a metodologia do cálculo do IDH Bruno Damásio criou uma tabela explicativa, baseada no cálculo do IDH da China, que ilustra bem o procedimento utilizado:

QUADRO 14: DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO IDH

Indicador	Valor
Esperança média de vida (anos)	73,5
Média de anos de escolaridade	7,5
Anos de escolaridade esperados	11,4
RNB <i>per capita</i>	7.263

Sintetizando os limites para as dimensões:

Dimensão	Máximo	Mínimo
Esperança de vida	83,2	20,0
Média de anos de escolaridade	13,2	0
Anos de escolaridade esperados	20,6	0
Índice de educação combinado	0,951	0
Rendimento <i>per capita</i>	108.211	163

Cálculo do índice de dimensão da esperança de vida:

$$I_{Vida} = \frac{73,5 - 20}{83,2 - 20} = 0,847$$

Cálculo do índice de dimensão da educação:

$$I_{Média\ anos\ escolaridade} = \frac{7,5 - 0}{13,2 - 0} = 0,568 \quad I_{Anos\ escolaridade\ esperados} = \frac{11,4 - 0}{20,6 - 0} = 0,553$$

$$I_{Educação} = \frac{\sqrt{0,568 \times 0,553} - 0}{0,951 - 0} = 0,589$$

Cálculo do índice de dimensão do rendimento:

$$I_{Rendimento} = \frac{\ln(726.3) - \ln(163)}{\ln(108.211) - \ln(163)} = 0,584$$

Cálculo do IDH:

$$IDH = \sqrt[3]{0,847 \times 0,589 \times 0,584} = 0,663$$

Apesar da análise riquíssima em detalhes do quadro 14 o que mais interessa no que tange a análise desta tese, é os indicadores primordiais da análise: Esperança média de vida; Média de anos de escolaridade e a Renda Nacional Bruta *per capita*. Observa-se, que em todos os pressupostos utilizados parte do princípio quantitativo. Em outras palavras, não se leva em conta a qualidade do ensino, a qualidade de vida nem o nível equitativo da divisão da renda bruta. Em síntese, os dados utilizados para propagandear o famoso desenvolvimento pernambucano demonstram ser incapacitados para aferir, verdadeiramente, tal situação.

Nas próprias palavras do PNUD:

O IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. (PNUDa)

As figuras 11, 12 e 13 mostram que o princípio de sustentabilidade ambiental na periferia da Cidade de Cabo de Santo Agostinho, apesar de ser município de referência para o governo do Estado de Pernambuco, está longe de ser classificado como desenvolvido.



Figura 15: Esgoto e moradia em Gaibu – Cabo de Santo Agostinho. Fonte: Acervo próprio.

Por outro lado, a Rota do Coqueiro⁴⁰, localizada na praia do Paiva na cidade de Cabo de Santo Agostinho, e administrada através de uma Parceria Público Privada, se constitui na privatização de uma das mais belas paisagens de Pernambuco. A rota é composta por várias mansões, suas vias são monitoradas, 24 horas por dia, por um sistema que impede que qualquer carro pare para fazer registro de fotos ou simplesmente apreciar o local. As vias são controladas por seguranças motorizados, de empresas privadas que quando detectam algum “comportamento suspeito” ligam suas sirenes e acompanham o carro até a saída da área.



Figura 16: Apesar de o carro ter um adesivo do partido que governava o Estado na época (2012) quando paramos para tirar fotos a segurança se mostrou bem eficiente e apareceu em apenas 2 minutos.

Fonte: acervo próprio.

⁴⁰ Nota de Rodapé: O sistema viário do Paiva é a primeira Parceria Público-Privada de Pernambuco e a primeira do tipo viária no Nordeste. Essa modalidade de contrato consiste numa concessão celebrada entre a administração pública e um agente do setor privado, no caso a Rota dos Coqueiros, para implantação, exploração ou gestão de serviços, de empreendimentos e de atividades de interesse público. A PPP do Paiva compreende uma via litorânea de 6,2 km de extensão com 04 faixas de rodagem, a Via Parque e a ponte Arquiteto Wilson Campos Júnior, de 320 metros composta por 02 faixas de rodagem, 01 passarela para pedestres, ciclovia e 02 mirantes, de onde se pode ver a desembocadura do rio no oceano. O projeto de arquitetura da ponte é do carioca Luis Américo Gaudenzi. A Rota dos Coqueiros é responsável pela construção, operação e manutenção da via e ponte durante 33 anos. (<http://www.rotadoscoqueiros.com.br/quemsomos.php>)



Figura 17: Foto de Carro de monitoramento escoltando nosso carro até a saída do Bairro. Fonte: acervo próprio.

As paradas de ônibus localizadas dentro da Rota dos Coqueiros, disponíveis para os trabalhadores das mansões, diferenciam-se bastante das que estão há poucos metros fora da área e que compõem os 6,2 Km da via. Enquanto, os cidadãos comuns necessitam passar por lama, buracos e o descaso do poder público, a rota do coqueiro propaga a eficiência do setor privado na solução de problemas, eminentemente, de responsabilidade governamental.



Figura 18: Trabalhadores construindo residências para a elite na Rota dos Coqueiros. Fonte: acervo próprio.



Figura 19: Trabalhadores aguardando transporte depois de prestar serviços na Rota dos Coqueiros: Paradas de ônibus diferenciadas da grande realidade do município do Cabo de Santo Agostinho. Fonte: acervo próprio.

A desconstrução do poder público como condutor do processo de desenvolvimento da necessidade de sua população ainda agrega, pela empresa, aspectos de Responsabilidade Social de caráter funcionalista com o objetivo de “adestrar” algumas comunidades que ainda se localizam no entorno do empreendimento.

No site do empreendimento é apregoada a missão altruísta da empresa da seguinte forma:

Uma empresa é de fato empreendedora quando ajuda a provocar mudanças sociais, visando a busca de soluções para a comunidade. Nesse sentido, não é apenas por ser a responsável pelo primeiro contrato de Parceria Público-Privada (PPP) viária do Brasil, que a concessionária Rota dos Coqueiros se destaca no quesito empreendedorismo. Gestora do sistema viário do Paiva, a Rota dos Coqueiros também desenvolve projetos sociais na região. (ROTA DOS COQUEIROS, 2013)

Dentro do cenário a empresa visualiza, de forma simples, temas, como Educação Ambiental, tendo como seu principal mote o plantio de mudas de árvores. Entretanto, expõem verdadeiros movimentos populares, como a tradicional festa das lavadeiras, que abraçava a relação dos trabalhadores com o meio ambiente no qual eles vivem e que são forçosamente retirados.

A Festa da Lavadeira é manifestação de cultura popular que há 25 anos acontece sempre nos dias 1º de Maio. A Festa faz parte do calendário turístico de Pernambuco e é protegida por leis estadual e municipal, que lhe conferiram a condição de patrimônio público cultural. Já escrevemos sobre o que representa esta manifestação popular para o povo pernambucano, nordestino e brasileiro, com seus mais de 80 mil visitantes em cada edição, de todo o Brasil e do exterior.

A Festa da Lavadeira acontece na praia do Paiva, onde um condomínio de luxo está sendo erguido pela empresa Odebrecht. Por isso, essa empresa quer expulsar a Festa da praia do Paiva. Para tanto, já fez de tudo, mas não conseguiu evitar que o povo corresse naturalmente para a Festa, assim como o rio corre para o mar. (SILVA, 2013)

A condução da gestão da área se apresenta de forma tão esdrúxula que práticas referenciadas por princípios ambientais, como de reciclagem, são proibidas, a pedido da concessionária privada, pela câmara de vereadores e pelo poder público do Estado. Segundo citação no art. 3º da Lei nº 2602 do Município do Cabo de Santo Agostinho:

Fica ainda vedado na orla marítima e Fluvial de Turismo, Lazer e Moradia Reserva do Paiva – ZETLM:

I utilizar bóias de câmara pneumáticas; (CABO DE SANTO AGOSTINHO)

Ou seja, para não chocar “visualmente” os moradores das mansões, a população que for se banhar naquela área não pode fazê-lo com boias aproveitadas de câmaras de antigos pneus. Quando essa prática poderia servir de exemplos no processamento do reutilizo de materiais.

Ademais, a prática de reutilização de materiais, como a das antigas câmaras de pneus, pode se apresentar como uma atividade de combate ao desperdício tão em voga na sociedade capitalista. Desperdício que é prática redundante de uma sociedade consumista e que se apresenta como um dos maiores absurdos ambientais. Nas palavras de Foladori (2008, p. 193):

Uma das manifestações mais chocantes do absurdo ambiental da sociedade capitalista que se manifesta violentamente durante as crises - é o desperdício. Desperdício que adquire diversas formas. É claro que combater o desperdício é um dos objetivos de todo o movimento ambientalista. (Foladori, 2008, p. 193)

Aferir desenvolvimento através de variáveis como IDH e PIB per capita se apresenta como instrumento falacioso. Como também são projetos de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social que extirpam tradição e visam adestrar a população para que, nas áreas de interesses particulares e privados, se comportem conforme as leis esquisitas e distantes das verdadeiras necessidades da população.

Leis como a 2.602, do Cabo de Santo Agostinho, representam verdadeiros *apartheid* social. Além de elas serem impostas só em determinadas áreas, no intuito de afastar o povo delas, excluem práticas de convivência social e ambiental que por muitos anos foram praticadas em suas áreas e que poderiam ser utilizadas como exemplo de reflexão como acontecia com a reutilização de pneus e câmaras de ar como boias.



Figura 20: Praia do Paiva. Várias restrições para satisfazer a elite da Rota dos Coqueiros. Fonte: Acervo Próprio.

As consequências da implementação do modelo de desenvolvimento em Suape apresentam não só esse, mas vários aspectos que podem ilustrar sua inviabilidade. Os frutos gerados pelo Estado por esse empreendimento estão distantes de se configurar como uma verdadeira noção de desenvolvimento. Aspectos que são fundamentais e que se encontram no cotidiano dos antigos moradores e dos novos inquilinos que vieram de outros municípios e Estados para trabalhar na iniciativa. Escolas, infraestrutura, moradia e saúde, assim como as questões ambientais, continuam requerendo melhorias. Para Amaral e Silva (2012, p.2)

A dinâmica econômica, socioambiental, política e institucional que deveria dar sustentação a este polo de desenvolvimento se depara com problemáticas fundamentais a serem enfrentadas, a exemplo da ausência de infraestrutura, com os precários sistemas de transporte, saneamento e habitação, dos impactos ambientais decorrentes do processo de ocupação desordenada e predatória do território, do crescimento da economia informal convivendo lado a lado com os trabalhadores assalariados, da ausência de equipamentos sociais e de políticas públicas que acompanhem este crescimento.

Entretanto, essa insustentabilidade representa, nela mesma, exemplo da dinâmica capitalista que não tem como escopo equacionar tais problemas, ou melhor, não tem como fator teleológico extirpar a pobreza que caracteriza a questão social.

Por outro lado, na mesma área evidencia-se a má qualidade dos empregos gerados que é fruto das exigências da minimização de custo imposta às empresas pelo cenário internacional e criada por um modo de produção ao qual o que o sistema capitalista deseja realmente sustentar. Tal sistema tem como cerne a obtenção e constante ampliação do lucro. Nas palavras de Foladori (2008, p.194):

O sistema capitalista simplesmente produz sem considerar a capacidade dos ecossistemas de reproduzir as matérias-primas que são extraídas deles. De outro lado, também não produz considerando a satisfação das necessidades humanas. Produz guiado, exclusivamente, pelo lucro.

Os problemas gerados pela busca obsessiva por lucro, na região de SUAPE, podem ser evidenciados nos conflitos entre trabalho e capital ocorridos mais acentuadamente nos anos de 2011 e 2012. Notícia publicada no JC online, publicado em 17/02/2012, às 15h46, relata:

Operários da Odebrecht na obra da Petroquímica Suape fizeram assembleia na manhã de hoje e decidiram entrar em greve por tempo indeterminado. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores na Construção

Pesada de Pernambuco (Sintepav-PE), a paralisação foi motivada por erros no pagamento do programa de participação nos lucros e resultados (PLR). Enquanto o sindicato diz que são 10 mil funcionários na construção do empreendimento, a empresa contabiliza 6 mil. (JCONLINE)

Assim sendo, as pautas de reivindicações são povoadas, também, de exigência das mínimas condições para que o trabalho possa ser executado. Segundo Amaral e Silva (2012, p.3)

As paralisações e manifestações - que chegaram a reunir cerca de mais de 34 mil trabalhadores - colocaram em pauta a reivindicação por melhorias nas condições básicas de trabalho: reajustes salariais, pagamento de horas extras, local adequado para banho, para alojamento e o acesso/ampliação a benefícios sociais empresariais (atendimento odontológico gratuito no canteiro de obras, auxílio residência, pagamento antecipado de passagens aéreas para trabalhadores que moram fora do Estado). Note-se que tais reivindicações remetem às conquistas dos mais elementares direitos logrados pelos trabalhadores organizados nas mobilizações e greves dos anos 80 do século passado.

Portanto, percebe-se um viés de desenvolvimento que engloba, primariamente, a concepção de crescimento e do lucro capitalista. Por outro lado, o alargamento da ideia de desenvolvimento sustentável situa-se no campo da retórica, ou melhor, oculta-se o verdadeiro objeto de sustentação que é o lucro através da exploração e da mais-valia.

Elabora-se, assim, uma política, muito reconhecida no Brasil, onde a antinomia entre as leis e normatização, em especial no âmbito social, não correspondem a realidade (nota de rodapé: constituição brasileira). Por sua vez, os problemas originados por um modelo desenvolvimentista, que teve origem com o capitalismo e foi enfatizado, na região, nos anos de 1960, são ser detectados no âmbito da questão social. Segundo SILVA (2007. p. 14)

A urbanização acelerada e desordenada da área, a partir dos anos sessenta, tem como uma de suas causas o deslocamento de moradores dos engenhos para as vilas e sedes municipais, tornando-se assim, esse êxodo rural a principal fonte alimentadora do crescimento urbano daquela e das décadas subsequentes, em decorrência das transformações ocorridas no lugar pela industrialização.

A descoberta da área como elemento de lazer pela classe média e pelos grandes empreendimentos hoteleiros teve início uma década mais tarde, ou seja, nos anos setenta. Entretanto, algumas praias, como a praia de Santo Agostinho e a praia do Paiva, eram, na época, utilizadas como alternativas de lazer pela população pobre da região.

Contudo, hoje com o desenvolvimento e implantação, do distrito industrial, o porto de Suape e da Rota dos Coqueiros, cada vez mais a grande população pobre vê suas áreas de lazer sofrerem restrições.

Por outro lado, as áreas que restam, como a praia de Gaibu, vão paulatinamente tornando-se exemplo de descaso do poder público com esgoto a céu aberto e emissão para o mar de dejetos, criando, assim condições impróprias para o banho e o lazer. Nem a sustentabilidade, nem o desenvolvimento, definitivamente, aportaram na praia de Calheitas nem em outras regiões pobres das cidades de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho.



Figura 21: Foto praia de Gaibu: escoamento do esgoto para praia. Fonte: acervo próprio



Figura 22: Foto do canal de Esgoto batida da praia. Fonte: acervo próprio

Atentam-se aos deslizes da gestão local as organizações internacionais se referem ao problema como elemento dissonante de uma administração que não absorveu o paradigma da gestão pós-moderna. Para solucionar e fazer funcionar o sistema, em primeiro lugar, sugerem diretrizes de produtividade incomum ao aspecto cultural da região; e, além disso, recorrem ao tecnicismo de uma educação alienante onde o principal agente nesse processo em Pernambuco, é a FIEPE. Notícias vinculadas ao Site da Federação expõe isso desta forma:

Uma indústria competitiva depende da qualificação e expertise de seus funcionários. Para atender as atuais demandas do mercado, o SENAI Pernambuco oferece regularmente às empresas programas de capacitação nas áreas de eletroeletrônica, eletromecânica, têxtil, vestuário e telecomunicações. Somente em 2009, a instituição realizou 2.889 cursos de aperfeiçoamento profissional dirigidos especificamente para atender às necessidades das indústrias localizadas nos principais polos econômicos do Estado. (Jornal da Indústria, 2013)

A artimanha neodesenvolvimentista agrega a esta visão tecnicista da educação, a importância de aumento da produtividade como aspecto primordial para

consolidar os avanços sociais. Por outro lado, exigem-se marcos regulatórios para criar um “ambiente favorável” aos negócios que complementem o que os advogados do neo-desenvolvimentismo chamam de avanços dizendo que o país se aproveitou...

... dos benefícios de reformas feitas anteriormente como as privatizações, a abertura da economia e as novas legislações que permitiram o aumento dos financiamentos. Mas esses motores perderam intensidade. Chegou a hora de agregar novos motores à economia. O fundamental será incentivar as novas reformas de crescimento sustentável a longo prazo. (Veja, 2013).

As novas reformas aqui sugeridas são caracterizadas pelo aumento da eficiência no processo produtivo ampliando a expropriação da mais-valia da classe trabalhadora.

Mas o enriquecimento real só será possível se cada um de seus trabalhadores produzir mais valor individualmente, por meio de incorporação de novas técnicas, de aprendizado e dos ganhos de eficiência. Como diz a rotineiramente citada frase do economista americano Paul Krugman, ganhador do Nobel de 2008: “A produtividade não é tudo, mas a longo prazo é quase tudo”. E explica: “A capacidade de um país ampliar o seu padrão de vida depende quase inteiramente de sua capacidade de aumentar a produção por trabalhador”. (Veja, 2013).

Em resumo, as mazelas sofridas por um país e pelo seu povo tem, segundo essa concepção, base não no modelo de produção capitalista, mas sim na ineficiência e mesmo “preguiça” dos indivíduos que compõem a classe trabalhadora do país. Nas palavras de Faleiros(2011, p. 131):

A situação-problema, vista como questão de relações interindividuais, culpa os indivíduos, esquecendo que a improdutividade e a desordem são problemáticas estruturais que só podem ser definidas no âmbito do contexto geral das relações de exploração e de poder. (FALEIROS, 2011, p. 131).

Para equacionar tais problemas, portanto, o social-liberalismo⁴¹ propõe investimento na educação como instrumento de preparação de um capital-humano para competir individualmente no mercado de trabalho. Dessa maneira, o Estado estaria contribuindo para acabar com a pobreza e a miséria.

⁴¹ Texto esclarecedor sobre o social-liberalismo consultar: CASTELO, Rodrigo. O Social-Liberalismo Brasileiro e a Miséria Ideológica da Economia do Bem-Estar. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: Crescimento Econômico e Reprodução da Desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

Em sua crítica ao modelo social-liberal Castelo (2012, p. 57) descreve como os defensores e economistas dessa corrente remete sua solução para acabar com a pobreza e fazer a sociedade funcionar a contento:

Chegaria, assim, o momento dos economistas vulgares deslocarem o foco de suas agendas de pesquisas sobre o mercado de trabalho para o funcionamento das instituições educacionais, responsáveis pelo desenvolvimento do capital humano de um país. Seria no nível formal de educação de cada indivíduo, na sua capacidade de competição no mercado de trabalho, que se deveria buscar as causas primárias e fundamentais do pauperismo, e não nas relações estabelecidas entre as classes sociais. (CASTELO, 2012, p. 57)

Dessa forma, a manutenção do ideário de produção capitalista é mantida. E, a partir da capacidade e dinâmica capitalista de se manter intocável, a culpabilidade cai nos ombros da população e nos condutores do processo administrativo.

A ideia de culpabilidade dos condutores, gestores e políticos remete a uma nova estratégia estabelecida pelo capital em tempo de globalização. A culpabilidade aqui é representada, como já foi visto, pela ineficiência e ineficácia de gerir a coisa pública. Isso dá vazão a complementação da tese de refundação do Estado que exigiria, segundo Castelo (2012, p. 68), “uma profunda reforma administrativa e estatal, com o objetivo de adaptá-lo às suas funções de regulação econômica e atuação nas falhas do mercado”.

Assim, a função básica do papel do Estado seria estabelecida a partir do:

...patrocínio da igualdade de oportunidades via educação e expansão do microcrédito no Brasil...pois tal intervenção não atentaria contra a liberdade individual dos cidadãos e os mecanismos básicos de regulação mercantil, nem muito menos estimularia a preguiça da classe trabalhadora... (CASTELO, 2012, P.62)

Entretanto, a culpa no processo de gestão estaria alicerçada na união entre ricos e a classe média que se constitui na elite brasileira. Os defensores do Liberalismo-Social dizem que “essa elite operária socialmente como aliados para garantir acesso privilegiado aos recursos e bens públicos, em detrimento dos pobres e miseráveis” (IETS, 2001, p. 5 apud CASTELO, 2012, p. 68).

Para solucionar o dilema entra em cena a concepção de governança que é muito apregoadada no paradigma pós-moderno de administração. Novos atores ganhariam papel protagonista no tratamento da gestão das coisas que tradicionalmente são do Estado.

Assim, a própria ineficiência do poder público no Brasil é usada para alimentar a ideia que o sistema capitalismo não é falho, mas sim, a gestão de uma elite viciada que não abraçou a ética exigida para um real desenvolvimento. Novamente, o capital transfere o foco do problema para uma terceira pessoa.

No intuito de construir ideologicamente essa hipótese a imprensa nacional e internacional ilustra, em suas páginas, a política econômica como uma construção sobre um alicerce teórico de bons fundamentos. Entretanto, com condutores e trabalhadores viciados no “grande” esquema de corrupção que foi a construção de nossa nação.



Figura 23: Capa da The Economist Novembro/2009 Brasil Decola – The Economist Setembro/2013 Como o Brasil estragou tudo? Fonte: The Economist

As reportagens da The Economist é exemplificar. Na edição de 2009 destaca que avanços vem acontecendo desde os anos 90 exaltando a autonomia do Banco Central e a importância da imprensa livre que denuncia vários casos de corrupção. Os acontecimentos elencados pela revista, podem ser exemplificados por elementos como superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante como uma base construída para o Brasil decolar. Por outro lado, em quatorze páginas da edição de 2013, exige maior produtividade no Brasil ilustrando a necessidade de investimentos em infraestrutura e reformas políticas.

A ausência de eficiência do Estado de Pernambuco sobre a área de SUAPE, a incompetência do Estado para realizar o mínimo de controle sobre as empresas beneficiadas por incentivos fiscais, a falta de estrutura capaz de melhorar a qualidade de vida de sua população e dos serviços sociais de que ela necessita; poderiam muito bem ser exemplos das razões para Pernambuco, assim como o Brasil, não decolar.

Assim, o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho aponta para entrada em outro patamar. A última fase ilustrada pela promoção da isenção do Brasil no cenário global é descrita por Castelo, assim:

Operado por uma composição heterogênea de social-democratas, intelectuais e executivos ligados ao setor rentista e oligarcas do setor agrário, o bloco do poder PSDB-PFL, após a vitória presidencial de 1994, promoveu a efetiva inserção do Brasil na nova divisão internacional do trabalho, adequando o país aos novos padrões globais da acumulação capitalista sob os auspícios de uma reforma gerencial do Estado, além de combater as organizações políticas e sociais dos trabalhadores com repressão e cooptação de suas principais lideranças. (CASTELO, 2012, p. 50).

A fase que procede a relatada acima utiliza, hoje, a imagem de incompetência das instituições públicas e privadas do país, pretendendo a ocupação do espaço, no processo de gestão, pelos organismos internacionais. Ao que tange ao desenvolvimento, pela importância do País relacionado à questão, o meio ambiente estará cada vez mais suscetível à análise e reflexão sobre a (in)capacidade brasileira na direção e manutenção de suas fontes naturais e de suas políticas sociais.

Portanto, conjugam-se dois aspectos importantes na construção, ideopolítica, de um “novo” pensamento de desenvolvimento: a ideia e as condições materiais.

Para Cox (2007, p. 111):

...as ideias e as condições materiais andam sempre de mãos dadas, influenciando-se mutuamente, e não podem ser reduzidas umas às outras. As ideias têm de ser compreendidas em relação às circunstâncias materiais, as quais incluem tanto as relações sociais quanto os meios físicos de produção. Superestruturas de ideologia e de organização política moldam o desenvolvimento de ambos os aspectos da produção e são por elas moldadas.

As ideias apregoadas, aqui, referem-se a necessidade de uma governança internacional que agrega elementos de gestão. Por sua vez, elas abraçam a concepção de globalização e de um futuro comum para todos, dando assim suporte para a necessidade de sua aplicação. Ademais, as relações sociais são homogeneizadas pela construção de valores, na esfera mundial, onde a democracia liberal e o modelo de desenvolvimento capitalista são os “paladinos” na sustentação dos meios físicos e naturais, elementos garantidores da existência humana. Tenta-se, assim, a formação de um bloco histórico mantendo “a coesão e a identidade no interior do bloco por meio da propagação de uma cultura comum” (COX, 2007, p. 111).

A incompetência visualizada na gestão pernambucana é geradora, cada vez mais, da ideia da incapacidade do poder local de administrar seus próprios bens. Esta ideia abre espaço para proliferação de ditames administrativos que têm como primazia a necessidade de serem implementados por organizações internacionais. É como se uma pessoa sofresse de incapacidade mental e necessitasse, permanentemente, a interdição de suas ações por outra pessoa. Caso essa interdição não seja feita, as consequências podem ser danosas tanto para o interventor como para o que sofreu a intervenção.

No caso, o que o sistema capitalista nos faz crer, é que a demência estaria no poder público nacional (seja ele local, estadual ou federal). Enquanto a redenção está nos organismos internacionais.

Na construção da hegemonia cultural utilizam-se meios sutis cooptando, implicitamente ou explicitamente, intelectuais que apregoam um novo paradigma de gestão nas universidades e repartições públicas. O papel dos intelectuais é crucial na consolidação do Bloco Histórico representado pela Globalização. Para Cox (2007, p 112):

Os intelectuais desempenham papel-chave na construção de um bloco histórico... Realizam a função de criar e sustentar as imagens mentais, tecnologias e organizações que mantêm coesos os membros de uma classe e de um bloco histórico ao redor de uma identidade comum.

Tal identidade comum se generaliza na tentativa de consolidar uma harmonia entre os interesses de todos os seres humanos, superando, dessa forma, o conflito de classe, pois se vive em um só planeta. Questões comuns a todos, como a mudança

climática, são utilizadas como argumentos da necessidade de uma governança internacional. Assim, a partir de maus exemplos da condução de gestão de política econômica, social e ambiental como relatado acima, países como o Brasil torna-se um tipo longe do ideal para gerenciar tantos recursos importantes para continuidade da existência do ser humano.

É nessa lacuna administrativa que se apresenta a importância, falaciosa, do processo de governança internacional para garantir a sustentabilidade ambiental do nosso planeta. Essa governança teria como protagonista as instituições internacionais que aumentariam seu controle nas fontes naturais de produção e desviaria o foco da crise. Ou seja: a crise não é do modelo capitalista, mas, na forma de gestão deste modelo.

O modelo de produção capitalista, como vimos no capítulo 2, é indubitável, inquestionável e universal e, portanto, insuperável. Esse é o aspecto mais forte no processo de universalização do pensamento hegemônico do capital. A construção ideológica do pensamento capitalista incumbe a ele a condição de um modelo inquestionável.

Segundo Cox (2007, 112) o nível de consciência hegemônica é aquela “que harmoniza os interesses da classe dirigente com os das classes subordinadas e incorpora esses outros interesses numa ideologia expressa em termos universais”. Assim, ao modelo universal de desenvolvimento capitalista, soma-se a ideia de inaptidão gerencial dos países em desenvolvimento formando princípios ideológicos que incorporam a subordinação desses países ao interesse da classe dirigente no âmbito internacional, acentuando-se, pela dependência, a divisão internacional do trabalho.

Tal classe dirigente, fundada no capital, utiliza as instituições internacionais como organismo fomentador de sua hegemonia. Para Cox (2007, p. 119):

Um dos mecanismos pelos quais as normas universais de uma hegemonia mundial se expressam são as organizações internacionais. Entre as características da organização internacional que expressam seu papel hegemônico, temos as seguintes: 1) corporifica as regras que facilitam a expansão das ordens mundiais hegemônicas; 2) é, ela própria, produto da ordem mundial hegemônica; 3) legítima ideologicamente as normas da ordem mundial; 4) coopta as elites dos países periféricos; e 5) absorve ideias contra hegemônicas.

O papel ideológico das instituições internacionais é de vital importância no cenário das Relações Internacionais contemporâneas. Pois, são elas que “ajudam a definir diretrizes políticas para o Estado e legitimar certas instituições e práticas no plano nacional, refletindo orientações favoráveis às forças sociais e econômicas dominantes. (COX, 2007, p. 120)

Entretanto, nesse cenário as crises evoluem. Ou seja, a “nova” divisão internacional do trabalho remete para os países em desenvolvimento mais perspectivas de crises. Segundo Cox (2007, p.114) “a vida econômica das nações subordinadas é invadida pela vida econômica de nações poderosas, e a ela se entrelaça, processo que se complica ainda mais pela existência de regiões estruturantes diferentes no interior dos países”. Esta complicação já foi vista antes quando o projeto desenvolvimentista criou a SUDENE, instituição que faliu sem obter um verdadeiro desenvolvimento para a região Nordeste. Assim, como aconteceu mais recentemente na Europa com os países mais débeis na crise europeia de 2012.

O processo de governança da União Europeia não evitou o esfacelamento da economia dos países mais “fracos” do seu bloco. Desse modo, são propostos, como instrumento equacionador da crise, “novas” ferramentas que acabam com direitos conquistados, com muita luta, por trabalhadores da Espanha, Portugal, Grécia, entre outros. O capital continua, assim, apontando para soluções esdrúxulas que visam simplesmente à continuidade da sua insustentável busca por lucro. E, por outro lado, vai tentando destruir, em países como Brasil, a crença em outro modelo que exclua do seu cenário o modo de produção capitalista e o paradigma da governança internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capital se abriga sob as vestes falaciosas de humanismo, bem estar, desprendimento e solidariedade. Essas características tentam encobrir a verdadeira face e estrutura sobre o qual o capitalismo foi constituído desde a sua gênese. Tal construção, alimentada pela ideia original Smithiana de que a “mão invisível” do mercado solucionaria os problemas oriundos de sua composição, elaborou várias estratégias durante os últimos duzentos anos de sua existência.

Ao tentar encobrir sua verdadeira face, o capital criou mecanismos propagandista e de controle social objetivando amenizar os conflitos próprios de uma estrutura excludente e exploradora. No ensejo de obstruir a visão da classe trabalhadora da luta, incessante, entre capital e trabalho, o capital criou instrumentos funcionalistas que visam dar continuidade ao modo de produção capitalista. E, na tentativa de se reproduzir infinitamente, o capitalismo extirpa das análises econômicas, sociais, políticas e ambientais, fato fundamental que constitui o seu caráter: a luta de classes, que em sua origem moderna era representada pelos proletários e burgueses.

A constituição exploratória do capital é, assim, amenizada por políticas assistencialistas que durante os dois últimos séculos tentam garantir a harmonização e adestramento da classe subalterna em detrimento aos verdadeiros beneficiários do trabalho: a burguesia.

No início do século XXI, o conceito de globalização e superação da modernidade, a partir de instituições de governança internacional, garante o discurso do capital na manutenção de sua hegemonia mundial.

Na ideia de manter tal hegemonia, as instituições internacionais fragmentam suas análises tornando os conceitos independentes de sua totalidade. Assim, desenvolvimento, governança e sustentabilidade englobam matrizes de um modelo de gestão que não questionam o modo de produção capitalista.

Através de um sistema que abraça a globalização como objeto homogêneo das relações sociais mundiais, o capitalismo segue ditando a ordem consumista do mercado. Quando essa ordem demonstra sua incapacidade de estancar ou evitar crises, o capital

atribui as falhas de funcionamento, não a sua estrutura, mas na condução do processo de gestão.

Segundo seus advogados qualquer falha atribuída ao sistema pode ser solucionada. Basta, para isso, inventar novos instrumentos que agreguem à velha engrenagem, maior capacidade de obter lucro. Assim, criam-se novos processos de gestão que fará funcionar a máquina geradora da mais valia.

Sobre o meio ambiente, que constitui nosso lar global, surgem a governança e a sustentabilidade como conceitos importantes para os novos paradigmas da gestão (pós) moderna. O primeiro extirpa dos Estados periféricos, paulatinamente, sua soberania, fazendo, dessa forma, a transferência, de ações tradicionais, do Estado para as instituições internacionais.

O segundo confere a incompetência dos países subalternos na administração pública. Quanto mais insustentáveis são as políticas públicas, desses países, mais perigo representa ao ambiente ou a vida do ser humano. Mais justificada é a necessidade da governança para garantir a sustentabilidade ambiental e social das políticas de desenvolvimento.

Essa incompetência é utilizada como instrumento para enfatizar a necessidade de uma governança internacional constituindo, desse modo, objeto ideopolítico fundamental para a propaganda “intervencionista” da classe dirigente.

O Brasil se apresenta como um dos principais países emergente ou em desenvolvimento. No seu interior, encontram-se fontes riquíssimas de florestas e rios que agregam uma fauna surpreendente e de grandes recursos naturais. Esses recursos representam fonte energética, alimentícia, farmacêutica, entre outras que garantiriam a reprodução do lucro e do capital por muitos anos.

Por outro lado, o “gigante” da América do Sul vive imerso por séculos de desigualdade representada pela miséria e pela fome. As regiões apresentam diferenças marcantes no que tange a dicotomia: desenvolvimento x subdesenvolvimento.

Para solucionar as mazelas sociais o Brasil é conduzido, desde a independência, por políticas alienígenas garantidoras do lucro capitalista mundial. Mas, sem nunca equacionar tais questões.

Por sua vez, durante todo o século XX, o país abraçou política de desenvolvimento que introduz, em seu escopo, a ideia de industrialização. Tal pensamento ficou mais explícito no período que se iniciou no pós segunda guerra mundial e que perdura até a atualidade.

A política desenvolvimentista originada no pós-guerra gerou várias agências fomentadoras do desenvolvimento. No Nordeste brasileiro pode-se referenciar a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE como exemplo. No caso de Pernambuco a Agência de Desenvolvimento de PE – AD/DIPER.

Tais agências, sempre a serviço do capital porque não incorporava, nem incorpora, a ideia de transformação efetiva na estrutura de produção, sofreu grandes transformações durante os últimos vinte anos. No caso da SUDENE ela fechou e reabriu debilitada demonstrando, assim, a total incompetência do governo brasileiro no sentido de atingir os propósitos da instituição.

A AD/DIPER, por sua vez, se transformou de empresa preparadora da infraestrutura, necessária às empresas, para uma agência de consultoria e de incentivos fiscais no Estado de Pernambuco. Na conjunção dos dois aspectos, surgiu a área de SUAPE, denominada a “joia” de Pernambuco. A partir das duas matrizes, o governo do Estado apregoa um crescimento acelerado e um desenvolvimento que está alicerçado na sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Entretanto, quando se faz uma análise dos dados utilizados na aferição desse desenvolvimento percebem-se lacunas incriveis no que tange a utilização de dados como, também, no processo de gestão. Ademais, as cidades de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, municípios onde estão localizados SUAPE, sofrem, a olhos vistos, deterioração ambiental, social e cultural.

Os aspectos ambientais devem ser acentuados pelas razões descritas acima. Eles permitem emergir o mote da governança internacional. Por sua vez, o citado mote alavanca o discurso falacioso da necessidade de atores extra Estado no processo de gestão.

Pernambuco, no caso, não é a única região, do Brasil, nem do mundo, onde se espalha tal construção ideológica. A ideia de governança se alastra em todo o planeta a

partir da sugestão de um processo de gestão democratizante, eficiente e eficaz, no *modus operandi* do liberalismo mercadológico mundial.

Dessa maneira, a partir da construção da ideia de incompetência de agregar processos de gestão “renovadores”, casos como o de Pernambuco, abre espaço para que as instituições capitalistas divulguem a necessidade de reformas gerenciais. No “novo” conceito de direção, originado dessas reformas, agrega-se a importância da governança, garantindo, assim, a participação das organizações internacionais no processo.

E, por sua vez, a falta de capacidade de gestão dos projetos, transforma-se em mote e justificativa para elaboração da construção do ideário capitalista de governança internacional.

É claro que só a ideia apresentada, na presente tese, não é possível de construir, sozinha, esse ideário. Mas, visualizamos que ela faz parte de um conjunto de disparates na condução das políticas públicas no Brasil, que são usadas, ou serão, para propagandear a imagem de incompetência de nosso povo e de nossos dirigentes, justificando, assim, a ideia de governança internacional pelos patronos da globalização.

Assim, é necessário a implementação de transformações estruturais nas relações sociais no Brasil e, conseqüentemente, em suas políticas públicas. A ausência dessas transformações induz como foi visto, a desqualificação de nossas instituições e a abertura espacial das organizações internacionais, representantes do capital, abolindo, paulatinamente, a soberania do nosso país.

REFERÊNCIAS

A NOVA DEMOCRACIA. Dez coisas que todo brasileiro deveria saber. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-11/1104-dez-coisas-que-todo-brasileiro-deveria-saber>. Acesso em: 12 set 2013.

ABRANCHES, Sérgio; VIOLA, Eduardo. Mudanças Climáticas. In: CARDOSO, Fernando Henrique Cardoso (Org); FOXLEY, Alejandro (org). América Latina, Desafios da Democracia e do Desenvolvimento -Vol.1. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC), 2009.

AMARAL, A. S. ; SILVA, D. G. . As Formas de Resistência da Classe Trabalhadora No Contexto De Crescimento Econômico em Suape. In: VIII Seminário do Trabalho: trabalho, educação e políticas sociais no século XXI, 2012, Marília. Anais do VIII Seminário do Trabalho : trabalho, educação e políticas sociais no século XXI, 2012.

AMORIM, Eduardo Carlos Pessoa de. PRODEPE – INCENTIVO FISCAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO: Avaliação dos controles para o acompanhamento das atividades incentivadas.. Recife, 2003. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

ANDERSON,Perry. Origens Da Pos-Modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1999

BARROS, José D´Assunção . Teoria da História. Volume I. Petrópolis: Vozes, 2011a

_____. Teoria da História. Volume II. Petrópolis: Vozes, 2011b

_____. Teoria da História. Volume III. Petrópolis: Vozes, 2011c

BATEMAN, Thomas S.; SNELL, Scott. Administração: Construindo vantagem competitiva. São Paulo: Atlas, 1998.

BARBIERI, José Carlos. Gestão Ambiental Empresarial: Conceitos, modelos e instrumentos. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Ética Y Serviço Social: Fundamentos Ontológicos. São Paulo: Cortez, 2004.

BELLEN, Hans M. Van. Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BUENO, C.; CERVO, Amado L. História da política exterior do Brasil – 3. ed. - Brasília: Editora da UNB, 2008.

BRITO, Noelia. As benesses governamentais e o sucateamento da máquina estatal. Disponível em: http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2013/02/26/_as_benesses_governamentais_e_o_sucateamento_da_maquina_estatal_146702.php. Acesso.: 09 set 2013.

CABO DE SANTO AGOSTINHO. LEI nº 2602. Dispõe sobre o uso da gestão da orla, áreas verdes e áreas institucionais e sobre regra de trânsito e transporte na Zona Especial de Turismo, Lazer e Moradia Reserva do Paiva - ZETLM

CAMPANHA “O PETRÓLEO É NOSSO” MOBILIZOU O PAÍS NO FIM DOS ANOS 40, 2012. Disponível em: <<<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/campanha-petroleo-nosso-mobilizou-pais-no-fim-dos-anos-40-10401791#ixzz2mQ7i16RN>>> acesso em 04 jan 2012.

CARNOY, Martin e LEVIN Henry M. Escola e Trabalho no Estado capitalista. São Paulo. Cortez, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. Desenvolvimento de La Ciudadanía en Brasil. Cidade do México: El Colégio De México, 1995.

CARVALHO, Terciane Sabadini; ALMEIDA, Eduardo. A Hipótese da Curva de Kuznets Ambiental Global: Uma Perspectiva Econométrico-Espacial. Est. Econ., São Paulo, v. 40, n. 3, P. 587-615, julho-setembro 2010.

CASTELO, Rodrigo. O Social-Liberalismo Brasileiro e a Miséria Ideológica da Economia do Bem-Estar. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: Crescimento Econômico e Reprodução da Desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTELLS, M. A sociedade em rede. Vol.1. SP: Paz e Terra. 1999

Código de ética do Serviço Social. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. acesso em: 20/12/2011.

COHEN, Ernesto e FRANCO, Rolando. Avaliação de Projetos Sociais: 7ª Edição. Petrópolis, 2007.

CORITO, Maria Clementina Espiler; PAGANI, Ângela Maria de Melo. Conversando sobre as questões ambientais e o Serviço Social. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 1, n.2, p. 243-251, Jan./Jun, 1999

COX, Robert. Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (Org.). Gramsci Materialismo Histórico e Relações Internacionais. Rio de Janeiro: EDITORA UFRJ, 2007.

DELGADO, Nelson Giordano. O Regime de Bretton Woods Para o Comércio Mundial: Origens, Instituições e Significado. Rio de Janeiro, Mauad X/Ed. da UFRJ, 2009.

DURKHEIM, Emile. O Suicídio: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Economia verde: preservar o planeta pode dar lucro. Disponível em: <<<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/o-que-e-economia-verde>>>. Acesso em: 16 nov 2012.

ENGELS, Friedrich. Dialética da Natureza. Disponível em: media.wix.com/.../7c1ffb_5cda0bfd0ff487e9c54097fd249ffa92.pdf?. acesso: 01 fev 2012.

ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. Manifesto Comunista. Rocket Edition, 1999.

FALCÃO, Rose. Assembleia aprova benefício a 23 empresas do Prodepe. Diário de Pernambuco. Disponível em: http://www.old.pernambuco.com/diario/2002/09/11/economia12_0.html. Acesso em: 03 jan 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia e Ideologia do Trabalho Social – 12 ed. -. São Paulo: Cortez, 2011.

FAO – Food and Agricultural Organization. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

FERREIRA, Roberto Tatiwa; IRFFI, Guilherme Diniz; LINHARES, Fabrício & MACEDO, Cecília Maria Botolassi. A Hipótese de Kuznets e Mudanças Na Relação entre desigualdade e Crescimento de Renda no Brasil. pesquisa e planejamento econômico | ppe | v. 42 | n. 3 | dez. 2012.

FOLADORI, Guilherme. A reedição capitalista das crises ambientais. Revista do Instituto de Estudos Socialista Numero 17 Ano 2008.

FUKUYAMA, Francis. 1989. The End of History? In: The National Interest, Summer, 1989.

_____ ¿El fin de la história? Estudios Públicos, Santiago – Chile, n. 37, p. 5 - 31, 1990.

_____ O fim da História e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FOSTER, J. B.; CLARCK, B. Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo: In: PANITCH L.; LEYS C. (orgs.). *Socialist register 2004: o novo desafio imperial*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. 3.ed. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GUIMARÃES, Carla; DEUSMAR, Barreto. Entrevista com Pedro Alves de Oliveira: Os incentivos fiscais são fundamentais. Tribuna do Sudoeste. Disponível em:

http://tribunadosudoeste.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4316:os-incentivos-fiscais-sao-fundamentais&catid=23:entrevista. Acesso em: 09 set 2013. 2013.

HARVEY, David .A condição pós-moderna. São Paulo : Loyola, 1992

_____,O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

_____, o Enigma do Capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boi tempo, 2011.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. A razão na História – Uma Introdução geral à filosofia da História. São Paulo: Centauro, 2008a

_____. Filosofia da História. Brasília: Editora da UNB, 2008b.

_____. Filosofia do Direito. Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio. Trad. Paulo Meneses, et al. São Leopoldo, RS, Ed. Unisinos, 2010.

História das Eleições Presidenciais no Brasil. Disponível em: <<<http://atrasdopalanque.wordpress.com/2011/05/30/marketing-politico-historia-das-eleicoes-presidenciais-no-brasil-%E2%80%93-1960/>>>. Acesso em: 14 nov 2012.

HOBBSBAWN, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Globalização, Democracia e Terrorismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNTINGTON, Samuel P. O Choque das Civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche – 5. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.

.

LEFF, Enrique. A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA, Luiz Tenório de. Movimento sindical e luta de classes. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

LINHARES, Favricio; FERREIRA, Roberto Tatiwa; IRFFI, Guilherme Diniz; MACEDO, Cecília Maria Bortolassi. A Hipótese de Kuznets d Mudanças na Relação entre Desigualdade e Crescimento de Renda No Brasil. Pesquisa e planejamento econômico | ppe | v. 42 | n. 3 | dez. 2012

JCONLINE. Operários da Petroquímica Suape entram em greve: Trabalhadores cruzaram os braços por tempo indeterminado. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/noticia/2012/02/17/operarios-da-petroquimicasuape-entram-em-greve--32652.php>. Acesso em: 5 jan 2013.

Jornal da Indústria - Informativo da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco. Janeiro/Fevereiro. Ano 06 . Nº 72 . 2010. Disponível em: www.fiepe.org.br. Acesso em: 20 fev 2013.

KEYNES, John Maynard A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

KOSIK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MARANHÃO, César Henrique Miranda Coelho. O Novo Ciclo Ideológico do Desenvolvimento: A reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil. Recife, 2009. Tese (Doutoramento em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte In MARX . São Paulo: Abril Nova Cultura 1987-1988.

_____. O Capital. Crítica da economia política - Tomo I. São Paulo: Nova Cultura. 1996(a)

_____. O Capital. Crítica da economia política - Tomo II. São Paulo: Nova Cultura. 1996(b)

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boi Tempo. 2004.

_____ Capital: A Critique of Political Economy - Volume I Book One: The Process of Production of Capital. Moscow: Publisher: Progress Publishers, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Serviço Social: identidade e alienação – 16 ed.. São Paulo: Cortez, 2011

MATOS, E. A. O Programa "Aliança para o Progresso": O Discurso Civilizador na Imprensa e a Educação Profissional No Paraná – Brasil. In: Simposio Internacional Proceso Civilizador, 11., 2008, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 359-367.

MENDONÇA, José Eduardo. Chernobil 25 anos depois. Disponível em: <http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/planeta-urgente/chernobil-25-anos-depois-285886/>). Acesso em: 25/10/2012. Publicado em 2011.

MÉSZÁROS, István. Para além do Capital. São Paulo Boi tempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NEOLIBERALISMO. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/neolib/index.html>> acesso em: 18 jul 2013.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Disponível em: <<<http://cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>>> acesso em: 18 jul 2013. 1999.

_____. Capitalismo Monopolista e Serviço Social 3ª Edição. Perdizes: Cortez, 2001.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates – 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, F. Os direitos do *antivalor*. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PANIAGO, Maria Cristina Soares. Mézaros e a incontrolabilidade do capital. Maceió: EDUFAL, 2007.

PARSONS, Wayne. Public Policy: Na introduction to the theory and practice analysis. Cheltenham, Edward Elgar, 1995.

PEDESENVOLVIMENTO. Governo parcela dívida do Prodepe. Disponível em: <http://pedesenvolvimento.com/2009/08/05/governo-parcela-divida-do-prodepe/>. Acesso em: 09 nov 2010.

PERELMAN, Chaim. Lógica Jurídica. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PIERRE, Jon e PETERS B. Guy. Governance, Politics and the State. Londres: Macmillan, 2000.

PNUD – IDH. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH. Acesso em: 14 nov 2013.

PNUDa. Desenvolvimento Humano e IDH. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>. Acesso em: 19 ago 2013.

Pobres pagam mais impostos que ricos aponta ipea. Disponível em: <<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/918131-pobres-pagam-mais-impostos-que-ricos-aponta-ipea.shtml>>> acesso em : 03 jun 2011.

Produto Interno Bruto da URSS: 1970 -1990. Disponível em: : http://pt.kushnirs.org/macroeconomia/gdp/gdp_ussr.html. acesso em: 13 jun 2012.

Produto Interno Bruto USA: 1970-2011. Disponível em: http://pt.kushnirs.org/macroeconomia/gdp/gdp_usa.html. Acesso em: 13 jun 2012.

ROTA DOS COQUEIROS. Responsabilidade Social. Disponível em: <http://www.rotadoscoqueiros.com.br/responsabilidade-social.php#ad-image-0>. Acesso em: 05 jan 2013.

SILVA, Laurileide Barbosa. Conflitos Socioambientais na praia de Gaibu: a influência do turismo na apropriação do espaço e seus efeitos na luta da efetivação dos direitos sociais. Recife, 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

SILVA, Maria das Graças. Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA. Festa da Lavadeira não se curva ao poder da Odebrecht. Disponível em: <http://edilsonpsol.blogspot.com.br/2011/04/festa-da-lavadeira-nao-se-curva-ao.html>. acesso em 25 jan 2013.

SANTOS, Antonio Tiago Araújo dos; BIANCHI, Ana Maria. Além do Cânon: Mão Invisível, Ordem Natural e Instituições. Est. econ., São Paulo, v. 37, n. 3, p. 635-662, JULHO-SETEMBRO 2007.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo : Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo : Nobel, 1988.

SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização – 20ª Edição. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SEMRERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempo de pós-modernidade. Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set./dez. 2006 373 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. acesso: 29 ago 2010.

SEPLAG, Relatório 2000 – 2010. Disponível em: http://www2.seplag.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=18616&folderId=51270&name=DLFE-32700.pdf. Acesso em: 20 jan 2011.

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil influência no Serviço Social. Florianópolis: Ed da UFSC; São Paulo: Cortez, 1995.

SMITH, Adam. A Riqueza das Nações. Rio de Janeiro, Hemus, 1984.

_____ Teoria dos Sentimentos Morais. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SOUSA, Marcio. Mentiras relativas à história da União Soviética. Toronto: North Star Compass. Disponível em: <http://pcrbrasil.org/mentiras-relativas-a-urss/>. Acesso em: 25/01/2012.

SUAPE, Complexo Industrial e Portuário. <<[http:// www.suape.pe.gov.br/](http://www.suape.pe.gov.br/)>>. Acesso em: 09 nov 2010, 10 jun 2011; 16 nov 2012; 05 fev 2013; 18 ago 2013.

VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Sustentável: o desafio do Século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VEJA. A chave é aumentar a eficiência. Edição 2342 pgs. 94-95

VICTORINO, Paulo. O fim da terceira república: Governo João Goulart. Disponível em < <http://www.pitoresco.com/historia/republ311.htm>> . Acesso em 28 de mai 2013,

Uma Verdade Inconveniente (*An Inconvenient Truth*). Produção de Laurie David, Lawrence Bender, Scott Burns, Scott Z. Burns; elenco: Al Gore. Estados Unidos. 2006 (100 min).

UNFCCC. United Nations – Framework Convention on Climate Change. Disponível em <http://unfccc.int/2860.php>. Acesso em: 20 jan 2009, 04 abr 2009, 06 jun 2011, 5 jan 2013, 09 ago 2013, 13 set 2013, 14 set 2013 e 20 set 2013.

ZIMMERMANN, Roque & SCHONS, Selma Maria. MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A POBREZA – PARA ALÉM DA AGENDA 2. Disponível em: http://www.eventos.uepg.br/seminariointernacional/agenda21parana/relatos_experiencias/Relatos007.pdf. Acesso 14 jun 2013.